

ESTUDANTES

340.05
R 297e

1961-a.16.u.16

Re-378834
En 1
8949/24

ESTUDANTES

Ao Reitor João Alfredo, à direção
e aos funcionários da Imprensa Uni-
versitária, os agradecimentos dos es-
tudentes de Direito.



ESTUDANTES

ANO XVI

N.º XVI

Direção:

Paulo Fernandes de A. Mello — Diretor
José Marques de Melo — Vice-Diretor
Marcílio Domingues — Secretário
José Wilson Santos — Secretário

Órgão Oficial do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito do Recife

Presidente do Diretório — Antônio Carneiro Leão

APRESENTAÇÃO

“Estudantes” reaparece com sua edição de 1961, consignando nova fase. Fase, justamente, que vem corresponder ao sentido progressista da nova política ora norteando as atividades do nosso Diretório Acadêmico.

Cremos que a atual orientação dada a esta Revista não deixa de ser vanguardeira, de vez que em períodos anteriores a subserviência e o reacionarismo estiveram infelizmente entre suas características.

Esforçamo-nos por oferecer aos leitores, tanto quanto possível, informes e trabalhos sobre o que ocorre nos corredores da Faculdade, sobre as idéias renovadoras que empolgam a inteligência dos moços, sobre os movimentos culturais e políticos que dão um aspecto revolucionário à nossa época.

Publicamos artigos de mestres, mas foi sobretudo nas colaborações estudantis que congregamos a massa de toda a matéria, principalmente porque nesses trabalhos poderemos constatar o entusiasmo libertário e a vibração descomprometida, pois os jovens não possuem nenhum compromisso com as estruturas e as instituições caducas da sociedade capitalista e colonialista.

Instamos nossos colegas a que nos emprezassem a sua colaboração. E uma boa maioria (considerada em seu valor ideológico qualitativo) atendeu à nossa solicitação. Daí compreendermos que até mesmo as pequenas falhas poderão ser superadas pelo valor do conjunto.

Consideramos enfim este número de “Estudantes” como a conquista de sua independência. Não uma independência acanhada, aleijada, fraquejante. Mas uma independência corajosa, autêntica, progressista. Pois a cultura, em todos os seus estágios, não se resume apenas em formas estáticas, mas compreende acima de tudo um campo destinado à luta, ainda que pacífica, conforme as circunstâncias que a condicionem.

A DIREÇÃO

- 1 — APRESENTAÇÃO
- 3 — VIAGEM A CUBA: A EDUCAÇÃO — Rivadávia Braz,
Cláudio de Holanda e Pedro Motta de Barros
- 5 — IMPRESSÕES SÔBRE O SOCIALISMO — José Edivaldo
Borba
- 7 — POVO X GOLPISTAS — Jarbas de Holanda
- 8 — CREPÚSCULO — poesia de Gildo Tavares
- 9 — O 11 DE AGOSTO E O 31 DE MAIO — Gildo Tavares
Nunes Machado
- 10 — O POVO: TITULAR SOBERANO DO PODER CONSTI-
TUINTE — José Marques de Melo
- 12 — NOTAS SÔBRE O PAPEL DO HOMEM NA HISTÓRIA
— Luiz Antônio da Cunha
- 13 — O QUE SE PASSA NO MUNDO OCIDENTAL — Co-
mentários do Lobinho
- 16 — 2 POESIAS — Josias Horácio
- 18 — A LEGÍTIMA DEFESA NO DIREITO PENAL SOVIÉ-
TICO — Bóris Trindade
- 22 — AS UNIVERSIDADES RESPONDEM A UM DESAFIO —
Roberto Cavalcanti de Albuquerque
- 23 — REFORMAS DA FACULDADE, GREVE ESTUDANTIL E
ANTI-SORIANISMO: Declarações do professor Rui Antunes
- 28 — ÁFRICA SERÁ LIBRE — Poesia de Patrice Lumumba
- 29 — O GANDI AFRICANO — Paulo Fernandes
- 31 — SENADO VERSUS SUDENE — O ONTEM E HOJE DO
BRASIL — Inácio Farias
- 32 — SEU NÉ LADRÃO — Conto de Marques
- 37 — SÓNETO DAS METAMORFOSES — Carlos Pena Filho
- 38 — IMPRENSA "LIVRE": VULGAR PROSTITUTA — Joel
Arruda Câmara
- 39 — PORTO RICO QUIERE SU LIBERTAD — Afirma líder
da F.U.P.I.
- 40 — CONTROVÉRSIAS SÔBRE O EXCLUSIVISMO GERMA-
NÓFILO DE SORIANO NETO — Paulo F. de Azevedo
Mello
- 42 — ENTRAVES AO PROGRESSO NACIONAL — Armando
Melo
- 46 — FALANDO DE ROMANCE — Francisco Gomes
- 47 — O NATAL DO MENINO POBRE — " "
- 48 — UMA GERAÇÃO QUASE PERDIDA — L. Antônio da
Cunha
- 49 — POESIAS DE JOMAR SOUTO
- 50 — POESIAS DE PAULO MELO
- 51 — O BRASIL EM 5 MINUTOS — Noticiário do Lobinho
- 54 — A REFORMA DO ENSINO: ALGUMAS SUGESTÕES —
Murilo Barbosa da Silva
- 57 — MEMORRURAIS DO RIO DO AÇÚCAR — Gildo Tavares
- 58 — SUGESTÕES PARA A RENOVAÇÃO — Vamireh Chacon
- 60 — ESBÔÇO DE UM PLANO DE COLONIZAÇÃO PARA O
INSTITUTO JOAQUIM NABUCO DE PESQUISAS SO-
CIAIS — Cláudio Souto
- 62 — JURI, ASSESSORADO, ESCABINADO — Nilzardo Car-
neiro Leão
- 63 — NACIONALISMO, UNIVERSIDADE E ESTRUTURA
AGRÁRIA — Paulo Agostinho Raposo
- 64 — POEMA DA MARÉ BAIXA — Arakén Tabajara N. Costa
- 65 — POESIAS — Sílvia Pedrosa
- 66 — UM SÓNETO DE JANIO QUADROS
- 67 — POESIAS DE PAULO BANDEIRA CRUZ
- 68 — O COSTUME COMO FONTE FORMAL DO DIREITO —
Sílvio Neves Batista
- 71 — DIREITOS DO TRÂNSITO — Marcos Vinícius Vilaça
- 72 — A INSATISFAÇÃO HUMANA — Álvaro Q. de Souza
Mello
- 73 — HOMENAGEM DA REVISTA
- 75 — ATUALIZAÇÃO DO DIREITO — Luiz de Gonzaga Gomes
de Freitas
- 78 — UMA ANÁLISE DA CRISE DA FACULDADE DE DI-
REITO — José Wilson
- 80 — UMA CANÇÃO DE NATAL — Louis Furnberg

VIAGEM A CUBA:

A EDUCAÇÃO

Colaboração de:

Rivadavia Braz de Oliveira
Cláudio de Holanda Cavalcanti
e Pedro Motta de Barros

Este é o "Año de la Educacion" em toda Cuba. Ao cabo dele Cuba será o primeiro "Território Libre de Analfabetismo en America".

Comecemos por um paradoxo. Comecemos pela contradição quartel versus escola. Assim logo nos vem à lembrança Moncada. Moncada de ontem e de hoje. É preciso, porém, dizer como tivemos o privilégio de ver e sentir tal diferença.

De início, instalamo-nos no gigantesco e confortável Habana Riviera, hotel dirigido agora pelo INIT (Instituto Nacional de Industrialização do Turismo), onde passamos alguns dias para assistir às diversas celebrações do 26 de Julho.

Trata-se de uma comemoração nacional pelo feito de alguns homens destemidos, o qual marca o primeiro golpe à ditadura tórva de Batista e assinala o comêço do M.26-7, código usado pelos revolucionários cubanos até janeiro de 1959, quando da derrocada do putrefato regime e da ascensão ao poder pelo Exército Rebelde.

Dias depois das celebrações é que, embarcados em viaturas do ICAP (Instituto Cubano de Amizade com os Povos), iniciamos a excursão pela ilha até Santiago de Cuba, capital da Província do Oriente. Essa cidade é um misto arquitetônico do velho colonialismo espanhol que subjugou Cuba até fins do século passado e do semicolonialismo em que se viu Cuba mergulhada ultimamente, durante 60 duros decênios. É uma cidade grande, maior que Caruaru umas duas vezes, embora situada a 970 Km. da formosa Havana.

Alí, precisamente, estava o velho Moncada, lúgubre quartel onde se achavam acantonados, permanentemente, mais de 2.000 soldados de Batista.

Eis sumariamente sua epopéia:

Por ser carnaval, jovens resoltosos chefiados por Fidel Castro, resolveram para o 26 de Julho o assalto ao estratégico quartel. Pensavam aqueles moços que com a queda de Moncada desbaratar-se-ia a engrenagem da ditadura. Assim é que Raul Castro, então com vinte anos e Abel Santama-

ria, tomaram o Palácio da Justiça e um Hospital de Câncer, respectivamente, ambos os prédios estratégicos para o intento, dada a sua proximidade com a Fortaleza. Fidel Castro e alguns companheiros encarregaram-se do ataque ao quartel. Debalde, todavia, a ação porque os movimento de Abel Santamaria fôra visto por uma sentinela de Moncada, a qual contra êle logo disparou sua metralhadora. Imediatamente Castro, em vista do ocorrido, deu ordem de retirada.

Morreram muitos em combate ou assassinados no próprio Moncada. Nesse combate tombou o bravo Santamaria e foram aprisionados Castro e Raul, condenados e enviados a uma penitenciária numa ilha do atlântico, cercada de tubarões.

No interior de Moncada foram assassinados, depois de submetidos às mais indescritíveis torturas, aproximadamente mil revolucionários.

Lugar histórico, hoje Moncada é também um Centro Escolar dos inúmeros existentes em Cuba. Suas largas muralhas deliberadamente derribadas e onde elas existiam brotam pacíficas flôres de um bem cuidado jardim. Em os diversos edifícios estão quatro mil "niños" recebendo instrução e livros gratuitos. O luxuoso cinema dos oficiais foi convertido num Cineteatro educativo. Um dos seus prédios é um amplo hospital a servir gratuitamente a Escola e a cidade. Alí há mais

três gabinetes dentários, cujos serviços são gratuitos e exclusivos das crianças. Ainda engloba dois amplos restaurantes para os alunos, ministrando igualmente refeições gratuitas. Tudo isso e mais uma grande quantidade de salas-de-aula, bem como alguns salões de jogos e divertimentos para os estudantes.

Dessa forma, os antigos centros militares vão-se a pouco e pouco transformando em escolas, numa demonstração viva do dinamismo de um povo disposto a tudo para manter êsse progresso e essa liberdade.

Hoje, do Moncada, ao invés de partirem expedições militares de repressão política, saem os airo-sos brigadistas Conrado Benitez a alfabetizar os que ainda não lêem, num gigantesco trabalho de instruir 1.250.000 de analfabetos, até dezembro dêste ano, quando estará erradicado, em definitivo, o analfabetismo em um país das Américas.

Ninguém, assim, tem o direito de duvidar de um povo que transformou quartéis em escolas.

Obra igualmente formidável é a da construção das cidades-escola, muitas das quais brotando de plenas selvas, outrora propriedades dos senhores do latifúndio. Surgem, guardadas as proporções, como verdadeiras Brasília, dentro das regiões que a Revolução vai mudando de feição.

Como ponto fundamental, por conseguinte, das profundas transformações da outrora enferrujada e caduca estrutura-sócio-econômica de Cuba está a educação. Assim é que vimos o quanto há de filosofia revolucionária e ânsia de progresso no fato de o governo transformar um tétrico e agora certamente inadequado quartel numa grande escola que abriga e educa quatro mil crianças.

Todavia no programa educacional do governo revolucionário destacam-se desde logo dois pontos: a criação de Centros Escolares (cidades-escola) e a total erradicação do analfabetismo, como vimos, marcada para o fim dêste ano.

O Centro Escolar Camilo Cienfuegos é um modelo. Perto de Manzanillo, — cidade quase es-

panhola não fôssem as modernas máquinas automáticas existentes nos bares e que oferecem música, — porém dentro do matagal, no sopé da histórica Sierra Maestra, ergue-se o primeiro núcleo de tal Centro.

Antes a mataria era parte de um imenso latifúndio de 600 "cabalerias" (cada cabalaria é igual a 13 hec.), o qual pertencia a uma das privilegiadas famílias cubanas.

É precisamente nessa região que o Governo iniciou u'a monumental obra de educação, cuja edificação ficou a cargo do Exército Rebelde e do Ministério da Educação, êste dirigido por um dinâmico môço de vinte e poucos anos, Armando Hart.

Dêsse modo, em 18 meses foi concluída e já se acha em funcionamento a primeira unidade. Explicou-nos o capitão Américo Estêvão que a região coberta pelo plano tem mais ou menos 200 Km. de superfície, onde habitam 73 mil famílias, num total de ... 280.000 de habitantes. Dessa população aproximadamente 200 mil eram analfabetos.

Para se ter uma idéia da extensão do empreendimento basta dizermos que o Exército Revolucionário construiu já 1.700 escolas e 36 hospitais rurais, as primeiras em funcionamento tôdas, enquanto já se encontram funcionando 17 hospitais.

Futuramente os Centros Escolares pròpriamente ditos, na região, comportarão 20.000 crianças, provenientes das 1700 escolas, onde cumpriram o primário.

O plano prevê a construção de 40 unidades idênticas às que agora visitamos. Cada unidade se compõe de 44 edifícios, assim distribuídos: oito edifícios dormitórios; 16 escolas com duas aulas cada; 16 prédios residenciais de professores; um edifício da administração; um destinado ao ginásium de esportes; um onde se acha uma confeitaria; um edifício para a direção; sendo de advertir que os salões de refeições são conjugados aos dormitórios, êstes ainda possuindo alojamentos para os pais dos alunos quando desejem visitar seus filhos.

Outrossim é interessante observar que os alunos compete a

disciplina. O Conselho Disciplinar é por êles dirigidos. Fazem parte do Conselho oito alunos eleitos pelos colegas à presidência da cooperativa de cada escola. A direção, portanto, nunca intervém em assuntos disciplinares, porém, os professores ministram princípios de educação doméstica.

O ano escolar cubano compreende 11 meses, tendo assim os alunos 15 dias de cada semestre para visita aos pais.

Ademais, o Centro passou a ser autofinanciado, isto é, além de se educarem os alunos trabalham em hortaliças, serviços mecânicos, carpintaria, cuidam das 1.500 cabeças de gado lá existentes, etc. Tudo isso já aprendem, na 1a. unidade, os 576 outroras descalços e esfarrapados meninos da esquecida região de Sierra Maestre, os quais agora estudam, vestem e comem graças a Revolução.

Quanto aos professores do Centro, êsses ganham o alto salário de 112 pesos ao mês (mais de 30 mil cruzeiros) com direito a casa, comida, transporte e biblioteca.

No que diz respeito à luta contra o analfabetismo, estão baseados no lema "Ser culto para ser libre", de Marti. A campanha é intensa e de largo alcance. Assim é que já há 104 mil brigadistas espalhadas por tôda Cuba, tanto que a 20 de agosto do corrente cada analfabeto passará a ter seu alfabetizador.

Dessa maneira é que Cuba tornar-se-á ainda êste ano o "Território Libre de Analfabetismo de América", dizem os cubanos.

Em outra ocasião abordaremos o ensino superior, já em pleno desenvolvimento, pôsto abolidos os odiosos privilégios dos tempos, com amargura lembrados, de Batista.

Abordada a educação como problema fundamental do atual Governo, pela síntese presente, crêmos ter mostrado alguns aspectos de espantoso desenvolvimento de Cuba, país livre para sempre das amarras do imperialismo e luminoso exemplo de coragem, independência e civismo para os jovens estudantes do mundo de hoje.

IMPRESSÕES SÔBRE O SOCIALISMO

O PROCESSO HISTÓRICO

O entrechoque de forças é, grandemente observado, no mundo. Parece-nos que a natureza é a resultante da combinação de forças contrárias que se interligam, numa reação intermitente.

No âmbito das idéias, do pensamento, das relações humanas, este embate é poderoso e universal. Fazer a história política da humanidade é descrever a sucessão de princípios, de escolas, de sistemas que recaem sobre outros para aniquilar, com ímpeto, as velhas convenções bolorentas.

Sempre o conservadorismo intollerante encontrou, diante de si, o bombardeio fulgurante dos sentimentos revolucionários. As épocas, os regimes políticos envelhecem. A vida social precisa renovar-se, na própria ambiência social, vão se criando os suportes condicionadores das futuras etapas. E esta realidade social, à proporção que se transforma, vai entrando em contradição com o ordenamento jurídico, com os sistemas estabelecidos de vida e uma ânsia de revisão, faz-se o ideal crescente dos intelectuais progressistas, ganhando finalmente as massas.

Cada período histórico é anunciado pelos homens de gênio que arrastam em sua cruzada os valores autênticos de cada geração.

A mediocridade não aceita as novas idéias que vêm como uma força derrubadora de tabus. Eles se sentem insuficientes, e se

agarram, num arroubo de sobrevivência, aos chavões cansados como eles e como eles impecilhos sociais.

Neste descambar de milênio, o capitalismo é a "força velha" a gerar crises, que, num brado de salvação, apelam para as "forças novas".

O liberalismo civil e político, que surgiu como um movimento libertário, foi aniquilado pelo liberalismo econômico. Como bem assinala Álvaro Lins: "Perdeu, dêse modo, a sua significação. Passou de força libertadora a instrumento de escravidão". Como instrumento de proprietários, de industriais, de grandes comerciantes sufocou o imenso proletariado que agoniza estarecido ante "a libido da riqueza privada", que dominou irresistivelmente o mundo capitalista.

A injustiça econômica tornou-se flagrante. O processo histórico, todavia, com o desenvolvimento imensurável do proletariado e as contradições cada vez mais pronunciadas do capitalismo, delineou o quadro, para o advento universal do socialismo.

OS ESTRATORES DE UM SISTEMA

O gongorismo, nas letras, como o barroco e o rococó, na arquitetura, significaram os arranços derradeiros do classicismo. A escola, perdendo a sua pureza originária e se dispersando

incontrolada, apresentava-se irreconhecível.

O capitalismo, em nossos dias, encontra-se nestes termos. É a artista enrugada e velha que não pode mais ser "prima dona".

Transformou-se. Mudou de face. Nem nos Estados Unidos ele se conserva em sua integridade clássica. Roosevelt realizando algumas prescrições de Keynes, amarrou-lhe escoras que o sustentarão enquanto possam.

Mas, pela observação dos fatos, chegamos à dolorosa conclusão de que no mundo capitalista a família se desintegra e a sociedade se corrompe. Os extremos jamais deixaram de ser perigosos. O capitalismo ampliou os extremos da riqueza e da pobreza. O apêgo ao dinheiro fez com que os homens ouro, esquecessem o lar, abandonassem espiritualmente esposa e filhos. E o adultério aumenta, a mocidade desequilibrada e sem freios enche os jornais.

Os pobres sem meios, sem educação, sem emprego, encontram a delinquência, a prostituição, a vagabundagem como refúgio miserável e único.

É este clima torpe que clama por um movimento que lhe estráia as contradições. A luta humana tende para a libertação, para a igualdade de oportunidades. A Revolução Francesa e a Declaração de Direitos do Homem voltaram-se para este ideal que não se concretizou porque a liberdade de alguns ofuscou a

liberdade de muitos. Observou Harold Lask: "A burguesia não buscava a liberdade como fim universal, mas como meio de desfrutar a riqueza que se abria diante dela".

As distorções de nossa economia, a carência de uma sistemática coerente, o recesso dos grandes países capitalistas fez com que estes desviassem as riquezas dos países fracos para fortalecer a sua economia em vias de esfacelamento. 95% da renda mundial se concentra em apenas 50% da população do globo, enquanto que a outra metade vive sacrificada, esfomeada com uma insuficiente parcela, com 5% da renda, tão somente.

Diante dos quadros de crescente pobreza, da massa de mendigos e desempregados, alguns escritores maltusianos começaram a propagar que a superpopulação, face a insuficiência da produção, levaria a humanidade ao extermínio. O equívoco destes autores resulta de uma visão capitalista dos fatos.

A verdade é que o problema é muito mais de distribuição do que de produção e população. Regiões de restrita habitação como a Amazônia, o sul da Argentina são regiões de fome, enquanto países de superior densidade demográfica têm uma mais alta expectativa de vida e uma situação alimentar incomparavelmente melhor.

Em 1948, o escritor norte-americano William Vogt publicou o livro "O Caminho da Sobrevivência". Nesta obra ele se refere à mesquinhez da natureza e ao apetite reprodutivo do homem como causas da fome. E prossegue aconselhando:

- a) que se deixe morrer os fracos e doentes;
- b) que se ajude os famintos a morrer mais depressa;
- c) que se controle os nascimentos.

Condena a medicina e invectiva os médicos por salvarem de pestes as regiões pobres. Chega à extrema desumanidade ao afirmar: "há poucas esperanças de que o mundo escape ao horror de devastadoras fomes na China. Mas, no interesse do mundo, poderão essas fomes ser não só-

mente desejáveis, mais indispensáveis".

O individualismo inescrupuloso destas idéias, o absurdo de seu teorema foi demonstrado na própria China a que Vogt se referia. Este país, com a revolução e a mudança do regime, de nação milenária da fome, de povo condenado, — sem mortes de crianças, sem assassinios brutais, sem que se provasse a morte dos fracos, — apresenta-se hoje como nação equilibrada, onde não mais se morre de fome. Antes do socialismo morria de inanição na China, em média, por ano, um milhão de habitantes.

E' o socialismo, conseqüentemente, um fator necessário à libertação do homem, à sua reumanização.

Os estados não socialistas ou são imperialistas, e vivem da rapina, ou não o são, e se arrebitam em pauperrismo absoluto.

O HOMEM-VIDA

Neste nosso século, em que se inicia a era da razão vital, de que nos fala Ortega y Gasset, a conduta de cada Estado deve voltar-se para a realização da justiça social. Deve procurar substituir o homem-ouro pelo homem-vida.

Se o mundo é de abundância, a intervenção do Estado no domínio da economia, terá a função de distribuir esta riqueza de modo a possibilitar ao homem as condições mínimas a uma vida possível. E' preciso que os bens de produção passem ao domínio público, para, pertencendo ao povo, voltarem-se para as necessidades deste mesmo povo.

Não se justifica que uma fração mínima da humanidade, acumulando importâncias miraculosas, viva a dispersá-las, inutilmente, quando tais riquezas alimentariam os famintos, abrigaria, educaria, salvaria 2/3 da humanidade, que é a massa atual de esfomeados, segundo cálculos oficiais da ONU.

O socialismo tem pregado a declaração, em todo o Globo, de uma guerra mortal contra a economia do lucro, para que se instale uma economia de vida.

O capitalismo é desumano e

cruel porque se fundamenta no lucro. Para os grandes lucros impõe-se um alto preço. Daí resulta uma produção pequena para que os preços não caiam, conforme a lei da oferta e da procura. "Eis o drama do capitalismo: se a produção é grande há crise — os preços baixam; se a produção é pequena, há crise — insuficiência de bens de consumo, preços altos, desemprego".

A máquina vem afastando os homens das empresas, substituindo-os e deixando-os ao desemprego. No sistema socialista, contrariamente, ela terá a função de servir, de ajudar ao homem, nunca a de sacrificá-lo. Será usada na razão das necessidades vitais.

CONCLUSÃO

Marx, em seu livro "O Capital", foi quem primeiro fez um estudo profundamente científico e dialético da mais-valia, mostrando a sua origem e a exploração decorrente da estrutura capitalista.

"O que o operário vende — ponderava Marx — ao capitalista, como uma mercadoria não é seu trabalho, é sua força de trabalho. E' desta que o capitalismo retira a mais-valia, isto é, a diferença entre o que paga ao operário como valor de sua força de trabalho, e o valor que, realmente, foi criado pelo operário. E' daí que provém o lucro do capitalista, os juros do banqueiro e a renda do proprietário da terra".

E' a mais-valia o núcleo de todo o sistema capitalista. E' este o processo empregado para deslocar a riqueza dos músculos do trabalhador para o bolso do capitalista.

A grandeza da doutrina de Marx encontra-se em sua tendência universalista. A sua formulação partiu do estudo e da observação dos princípios que regem a conduta social do homem.

Com o socialismo a espécie humana marcha para a conceituação daquela "ciência política universal" de que fala o prof. Cole, ilustre mestre da Universidade de Oxford.

Em cada região os princípios
(Continua na pág. 74)

POVO X GOLPISTAS

Contribuição dos Estudantes de Pernambuco à luta pela Legalidade —
Parte do relatório enviado pela UEP
ao Conselho Nacional dos Estudantes
(Pôrto Alegre, setembro de 1961)
elaborado pelo acadêmico JARBAS
DE HOLANDA

I — A BOMBA DA RENÚNCIA — A renúncia do Presidente Jânio Quadros estourou como uma poderosa bomba, na tarde de 25 de agosto de 1961. O povo acorre às redações dos jornais, às praças centrais, em busca de explicações... O último "bilhete" contém a denúncia: "**a reação, as forças externas**". A tensão cresce e o povo compreende: o Presidente caiu porque condecorara Ernesto "che" Guevara, porque era amigo de Cuba, por causa da política externa **Independente** da dos **ESTADOS UNIDOS**. Os mesmos motivos que levaram **Vargas** ao suicídio. Novamente Lacerda, Cordeiro de Farias, Denys, Sílvio Heck.

A noite, este clima de intranquilidade, de ódio, determinaria passeatas, comícios, feitos ainda sob os maiores impactos da renúncia, e marcados, pois, pelos "slogans": **Jânio sim, Lacerda não!**

Brasil sim, ianques não!

Abaixo a Ditadura, viva a Democracia!

Quartéis de prontidão, polícia efetuando prisões, e o povo nas ruas protestando contra o Imperialismo, contra o Golpe, contra a Ditadura.

II — ENTREGUISTAS — SO-

BERANIA NACIONAL — POVO NAS RUAS — A "petulância" da política externa do Brasil de colocar por terra os maiores objetivos da Conferência de Punta Del Este — a formação de uma ampla e sólida união de todos os os países latino americanos contra Cuba, com a condecoração ao Ministro das Finanças de Fidel Castro, a quem Jânio Quadros considerou "uma das maiores figuras do hemisfério", ultrapassara todos os limites de tolerância e esgotara as últimas esperanças. Depois de tão provocadora atitude, somente um caminho restava para derrubar o governo cubano: derrubar a política externa em vigor no Brasil. O ato da condecoração deveria assumir **dimensões descomunais**, de modo a **provocar uma grande reação** de todas as camadas conservadoras. A mobilização dessas camadas seria ajudada pelas recentes declarações do Presidente: "A estrutura Agrária do Brasil está Caduca. O projeto do qual é relator do deputado José Joffily, merece as simpatias do meu governo". O dispositivo militar já estava preparado. A unidade das forças armadas conseguida. Na greve do Recife, já se havia realizado uma eficiente

demonstração contra estudantes, sindicatos, ligas compositas, governos progressistas existentes no Nordeste e quem mais desejasse ou desejasse inovações perigosas no Brasil. O povo decerto se confundiria: — os partidos políticos populares, os estudantes, os sindicatos estavam combatendo as famélicas "instruções" de Jânio. Tudo, pois, facilitaria uma ação de grande envergadura, procedida em nome da "ordem" e da "paz para a família brasileira"...

A primeira parte da trama ofereceu resultado melhor que o esperado: o "doido" — agora, um doido e dos perigosos! — surpreendentemente renunciou, deixando o campo inteiramente livre para as manobras. Impunha-se executar a segunda: impedir o Vice-Presidente que, ainda por cima, andava pela União Soviética e pela República Popular da China, participando ativamente da "perigosa política externa".

Aqui, entretanto, o povo que não pudera influir na primeira etapa, já estava nas ruas. E povo nas ruas atrapalha quaisquer planos Golpistas. Contra ele foi imposto o Estado de Sítio, com todo o seu cortejo de truculências, de terror. Voltado sobretudo para os sindicatos das ferrovias, dos

portos, dos bancários, dos grandes centros fabris, e para as entidades estudantis, pelo conteúdo NACIONAL, POPULAR, e DEMOCRÁTICO das lutas por elas sempre empreendidas. O combate ferir-se-ia, assim, entre os golpistas — agentes dos interesses do capital estrangeiro no País, **beneficiários da velha estrutura semi-feudal e pré-capitalista do campo brasileiro**, que influem fortemente num setor das Forças Armadas, em parte do Alto Cléro e da grande Imprensa e nas duas casas do Congresso Nacional, — e o povo brasileiro, através de suas várias camadas, com aspirações mediatas diversas, e com um objetivo imediato comum: **a defesa da Legalidade Democrática!**

III — VITÓRIA DO POVO — TRAIÇÃO AO POVO — PLEBISCITO DO POVO — A segunda etapa da trama golpista — o impedimento do Vice-Presidente e o consequente estabelecimento de um regime de excessão — frustou diante da poderosa frente legalista político-militar, constituída no Rio Grande do Sul, (com Machado Lopes e Brizolla) do progressivo enfraquecimento dos golpistas dentro das Forças Armadas e do movimento popular verificado em todo o País com o apoio de alguns governos democráticos ou a despeito da repressão policial-militar da maioria deles.

O movimento legalista, como analisamos na primeira parte desse trabalho, contou com a participação e simpatia das diversas camadas da sociedade brasileira. Mas, pelas circunstâncias em que se constituiu, como reação a uma intervenção violenta do Imperialismo em nossa vida política, seu conteúdo ideológico, seus reclamos mais profundos, seriam marcadamente os das Camadas Populares, dos Trabalhadores, dos Estudantes, da grande maioria da Nação, **EXPLORADA, AVILTADA, VILIPENDIADA** e despertada pela luta Legalista não apenas para o cumprimento formal de um dispositivo Constitucional.

A posse do Vice-Presidente, investindo de amplos poderes, conhecida a extensão dos seus com-

Crepúsculo

Gildo Tavares Nunes Machado
A Paulo Bandeira

Há nuvens de vermelho na paisagem
E grandes manchas negras semoventes.
Difusão de silêncio. Ampla miragem
De branco e de chitado nas vertentes

Da poesia campesina. — Ouço a triagem
Mansa de idéias sob os largos dentes
Dos bovinos envoltos na plumagem
Da tristeza encarnada dos poentes.

Ar bonançoso, calmo, de ternura,
Êles contemplam, graves, ruminando
Sêca herba de estranheza, os nossos usos.

Melancolia digerem vendo escura
Insaciedade ácida embaçando
Os olhares humanos e confusos.



promissos eleitorais e sobretudo os que decorreriam da vitória completa do movimento legalista, encerraria graves perigos para todos os interesses bastardos, majoritários no Congresso Nacional. Daí, a “iluminada visão” dos representantes das forças reacionárias, apavorados ante a perspectivas de uma revolução realmente popular, entendendo-se, a base de concessões mútuas, com os elementos conservadores que participaram do movimento legalista e aprovando, em Sessões Legislativas Relâmpagos, um Ato Adicional escandaloso, que rasgou em pedaços a Constituição vigente. Realizado o “Milagre”, puderam recuperar-se do medo, do susto, e apresentar-se “como salvadores da paz da família brasileira”. Se bem que alguns deles, mais privilegiados de inteligência, tenham conseguido vislumbrar que a suposta “salvação” não passara de uma PANACÉIA, de uma solução artificial, condenada a êxito dos mais efêmeros. Na verdade o povo repeliu a **vergonhosa Conciliação**. A nós, que fomos atirados com mais intensidade que nunca na vida política, à Juventude, que não tem compromissos, senão com o desenvolvimento do País, com a liquidação das **estruturas realmente caducas do campo brasileiro**, responsáveis pela **Improdu-**

tividade e pela Escravização a condições miseráveis de milhões de patrícios, com o combate acirrado ao Imperialismo, **gerador das Guerras e do Atrazo, das Doenças, do Analfabetismo e da fome**, aos Estudantes incumbe o dever de prosseguir sem desfalecimento a luta pela Soberania Nacional, por uma política externa que reflita o apoio do povo à Independência de Cuba, que sejam rompidos os compromissos feitos por presidents despóticos, com o Departamento de Estado norte-americano, e por uma política econômica que acabe com o aviltamento dos trabalhadores procedidos em favor do ostensivo enriquecimento dos tubarões e dos magnatas. Que se desenvolva o País, tendo por base principal o desenvolvimento Social e Econômico do Povo Brasileiro.

A conciliação produziu um governo que não reúne os elementos para a feitura de uma política dessa ordem. Por isso, a União dos Estudantes de Pernambuco, como um dos órgãos líderes da luta legalista em Pernambuco, por delegação dos universitários e sempre a serviço dos legítimos interesses do povo, está mobilizando o Recife, Pernambuco e Nordeste, para exigir a realização de Plebiscito, que restabeleça a soberania do povo, sem a qual a do país será um mito.

O 11 DE AGÔSTO E O 31 DE MAIO(*)

Gildo Tavares Nunes Machado

O professor Lourenço Ribeiro, primeiro Diretor do Curso Jurídico de Pernambuco, aqui sobrelevava, em sua aula de inauguração, famosa e elogiada fartamente, inclusive por Pereira da Costa: "Eis, jovens e caros concidadãos, abertos, nesta Província, os tesouros da sabedoria".

Com efeito, as duas Escolas Pioneiras, a de Olinda, depois transplanatda para o Recife, e a de São Paulo, não apenas foram tesouros de sabedoria. Mas, também, êsses dois Cursos de Direito, criados aos 11 de agôsto de 1827, graças ao judicioso espírito de iniciativa de Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo, constituinte e ministro de Estado, vieram a ser duas conchas acústicas em que vibrou, com intensidade, a destinação unionista do continente brasileiro.

Dentro daquêlê Brasil esfacelado da época da Independência, as inteligências do Norte e do Sul haviam de descobrir, no canto de sereia, diria melhor: no canto de sabedoria das duas importantes Escolas, marcas de identidade nas entregas de nossos patrimônios culturais, s vêzes feitas de modo candente, de geração a geração. Sentindo melhor nossas Tradições, haviam de ansiar, na vocação das várias Províncias, por uma "Vontade Nacional".

Entretanto, neste 11 de agôsto, quando celebramos sucesso jurídico de funda repercussão

social, contribuinte mesmo da alma desta grande Nação, vamos lançar os nossos olhares para o 31 de maio, realidade fática vital, insurgência impregnada de ardente sêde de Justiça, que, em boa hora, despertou nossa Faculdade de Direito da Universidade do Recife de um frio letargo de alguns anos, colocando-a ao mesmo caminhar de Castro Alves e Demócrito de Souza Filho.

Procuremos, embora com a rapidez que a ocasião exige, deixar uma observação de superfície por um mergulho até suas causas. Busquemos, com o máximo de isenção, as determinadas daquêles recentes acontecimentos desencadeados por uma mocidade sadiamente revoltada.

Pois bem, achamos, sinceramente, que devemos tomar emprestados os versos de Jomar Souto: "Milhões de toneladas não pesam mais que o pêso do vazio". Foi êsse pêso do vazio, acreditamos, adicionado a certas motivações totalitaristas da parte do Diretor, que moveu os fatos.

Somos daquêles que, fazendo Justiça, reconhecem o trabalho intensivo, lúcido, congruente de muitos professores. Todavia, qualquer unidade administrativa existe para ser administrada, para ser aplicada, o mais racional e pragmaticamente possível, a um fim. E que sucedia? Sucedia, em nossa Faculdade, simplesmente cômodamente, o absentismo. Podia haver boas in-

tenções. Mas, interêsse organizado e coordenação não havia. Não se administrava. A Escola longe estava de servir a seus fins. A Diretoria, esta existia, porém não existia direção. O abandono era patente. Bons melhoramentos, na parte material, foram conseguidos; em virtude do esforço desenvolvido nas duas gestões de Luiz Rangel junto à Reitoria.

Sôbre a orientação do Curso, se é que podemos falar em orientação, há muito que lamentar, que criticar e modificar. Contudo, a oportunidade não é propícia para um exame de tudo que, aí, nada tinha de são.

Convém destacar, no entanto, uma grande decepção que, decerto, confrange a maioria absoluta dos calouros. — O ano em que o colegial mais se dá aos estudos é, sem dúvida, o que antecede o Exame Vestibular. As vigílias se tornam habituais. Ele ronda a Faculdade, namora-a. Prepara-se, não raro, com entusiasmo, sonhando com sua vida de universitário. Ingressa no primeiro ano com vasta bagagem de esperanças. A pouco e pouco, todavia, vai descobrindo que não está preparado para o Curso. Então sente rugir silenciosamente a decepção. Por que não preparado? Porque Filosofia (incluindo Princípios de Sociologia) e História, matérias basilares para o Estudo sério de Ciências Ju-

(Continua na pág. 45)

O POVO: TITULAR SOBERANO

JOSÉ
MARQUES
DE
MELO

Sieyès, teórico da Revolução Francêsa e elaborador da teoria do Poder Constituinte — o poder de criar a Constituição de um Estado —, defendeu em seu estudo "Qu'est-ce que le Tiers-État? que o titular soberano dê-se Poder reside verdadeiramente no povo, uma vez que êle, na opinião de Pinto Ferreira, "pode comprometer-se, em sua função constituinte, a só adotar uma Constituição determinada". Nessa teoria fundamentou-se a "teoria democrática" do Poder Constituinte, que permanece em vigor nos denominados "estados democráticos".

No entanto, se analisarmos o texto da teoria original e observarmos a maneira através da qual ela vigora nos "estados-democráticos", concluiremos que não possa de uma teoria falsa, inclusive aliçada no falso conceito de nossas democracias (as do mundo Ocidental), classificadas como de-

mocracias sociais e liberais.

Pois, estudando pormenorizadamente cada termo dêsses conceitos, encontraremos uma infinidade de argumentações pré-fabricadas para servirem de sustentáculo, que diferem no total do seu sentido objetivo. Mas, aco- dem os doutrinadores fabricantes de tais defesas dizendo que essas são significações "técnicas", "jurídicas", etc., vale dizer, um modo mais discreto de encobrir a fragilidade de suas bases para iludir os menos avisados, o que conseguem facilmente, quando a maioria em geral o é.

Por exemplo, o conceito "técnico-democrático" de **povo** — e que nos interessa mais de perto — não consiste na população total do Estado, mas apenas naqueles indivíduos dotados de "direitos subjetivos públicos", ou seja votar e ser votado. O que equivale a estabelecer que os indivíduos portadores de tais direitos são, nada mais, que uma pequena minoria, da qual ainda se subtrai aquela minoria, que, ao votar, é vencida pela maioria.

Consequentemente, o "povo" que elege as Assembléias Constituintes é simplesmente uma fração mínima do verdadeiro povo (tôda a população); e uma prova típica da falsidade da "teoria democrática" do Poder Constituinte está nas próprias constituições dos ditos Estados democráticos, que cuidam tão só de assegurar direitos àquelas minorias privilegiadas ("o povo", no dizer dos ilustres teóricos da simulação) em detrimento da grande maioria, cujas condições econômicas são mesquinhas.

Fundado nisso é que o próprio Rui Barbosa já reconhecia a mistificação desenvolvida em

D O P O D E R

C O N S T I T U I N T E

torno de nosso “regime democrático”, no qual a “**teoria** e a **prática** se contradizem paradoxalmente, quando afirmou nos seus “Comentários à Constituição Federal Brasileira”: “as fórmulas das nossas constituições, que ainda têm por normas as declarações de direito consagrados no século XVIII, já não correspondem exatamente à consciência jurídica do universo”, razão pela qual “a inflexibilidade individualista dessas cartas, imortais, mas não imutáveis, alguma coisa tem de ceder ao sopro de socialização que agita o mundo”.

Esse prognóstico de Rui Barbosa já era um vislumbre do aperfeiçoamento das democracias, isto é, a execução planificada e atualizada daqueles princípios existentes somente na própria teoria, o que hoje se verifica nas democracias populares, cujas constituições — consoante testemunha Pinto Ferreira em sua obra “Teoria Geral do Estado” — “trazem em seu conteúdo verdadeiras garantias às massas proletárias, impedindo a exploração do homem pelas minorias burguesas”. Donde se pode perceber que tais constituições provêm do povo (todos os indivíduos que compõem a nação) no exercício soberano do Poder Constituinte.

Então, como verificamos, existe grande diferença — é interessante frisar — entre o **povo** das democracias sociais e liberais e o **povo** das democracias populares, notadamente no que concerne às suas funções constituintes. Naquelas, o povo se resume às minorias burguesas, e nessas, corresponde a toda a população estatal.

Em decorrência disso, nota-se claramente que a titularidade soberana do Poder Constituinte, na concepção “democrática” conservadora, firma-se naquêle mesmo princípios tradicional, dogmático e superado da Soberania do Estado. Isto é, o titular do Poder Constituinte, nêsse caso, reside no próprio Estado, que é representado pelas minorias burguesas da sociedade.

Hoje, com o conceito relativista de soberania podemos verificar que esta se encarna na própria nação, ou seja, nos indivíduos que a compõem. E assim sendo, o titular soberano do Poder Constituinte também está na nação ou no povo, na comunidade de pessoas que compõem o Estado.

Porque, se o povo é o único poder soberano, se qualquer governo só permanece no poder até quando o povo quer, da mesma maneira o Poder Constituinte positivamente soberano está no povo.

E quando, como nas nossas retrógradas e reacionárias democracias sociais, os poderes constituintes elaboram as constituições, não o fazem soberanamente, porque a falsa **soberania** de que se investem é sustentada apenas enquanto conseguem enganar o povo e esconder de sua ignorância, com artimanhas geniais, que só ele é soberano, unicamente soberano.

A História vem mostrando que um dia em sua vida cada povo vislumbra sua própria soberania. E então se imbuí de suas funções constituintes, pondo à margem de seus caminhos os antigos mistificadores, e criando estruturas novas para novas sociedades estatais.

Para apresentar um exemplo recente e bem próximo, aí está Cuba, onde o povo assumiu soberanamente o Poder Constituinte e soberanamente defende a sua Constituição, desmacarando a soberania fictícia e simulada dos seus antigos governantes, espelho fiel dos titulares do poder nas demais democracias ocidentais.

Notas Sobre O Papel Do Homem Na História

LUIZ ANTÔNIO DA CUNHA

A história da humanidade a partir do século XIX sofre uma profunda mudança de base. Deixa de ser um emaranhado de histórias desligadas para conscientemente tornar-se HISTÓRIA. Abre-se para a humanidade uma visão de possibilidades novas. E esta visão traz consigo um imenso reajuste de idéias.

As concepções do papel da personalidade na história começam a ganhar corpo, deixando de lado convicções partidárias e limitadas.

As teorias idealistas sobre o papel do homem na história, nesse século, foram sustentadas e desenvolvidas entre os alemães, primeiro pelos chamados neo-hegelianos (Bruno Baer, Max Steiner) e posteriormente pelos neo-kantianos (Max Weber e outros). Na Inglaterra, esta concepção foi preconizada pelo historiador THOMAS CARLYLE em seu livro "Os Heróis e o culto dos heróis". Escreveu ele que "a história universal, a história daquilo que o homem tem feito no mundo é na essência, a história dos grandes homens... e a história destes encerra em verdade o espírito de toda a história universal". Como vêem, segundo Carlyle, a história universal se reduz às biografias dos grandes homens. As massas estavam relegadas a um plano inferior de meros rebanhos.

Em sua obra o filósofo ale-

mão Nietzsche continua colocando o povo numa posição depreciativa. Justificava a condição de escravos em que os trabalhadores se mantinham em seu tempo. Era o princípio fundamental do "super-homem" — a vontade do poder.

Hegel, compreendendo as falhas dessas concepções anteriores, que explicavam a história, como aquilo que aparece na superfície dos sucessos da vida social, tentou corrigi-las, apresentando uma nova teoria em sua "Filosofia da História". Para ele, os personagens e os povos atuam como joguetes em mãos de forças sobrenaturais, em mãos do destino. É a concepção fatalista do desenvolvimento histórico. Hegel chama aos grandes personagens históricos de "representantes do Espírito Universal". Tudo no mundo já estaria predestinado. Esta concepção se acha vinculada em grande parte à concepção religiosa do mundo, refletida na frase segundo a qual "o homem põe, Deus dispõe". Santo Agostinho, o grande filósofo da Igreja, diz, "do mesmo modo que depende de Deus afligir ou consolar os homens, segundo os conselhos da justiça e de sua misericórdia, é ele também quem regulamenta a duração das guerras, quem as abrevia ou prolonga segundo sua vontade" (Cidade de Deus).

Tôdas estas concepções idealistas do homem e seu papel na

história nos fazem lembrar, por muitos modos o "Chantecler" de Edmund Rostand. A ave canta, e a manhã clareia a terra. Por conseguinte, sua existência baseia-se na idéia de que existe uma relação causal entre o seu canto e o aparecimento da alvorada. "Chantecler" vive nessa certeza, até que um dia é impelido, por seus inimigos, a ficar em silêncio. Então a aurora surge sem que ele a chame. Completamente desorientado, o triste galo apercebe-se do seu erro. Mas imediatamente, procura uma nova hipótese.

Um grande avanço no desenvolvimento das concepções acerca do papel da personalidade e das massas na história, se acha contido nas doutrinas dos historiadores franceses da época da Restauração — Guizot, Thierry, Mignet e outros. Em suas investigações, estes historiadores começaram a levar em conta a ação das massas populares na história. Cairam, no entanto, no outro extremo — negar a importância da personalidade como fator que pode acelerar ou atrasar a marcha do processo histórico.

Nos meados do século XIX, o historiador russo Belinski condicionou a ação dos personagens históricos às condições objetivas da época. "Os personagens históricos, os grandes personagens" dizia ele, "aparecem como consequência das circunstâncias históricas e expressam, de um modo ou de outro, as necessidades da sociedade de seu tempo". Outro historiador russo Dobroliubow, dizia "a História só se ocupa dos homens, incluindo os grandes homens, à medida em que adquirem uma significação relevante para o povo ou para a humanidade".

Esses historiadores chegaram aos umbrais do materialismo histórico.

Gorki, escritor clássico russo afirmou "o povo não é somente a força criadora de todos os valores materiais; é também o manancial único e inesgotável dos valores espirituais, o primeiro filósofo e primeiro poeta, o primeiro no tempo, o criador

(Continua na pág. 45)

O LOBINHO COMENTA:

O Que Se Passa No Mundo Ocidental

“Segundo o jurista Richard Wels **sòmente em Nova York**, no ano judicial de 1947 foram formulados entre conjuges 7.744 (sete mil setecentos e quarenta e quatro) Acusações de Adultério.” O Lobinho comentou: que grande exemplo de Moralidade...

—o—

O Presidente Johan Kennedy enviou à Conferência realizada em Punta del Este a seguinte mensagem: “Se chegarmos a uma feliz conclusão (de atacar Cuba) poderemos estar certos de que os povos da América Latina, caminharão pela via do progresso. Mas se fracassarmos, não há nenhuma dúvida de que assistiremos à **EXPANSÃO DO COMUNISMO** e o malôgro da sociedade “livre”. O tuberculoso que estava a ouvir o rádio respondeu: Onde é que fica essa sociedade livre? Será aquela favela do Rio de Janeiro? ou será aquela sociedade filantropica situada em Casa Amarela onde em mil crianças nascidas morrem quinhentas?

—o—

Os francêses afirmam que “**ASSUMIR A INICIATIVA DE CONFERENCIAR COM OS RUS-SOS PARECIA UM ATO DE DEBILIDADE POR PARTE DO OCIDENTE**”. O Lobinho respondeu: Amái uns aos outros.

—o—

As Nações Latino-Americanas voltaram as costas na Conferência realizada em Punta Del Este a Cuba, rejeitando as exigências da Delegação Cubana para que fôsse decidido por votação se o regime de FIDEL seria beneficiado ou não pelo programa: **ALIANÇA PARA O PROGRESSO**. O tuberculoso, ao ouvir a notícia respondeu: Judas teu exemplo continua bem vivo no mundo ocidental. Pobre nação aquela que tem a ousadia de se **LIBERTAR**.

—o—

Elizabeth Taylor — deu um prejuizo de 400 milhões à Empresa Fox. A famosa estrela gastou 100 milhões para livrar-se da morte. O tuberculoso latino, estupefacto, exclamou: Cadê minha base económica?

—o—

FIDEL CASTRO afirmou na ONU “estos pactos de defensa hemisferica mejor pudieran ilamar-se de **PACTOS DE DEFESA DE LOS MONOPOLIOS NORTE-AMERICANOS**”. O Lobinho como

não sabe espanhol preferiu não comentar.

Em CUBA, SEISCENTAS MIL PESSOAS vi-viam desempregadas, número, é bom que se diga, igual ao dos ESTADOS UNIDOS, na sua grande crise. O Lobinho comentou: Se levarmos em conta a diferença de população veremos que CUBA dormia em **ETERNA CALAMIDADE PÚBLICA**, garantida pelo **AVAL NORTE-AMERICANO**.

—o—

Kennedy disse: Os Estados Unidos estão dispostos a fazer um esforço **PROFUNDO**, (cuidado com o despenhadeiro, Tio Sam) para ajudar o desenvolvimento da América **LATINDO**. O Tuberculoso, que passava perto de um rádio, de fabricação norte-americana, respondeu: “Com a Samba, o Moinho Recife, a Coca Cola, não haverá esforço que dê jeito à nossa situação de País **SUB-DESENVOLVIDO**, snr. Kennedy.

—o—

PIO SOCARRAS, ex-presidente de Cuba, afirmou que o **DESAPARECIMENTO DO REGIME CASTRISTA CONSTITUI REQUISITO FUNDAMENTAL PARA O PROGRESSO HARMONIOSO DA AMÉRICA**. O tuberculoso latino chorou porque a tuberculose que tinha contraído tinha sido muito antes de Fidel entregar a ilha de Cuba aos cubanos, seus legítimos proprietários.

—o—

O irrequieto senador SMATHER disse ao Presidente Kennedy: A República Dominicana poderá se tornar outra Cuba, por êste motivo, V. Excia. deverá mandar que os fuzileiros norte-americanos desembarquem imediatamente no seu solo. O tuberculoso latino gritou: Transviado!...

—o—

MARIA ANTONIETA, a decantada rainha tinha quinhentas (500) empregadas domésticas e um colar de 647 diamantes. O tuberculoso respondeu: quem gastava desse jeito só podia ficar sem peçoço.

—o—

A ex-rainha SORAIA recebeu **MEIO BILHÃO DE CRUZEIROS EM JOIAS**, porque Deus negou-lhe a lhe dar um filho. O tuberculoso exclamou: Barbaridade!

Segundo o jornalista ANIBAL FERNANDES, somente 13 NEGROS AFRICANOS conseguiram formar-se em 160 milhões de Africanos. O tuberculoso latino disse: Foi "grande" o interesse dos colonialistas em Civilizar e Educar os seus irmãos PELÉS... A Grande África permanece escrava da civilização Ocidental cerca de 3 mil anos, e educar treze negros foi sem dúvida um notável e estafante trabalho... O Tuberculoso latino perguntou: essas 13 múmias será que ainda estão vivas?

—o—

A revista Times, de janeiro de 1960, juntamente com a revista Visão, publicou: Os Africanos são homens bárbaros e não habituados ao exercício do poder, homens que desrespeitam tudo o que foi assinado pelas potências Coloniais, homens inexperientes que por muito tempo ainda não conseguirão aprender a GOVERNAR O COMPLEXO REGIME DEMOCRÁTICO, enfim homens sem CULTURA E EDUCAÇÃO.

O TUBERCULOSO LATINO disse: Por que as potências Ocidentais não incentivaram a Educação nos Africanos, deixando-os PROPOSITADAMENTE ANALFABETOS? Por que não deixaram os pobres Africanos estagiarem nos Cargos Políticos, para se acostumarem a governar o complexo regime? Por que não deram ao Negro Africano, meios necessários, métodos e instrução, a fim de torná-los Aptos a organizarem seu próprio Governo?

O CEGUINHO do Meloqueiro, vendo que o tuberculoso não comentava a notícia para os seus leitores respondeu: O que as Potências Ocidentais querem é ROSETAR, meu amigo!

—o—

SALAZAR CONTINUA FURIOSO — Angola é a sua constante dor de cabeça. Angola, que sustenta Portugal, exporta Café para os Estados Unidos (que estão em todas as riquezas) no valor de 42 milhões de dólares, SISAL, Diamantes, MINÉRIOS DE FERRO, AÇÚCAR, MANGANÊS; e Salazar como não querer perder de jeito nenhum essa boca; mandou para Angola fuzileiros portugueses com missão expressa de arrancar pés, mãos, braços, orelhas, língua e dentes dos negros nacionalistas.

A Chacina até o momento é considerada uma das maiores da história.

O Tuberculoso Latino indignado exclamou: VIVA HITLER!

—o—

MARGERY MICHEL — professora norte-americana foi mandada para a NIGÉRIA, com a finalidade de educar. Todavia, depois de uns dois meses, enviou, a uma sua amiga nos Estados Unidos, um cartão postal com os seguintes dizeres: "NA NIGÉRIA, EXCETO NÓS, TODO MUNDO, VIVE NAS RUAS, cozinha nas ruas e até banha-se nas ruas.

O Lobinho depois de ler o humorístico cartão exclamou: Ah! eu lá!

—o—

O PORTA-AVIÃO MINAS GERAIS, que estava no cemitério dos navios na Inglaterra foi comprado pelo Brasil pela "insignificante" quantia de 13 BILHÕES DE CRUZEIROS.

Hoje o "fabuloso" ainda não conseguiu flutuar, pois "JOGA" a marinha contra a aeronáutica e vice-versa...

—o—

COCCINELLE — A sensação da vida noturna parisiense é considerado por muitos uma incógnita pois ninguém sabe se é HOMEM ou MULHER.

O Lobinho antes de ouvir o término da notícia desligou o rádio e exclamou: Essa doença que se alastra no ocidente pega...

—o—

O tuberculoso brasileiro lia: OS NORTE-AMERICANOS SÃO DONOS DO BRASIL! Dominam: Os laboratórios de remédios, o algodão através da SANBRA, os enlatados (Anglo e Swift), 60% da exportação do café, os moinhos (ração), energia, minérios, a imprensa falada e escrita, a distribuição do petróleo através da Esso, a indústria do couro, Pastas, Escovas, Sabonetes, Talcos (LEVER), Materiais Elétricos, Perfume e até a "nossa" Lança Perfume.

O Lobinho permanecia calado. Mas ao ouvir o Hino Nacional em ritmo de "rock and roll" exclamou: Dia haverá que o Povo em revolta tudo confiscará. (Queiram ou não os senhores senadores, ministros, deputados e entreguistas).

—o—

O deputado Sérgio Murilo na 3a. Semana Nacionalista de outubro próximo passado disse: "Cuba é o farol que ilumina a América Latina".

O Lobinho comentou: Até para os que não aceitam o regime castristas é válida a afirmação do jovem parlamentar. Quem nega que depois da revolução de Sierra Maestra a América Latina, passou a ser tratada com maior respeito e menos humilhação.

—o—

BRIZOLA afirmou ao lobinho:

Sou um dos que sustentam a tese de que devemos acompanhar atentamente o que em Cuba aconteceu. Se hoje Cuba e seus dirigentes, estão desligados quase do mundo ocidental, isto se deve exclusivamente aos Estados Unidos, à intransigência, à intolerância dos dirigentes públicos e dos chamados homens de negócios norte-americanos.

Com esta incompreensão e a sua intransi-

gência estão crescendo à medida que a força da grande nação americana aumenta, temo que esta incompreensão e esta intransigência recaiam sobre os outros povos da América Latina. Sabemos que os dirigentes revolucionário cubano quiseram, logo que vitoriosa a Revolução encontrar um termo de vida correto com os Estados Unidos. Mas, montados na sua intolância, os Estados Unidos recusaram-se a admitir qualquer ofrma de convívio que importasse em abolir os inaceitáveis privilégios dos grupos espoliadores, e esta é a origem do "caso cubano".

O lobinho então comentou: Agora às vésperas da conferência dos Estados Panamericanos, os Estados Unidos pretendem nos engajar, e arrastar toda a América Latina, atrelada ao carro de sua Intransigência.

—o—

Livros escritos por sociólogos americanos Insuspeitos, por professores das universidades americanas estão a revelar o quadro real de Cuba antes da revolução. Dizem eles: "Como aquele povo poderia se auto-determinar-se, se os cubanos de tudo quanto tinham em seu país, nada era seu?"

Tudo era propriedade norte-americana. Como poderiam dar terras aos que não tinham terras, se a maioria das terras era de propriedades de empresas estrangeiras e norte-americanas.

O lobinho comentou: até que enfim, a Elite Cultural norte-americana conseguiu libertar-se dos Dolares destinados aos intelectuais.

—o—

O lobinho descreve o pensamento subjetivo? Um estudante chamado Eliá procura por todos os meios ser a vedeta do arcaico movimento pró-Soriano. O engraçado é que o referido é partidário da Libertação dos prêsos que incendiaram o grande circo norte-americano, de Moisés Lupion ao governo do Paraná, do retorno das antigas colônias Goa, Damão, Diu a Portugal, da volta à idade média (condenando histêricamente a revolução dos Burguês-es) e ainda afirma categoricamente que os países filiados a O. E. A. têm o DEVER e a OBRIGAÇÃO SAGRADA, de invadir Cuba, para entregar as ricas fazendas e os imensos canaviais cubanos aos exploradores norte-americanos.

O tuberculoso latino comentou: Esse Eliá, tem o dever e a obrigação de ficar calado. Não há mais lugar neste mundo, para os partidários da Monarquia e desajustados no Século Vinte.

—o—

Brizola disse:

Há um mandamento a que os homens públicos se deveriam submeter com a maior Constância e com a maior Humildade. É aquele que deveria obrigar a todos nós o convívio com os MOÇOS. Como meio de evitarmos o perecimento espiritual, o Envelhecer das Idéias, a Decadência de nossas Próprias Convicções.

"O lobinho comentou: Atenção Exército, apreenda este primeiro mandamento dos jovens Universitários, antes de tomarem novamente a Faculdade de Direito. QUEM NÃO SENTE E PENSA COMO OS JOVENS NÃO ESTÁ NA VANGUARDA DE SEU TEMPO.

—o—

Ainda do Brizola:

Os homens públicos dos Estados Unidos, não nos demonstram até agora ter compreendido que o Capitalismo instaurado na América Latina se manifesta e desenvolve de forma diferente, isto é, com toda a primitiva crueldade.

A rigor, e infelizmente, os dirigentes norte-americanos que até agora, com raras exceções, têm tratado conosco e com toda a Americana Latina, ao invés de se mostrarem a ela

Se os nortea-americanos desejam ajudar-nos na criação do Grande País que devemos e haveremos de ser, custe o que custar, primeiro necessitam considerar que é DEVER dos Estados Unidos AJUDAREM, quanto mais não seja, PELO MENOS A TÍTULO DE RESSARCIMENTO POR TUDO O QUE O SISTEMA ESPOLIATIVO LEVOU DO BRASIL PARA LÁ. E A GRANDE PARTE DO FRUTO DE NOSSO TRABALHO CONTINUA, AINDA SENDO DRENADO PARA LÁ. E mais ainda: porque os termos das relações entre os dois países está determinando o congelamento da arcaica e injusta estrutura interna, impedindo-nos de reformar, re-estruturar a vida interna do Brasil, como é do conhecimento de todos.

Se os Estados Unidos desejam fazer grandes empréstimos ao Brasil, e se quiserem ser nossos amigos, não pensem em emprestar às organizações privadas norte-americanas aqui sediadas porque, neste caso, estarão agravando a nossa situação. Que emprestem ao poder público, de governo para governo.

—o—

O Lobinho e o Tuberculoso Latino agradecem a colaboração dos Estudantes de Direito que enviaram notas e recortes de jornais e revistas, a fim de serem humoristicamente comentadas.

FUGA DA INTELIGÊNCIA

I

Não inteligência minha
 Não quero mais as ficções das musas
 Não quero mais o magnetismo de tuas aparições
 Não quero mais rever o que já vi
 Não insistas inteligência minha
 Não me deixes preso ao teu mistério
 Tu me enganaste oferecendo a poesia como dolo
 Embriagando-me com a magia dos teus versos
 Prendendo-me nos jardins de tua fantasia.

II

Ouve inteligência minha... o meu grito
 Não quero mais baladas
 Não quero mais rondóis
 Não quero mais odes nem églogas
 Não quero mais epigramas nem sonetos
 Não quero ser mais patético nem palhaço
 Já percorri os brinquedos do teu circo
 Já percorri a tua flora e a tua fauna
 Já vivi como as hienas que não conhecem caçadores
 Já colecionei tôdas as tuas flôres
 Já aprendi o nome de tôdas as tuas borboletas
 Já bebi o néctar de tôdas as tuas fontes
 Já cantei sob a sombra de tuas árvores
 Já adormeci entre o canto do pintassilgo e o silêncio das Águias
 Já não posso rir nem fazer rir a ninguém.

III

Volta inteligência minha
 Não quero ser mais poeta
 A volúpia do teu mistério já me cansa
 Deixa-me levar uma mensagem aos meus irmãos
 Por que me cativas e me fazes escravo do egoísmo
 Mostra-me o caminho da casa do primeiro lavrador
 E êle me guiará para outras casas...
 Oh! inteligência minha, tu não me ouves
 Mas o teu reino se findará como tantos reinos
 Então meus irmãos virão a mim
 E gozarão comigo o que me deste em fartura.

Pense

É necessário pensar

Inicialmente; que devemos viver pensando

Depois, pensar sèriamente...

Pensar que realmente existimos

Pensar em tôdas as críturas do mundo

Pensar de uma só vez

Pensar nos que constroem as civilizações

Pensar nos que retardam

Pensar na ascenção histórica do mundo

Pensar na luta dos contrários

Pensar se há possibilidades de serem iguais

É necessário pensar...

Pensar em tôdas as religiões do mundo

Pensar no leito da miséria de seus adeptos

Pensar em tôdas as formas de govêrno

Pensar nas que ainda existem

Pensar nas que armazenam tesoiros

Pensar nas que deixam seu povo faminto

Pensar nas que distribuem suas riquezas

É necessário pensar...

Pensar como separar o joio do trigo

Pensar que o trigo é para todos

Pensar que todos nós somos iguais

Pensar que só somos o que somos

É necessário pensar...

Pensar em tôdas as crianças do mundo

Pensar nas lindas e nas aristocráticas

Pensar nas escurinhas e nas brancas de neve

Pensar nas paralíticas e nas famintas

Pensar nas que morreram afogadas pelo dilúvio

Pensar nas que morrem assassinadas pelos tiranos

Pensar nas que morreram incendiadas em Hiroshima

Pensar nas que morrem de inanição

É necessário pensar...

Pensar em tôdas as mães do mundo? NÃO

Só naquelas que se vendem para criar seus filhos

Só naquelas que madrugam para educá-los

Só naquelas que possuem a angústia de não possuírem nada

Só naquelas que estão morrendo antes da morte

É necessário pensar...

Pensar que existe a verdade

Pensar que ela pode chegar amanhã

Pensar que êste dia será de todos os povos

É necessário pensar...

Pensar na semana da Pátria universal

Pensar num exército de todos os homens

Pensar que não há nem capitães nem generais

Pensar que só existem soldados

Pensar que tôdas as suas fardas são brancas

Pensar que êles marcharão sem armas

Pensar que êles encontrarão a paz

Pensar que só veremos isto pensando

Pense

É necessário pensar...

A LEGÍTIMA DEFESA NO DIREITO PENAL SOVIÉTICO

BÓRIS TRINDADE

No Código Penal da URSS, recentemente aprovado (1), o instituto da legítima defesa está alinhado entre as chamadas causas excludentes de crime, ou melhor, para usar a expressão tecnicamente preferencial, entre as justificativas. O que quer dizer, numa síntese, na moderna sistemática penal da Rússia, a ação (ou omissão) praticada em defesa de direitos, não apresenta caráter de anti-juridicidade. Sendo assim, a legítima defesa, independentemente da fundamentação de natureza filosófica, apresenta-se, formalmente, isto é, na sua positividade objetiva, vestida pela chamada teoria da exclusão da anti-juridicidade.

Tal orientação é a que a grande maioria das legislações penais democráticas há contemplado. Assim o fez, por exemplo, o legislador brasileiro de 1940, ao concretizar nossa carta penal, o que, de resto, é a diretriz mais acertada, porque fruto de um entendimento longamente pesquisado e que se concretizou, pela aceitação quase unânime dos diplomas substantivos penais, modernamente. É verdade que legislações há, como a da Argentina, que situam a legítima defesa como causa dirimente (A ação é criminosa, embora não punível. Quem age em legítima defesa pratica um crime não punível, etc.), mas a aceitação geral, com base nos melhores postulados fornecidos pela doutrina penal, é pela situação do instituto como justificativa. Assim,

o direito soviético acompanha perfeitamente a evolução da doutrina, cristalizando o princípio segundo o qual quem age em legítima defesa, “procede de acordo com o direito”, age conforme a lei. E, de resto, quem segue de mãos dadas com o que é legal, não pratica ato criminoso. Daí porque, o artigo 13, do estatuto punitivo da URSS começa com a expressão: “**Não se considera crime a ação que, etc.**”, semelhantemente, aliás, com o texto brasileiro, que preceitua no seu artigo 19: “**Não há crime quando o agente pratica o fato...** II — Em legítima defesa”.

Tais considerações iniciais são para mostrar, de logo, como o direito substantivo soviético se cristaliza, num diploma, atendendo às melhores conquistas do moderno direito penal.

E, continue-se: tão enquadrada na justeza da moderna orientação do direito penal, que o legislador soviético teve o cuidado, inclusive, de empregar uma terminologia, na conceituação do instituto, perfeitamente correta, sem se chocar com a própria natureza da situação em que enquadrou a justificativa. Assim é que, no texto russo, na tipificação da legítima defesa, não se usa a expressão **criminoso**. O texto brasileiro acolheu a expressão **agente**. No diploma soviético não se usa a expressão **agente**, mas ali a linguagem é a mesma, referindo-se o legislador russo à “ação que embora reúna os elementos e as características previstos em

legislação penal, seja executado em legítima defesa”. Como se vê, não se fala em **criminoso**, numa linguagem correta, vez que sendo uma excludente de crime, não se poderia taxar o sujeito ativo de criminoso. Essa linguagem, é bom frisar, é cientificamente certa, porquanto, embora o irrompimento do fato possa constituir um tipo penal (o matar alguém, o ofender a integridade ou a saúde de outrem, etc.), ou em tese constitua, do ponto de vista técnico ou dogmático, não ocorrerá a figura da anti-juridicidade, porque a ação praticada em legítima defesa, não encerra caráter doloso, aniquilando-se o dolo pela base: o fato assim concretizado, apresenta-se lícito na forma e no fundo, ou como prefere Hungria (2), “**o fato surge lícito, intrinsecamente lícito**”. Nêsse sentido, aliás, é a lição de Massari (3): “... pode suceder que na lei se depare um **proceptum juris** (incriminador), mas também se encontre outras normas que, sob determinadas condições, autorizam em casos particulares, a conduta proibida pela norma geral, de que constituem, portanto, uma derrogação ou exceção. Quando tal concurso de normas derogatórias se verifica, delineiam-se as que chamamos ... causas objetivas de exclusão de crime”. Em tese, evidentemente, toda ação ou omissão que provoque dano à integridade física (ou moral) do indivíduo constitui crime (culposo ou doloso), que arrasta

consigo, claro, a ameaça penal, a pena. E' o que se há de chamar de tipo, de concretização do tipo penal. Mas para haver crime, não basta apenas que se irrompa atitude que se conforme com um tipo penal. Esta situação é apenas o lado objetivo: e o crime, o que é de sabença trivial, exige, à sua conceituação, outro elemento também, o subjetivo, ou seja, a culpabilidade (dolo ou culpa). Mas quando o indivíduo provoca dano à integridade de terceiro através de determinada ação com omissão, e isto porque êsse terceiro colocara, por atitude injusta, aquêlê indivíduo, em objetiva situação de perigo, não há que se falar em atitude anti-jurídica, culpável. Não há crime, assim, a punir. E o fato, seja na forma de exteriorização, seja intrinsecamente, é elevadamente lícito.

II

O texto russo é longo. Não encerra a magnífica síntese do texto brasileiro e de outras legislações modernas. Peca pela redação. Mesmo porque, por uma disposição de técnica legislativa pouco recomendável, **situa** o instituto e o **define** no mesmo artigo. No Código do Brasil, mais corretamente do ponto de vista de técnica redacional, o **situar** está no artigo 19 e o **definir** no artigo 21, desdobrado ainda para o § único do mesmo artigo 21, com o excesso culposo, que também no texto soviético está englobado no mesmo artigo.

Diz o Código Penal Soviético, artigo 13: **"Não se considera crime a ação que, embora reúna os elementos e as características previstos em legislação penal, seja executado em legítima defesa, isto é, na defesa inevitável dos interesses do Estado Soviético, da sociedade e dos indivíduos, dos direitos próprios e de outrem contra atentados de caráter socialmente perigoso, por meio de ofensas à integridade física do autor do atentado conquanto não sejam ultrapassados os limites estritos da defesa necessária. Define-se o excesso pela desproporção entre**

os atos de defesa, o caráter e a periculosidade do atentado".

Se bem que cientificamente certo esteja o **situar-se** do instituto, no novo diploma penal soviético (causa excludente de crime), o **definir-se**, como se verifica da própria leitura do texto, não encontrou da parte do legislador da URSS, a mesma felicidade técnica. O tipo do instituto, sua súmula técnico-jurídica, afora a falta de síntese que apresenta, e a par de uma linguagem e de uma terminologia irrepreensíveis, encerra, todavia, uma lacuna forte, capaz de viciá-lo, na prática. Lacuna que, mais adiante, será declinada.

O que interessa agora, na análise que estamos fazendo dessa justificativa, é ressaltar um outro aspecto realmente positivo, qual seja, a flexibilidade ou elasticidade do conceito. De fato. O texto fala em **"defesa inevitável dos interesses do Estado Soviético, da sociedade e dos indivíduos, dos direitos próprios e de outrem, contra atentado de caráter socialmente perigoso"**. Note-se, o que é importante para afirmar-se mais ainda a elasticidade do conceito, que o legislador russo fala em **direitos**, isto é, no plural. Curiosa, a redação assim fornecida, curiosa e ao mesmo tempo esclarecedora, porque o Código Penal Brasileiro, por exemplo, empregou a expressão no singular, **"direito seu ou de outrem"**, o que suscitou, à época inicial em que começou a vigir o diploma substantivo punitivo, graves batalhas doutrinárias, bem como controvertidas decisões dos tribunais. Hoje, todavia, fixada ficou a exegese pacífica de que todos os direitos são susceptíveis de defesa, desde que injustamente agredidos. Assim, pelo Código Penal da URSS, tutelam-se todos os direitos, ou, noutras palavras: todos os bens jurídicos que podem ser alvo de ofensa, podem, igualmente, ser objeto da legítima defesa. Porque, como lembra Hungria (3), ao fornecer lúcido esclarecimento sobre o conceito brasileiro, "não se seleccionam tais ou quais direitos,

com exclusão de outros: o mais humilde dos direitos não pode ficar à mercê de injusto ataque. Todo direito é inviolável e nenhum, portanto, pode ficar excluído da área da legítima defesa". E, de resto, constitui, êsse entendimento, o resultado prolongado de um trabalho doutrinário universal, sustentado ardorosamente na Alemanha por von Listz e na Itália, desde Ferri (4), que afirmava: "... não há direitos mais ou menos respeitáveis e, assim, seja qual fôr o direito, pessoal ou patrimonial, qualquer indivíduo pode exercer legítima defesa para impedir sua violação".

Todos os direitos são tutelados, podem ser objetos de defesa, pelo novo Código Penal Soviético. Mas, evidentemente, nesse particular, há que se levar em conta a politização social, o **regimen** que veste o Estado. E, dessa forma, haverá fatalmente diferenciações ao se considerar o conceito de direito. O sentido da expressão "direito seu ou de outrem" usada pelo Código Brasileiro evidentemente não é o mesmo da expressão "direitos próprios" e "interesses do Estado Soviético". Porque é preciso considerar, antes de qualquer argumentação de natureza penal, a estrutura política do **regimen**, para se perquerir o próprio conceito de Direito o espírito dêsse regimen já o delineava Lênine (5): "Only in the communist society, when the resistance of capitalists has been completely broken, when the capitalists have disappeared, when there are no classes (i.e., there is no difference between the members of society in their relation to the social means of production), only then the state ceases to exist and it becomes possible to speak of freedom. Only then a really full democracy, a democracy without any exception will be possible and will be realised". Espírito do **regimen** que levou Max Weber a estabelecer, em termos objetivos, a diferença entre os dois mundos, entre as duas econo-

mias (6): “Os dois tipos fundamentais de toda economia, são a de consumo e a lucrativa, que, conquanto se acham entrelaçados por algumas normas de transição, em sua forma pura são, conceitualmente, antagônicos. A economia de consumo implica uma ação econômica orientada para cobrir as próprias necessidades, sejam as de um estado, um indivíduo ou uma cooperativa de consumo. A economia lucrativa, ao revés, implica uma orientação no sentido das probabilidades de ganho, e falando em termos mais concretos, das probabilidades de lucros mediante a troca”.

Há quem negue, por isso mesmo, a existência de um Direito, na Rússia, porque diluído na potência do Estado. Pontes de Miranda, todavia, repeliu tal assertiva, sustentando que “o Estado Soviético cria um direito novo, mas há nêle um direito” (7), contrariando opiniões como a de Guetzevitch (8), que negando o aspecto democrático da estrutura soviética, afirma que “le pivot de la Constitution est la dictature des parti”. Ainda aqui, não é demais transcrever-se a observação de Pinto Ferreira (9), sustentando que “há teoricamente, uma democracia nacional, que, porém, pelos motivos pré-mencionados (segunda grande guerra, lutas internas pelo poder, choque entre os líderes, etc.) ainda não se realizou praticamente na sociedade russa, como seria de se esperar, em face das suas leis constitucionais, subsistindo, pois, de uma fórmula moderna, o “*stato quo*” provisório de uma ditadura progressista do proletariado”. E, de resto, fixando a diferenciação entre os dois mundos, o comunista e o da democracia capitalista em que vivemos, salienta o constitucionalista pernambucano (10) que “o regime comunista pode ser entendido como um sistema que permite a nacionalização dos grandes meios de produção, limitando intensamente a propriedade privada, muito mais do que o socialismo, e aconselhando a técnica da revolução

social violenta para a conquista do poder político pelas massas trabalhadoras”, para afirmar, mais adiante: “Debatendo com mais precisão o assunto, cumpre consignar que o Estado Soviético cria um direito novo, discrepante da ordem jurídica liberal burguesa. Naturalmente, êle não consagra um estudo de direito, no sentido clássico do direito liberal burguês, em benefício e em proveito das massas trabalhadoras, porém um estado ligado a uma nova ordem jurídica, de conteúdo e inspiração socialista” (11).

Por isso que, partindo dessas variações político-sociais é que se há de considerar o sentido da expressão invocada pela sistemática penal soviética. E, feitas essas observações de passagem, não há que negar, na forma, o ajustar-se do sentido do conceito sobre o instituto, nesse particular. Porque, de qualquer forma, ali se tutelam todos os direitos passíveis de agressão, ou ofensa, como faz também nosso Código Penal, ressaltados, evidentemente, os princípios político-filosóficos que instruem, lá e cá, a estrutura jurídica.

Ainda aqui, o direito penal soviético volta a acompanhar a marcha moderna da doutrina substantiva penal. Porque o Direito Penal não pode encerrar normas absolutamente rígidas. Com isto, é bom esclarecer, não se veja uma negação do tranquilizador e sadio princípio da tipicidade (12). O que se quer afirmar é que a norma penal, mesmo na sua tipicidade específica, tem de encerrar certa flexibilidade, a fim de que possa se ajustar às inúmeras e variadas condições sociais que se proliferam em cada região, mesmo dentro de um país. Nesse sentido, é expressiva a lição de Aníbal Bruno (13), sustentando que “o Direito Penal, com sua função prática de defesa social, pela tutela de definidos bens jurídicos, terá que atender a necessidade e aspirações que não atingem a moral e são assim, eticamente indiferentes, e pode haver mesmo soluções penais que não se con-

ciliam com os princípios de uma moral mais elevada”. Por isso mesmo, já afirmamos, modestamente, que o Direito Penal não pode ficar estranho àquilo que chamamos ficções sociais, e como essas ficções sociais variam de região para região, sua sistemática, sua codificação, terá inapelavelmente de firmar-se em pressupostos um tanto ou quanto dúcteis (14). Daí o ter-se afirmado, inicialmente, que andou perfeitamente certo o legislador russo, ao imprimir uma feição mais elástica ao instituto, ao tutelar todos os direitos passíveis de agressão.

III

Há, apenas, no texto russo — e aqui há que se fazer uma crítica meramente interpretativa, face à ausência de comentários sobre o novo Código — uma obscuridade, que é o momento da agressão, não fixado, claramente, no texto em discussão. A norma soviética, na sua redação, não estabelece, como fez todas as legislações modernas que vestiram em forma de excludente criminal o instituto, o momento da agressão, que lá se chama “atentados de caráter socialmente perigosos”. No momento é que repousa toda a coloração da excludente, como excludente de crime. Daí a relevância que se há emprestado, no estudo doutrinário da justificativa, ao limite temporal que a lei geralmente impõe, como **conductio sine qua non**. Se a agressão por parte do sujeito passivo não fôr atual, ou iminente, elide-se, inapelavelmente, a legitimidade do ofendido, ao repelir agressão passada, ou consumada. Tal elemento — o momento da agressão — é de suma importância na fixação do conceito, em relação mesmo à definição de dolo (que é a mesma que a do Código Soviético). Porque quem se vê em repentina, inesperada situação de perigo, face a uma agressão injusta cuida, na realidade, de preservar-se, de garantir-se, de garantir sua integridade física, seu patrimônio, sua liberdade,

seu domicílio. Desaparecerá, então, o dolo, porque este falece na ausência de intenção (15). Como se verifica do próprio texto brasileiro — e também do texto russo — a intenção é o sentido marcante do dolo. E, de resto, tal enquadramento, além de universal, é tradicional na doutrina. Já o velho Carrara (16) sentenciava que “o dolo está na intenção”. E muito antes do jurista italiano, já Aristóteles (16) sustentava que “o valor dos atos depende da intenção ou do fim que nos propomos”. Modernamente, não se desprezou o elemento intenção na configuração do dolo. Josserand sustenta (17) mesmo que “a intenção é a alma do ato, seu coração e seu sustentáculo”, por isso que Bettiol (18) afirmou que a certeza do dolo é **interinale** — existe até o momento em que não se prova uma intenção inocente. Ora, por aí se vai vendo, sem maior rodeio, que quem age para repelir uma injusta agressão atual ou iminente, inesperada, age não com a intenção delituosa, o que seria o dolo puramente, mas com a intenção de defender-se. Por isso mesmo, o Direito alemão não chama a justificativa de legítima defesa, mas de defesa necessária. E, daí, os arestos sucessivos dos tribunais do país liquidando atitudes de defesa quando não processada no momento da agressão injusta, sendo lapidar, ao meu ver, o entendimento do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (19), ao sustentar que “é a atualidade ou a iminência da agressão que serve de medida à necessidade de defesa”.

Ora, no texto russo, não se fala em atualidade ou iminência. Não se fixou o momento. Há uma omissão, grave ao meu ver, porquanto assim sendo, certas ações dolosas serão — à luz da interpretação literal do texto russo — legitimadas. Por exemplo, o indivíduo que injustamente agredido deixa de repelir a agressão naquele instante e vem fazê-lo posteriormente, pratica delito doloso. Mas essa hipótese poderá enqua-

drar-se no texto soviético como defesa legítima.

De resto, releva notar, aqui, que tal interpretação ao figurino russo é meramente lógica e tirada do próprio texto e se se formula a crítica, é proque se considera que o Código Penal Soviético perfilhou a melhor orientação moderna, em relação aos seus postulados, consagrando princípios encontrados nas legislações mais democráticas. E tanto isto é verdade, que na codificação em tela, vamos encontrar institutos novos, como o da reabilitação do criminoso (20), o das penas curtas (21), além do referente à tipicidade, já referido.

E, finalmente, para esclarecer melhor, essa omissão é criticável porque se choca com a própria orientação fornecida pelo legislador à justificativa. Porque lá se lê que “não se considera crime”, etc, ao se definir a legítima defesa, mas quem age depois de uma agressão consumada, pratica crime doloso.

(1) Código Penal Soviético, Parte Geral, Trad. de C.S. Bustamante, ed. 1959, Rio de Janeiro. O Código em tela foi aprovado em 25 de dezembro de 1958, na 5.^a Sessão do Soviete Supremo da URSS.

(2) Nelson Hungria, Comentários ao Código Penal Brasileiro, vol. I, Tomo II, ed. 1958, Rio, pag. 267.

(3) Massari, Le Dottrine Generali del Diritto Penale, pag. 71, in N. Hungria, ob. cit. págs. 267/268.

(4) Nelson Hungria, ob. cit., pag. 298/299.

(5) In Nelson Hungria, ob. cit., pag. 299.

(6) J. Lénine, “The State and revolution”, in Handbrook of Marxism, N. Y. 1935, pag. 745.

(7) Max Weber, História Econômica General, México, 1942, pag. 12.

(8) Pontes de Miranda, *apud* Pinto Ferreira, Princípios Gerais do Direito Constitucional Moderno, 3.^a ed., 1955, Rio, Tomo II, pag. 884.

(9) Guetzvitch, Les Constitutions de L’Europe Nouvelle, Paris, 1938, pag. 61 *apud* Pinto Ferreira, ob. cit., pag. 849.

(10) Pinto Ferreira, ob. cit., pag. 836.

(11) Pinto Ferreira, ob. cit., pag. 846.

(12) Pinto Ferreira, ob. cit., pag. 846.

(13) O Novo Código Penal Soviético, a exemplo das legislações modernas, consagra o princípio da tipicidade. Antes, o texto penal russo adotava o princípio da analogia, condenável e condenado, modernamente. Adotou, assim, o postulado segundo o qual “nullun crimen, nulla poena sine prœvia lege poenale”. No Texto Brasileiro se lê: Art. 1.^o: “Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal”. No Código Russo, diz o artigo 7: “Crime é toda ação ou omissão, socialmente perigosa e prevista em lei penal, praticada contra a sociedade soviética, etc.”.

(14) Anibal Bruno, Direito Penal, vol. I, Tomo I, Rio, ed. 1956, pag. 37.

(15) Bóris Trindade, Do Infanticídio, Tese à IX Semana Nacional de Estudos Jurídicos, realizada em Fortaleza, em 1959.

(16) O Novo Código Soviético define o crime doloso no seu artigo 8.^o: “Diz-se doloso o crime quando o agente conhecia o caráter socialmente perigoso de sua ação ou omissão, previa suas consequências socialmente perigosas, quis ou consentiu seu evento”.

(17) Francesco Carrara, Programa, Vol. I, § 101.

(18) In Pedro Vergara, Da Legítima Defesa Subjetiva, 2.^a edição, 1949, Rio, pag. 27.

(19) Josserand, De L’Esprit des droits et de elurs relatifé, pag. 281, in Pedro Vergara, ob. cit, pag. 30.

(20) Bettiol, Presunzione, pag. 662, in Pedro Vergara, pag. 31, ob. cit.

(21) Tribunal de Justiça de Minas Gerais, la C. C., na apel. c.n. 5.827, in Rev. For., 133/559.

(22) Diz o novo Código Penal Soviético, no seu artigo 20: “Não constituem as penas somente castigo pela execução do crime. Tem a finalidade de corrigir e reeducar o delinquente no espírito da honrosa adaptação ao trabalho, no respeito às normas de vida coletiva socialista e prevenir a reincidência ou a execução de crimes por outras pessoas”.

(23) No artigo 13, diz o atual diploma penal russo: “Não se aplicará a pena privativa de liberdade por tempo superior a dez anos, salvo casos previstos na legislação penal da URSS e de suas Repúblicas para crimes particularmente graves e a perigosos reincidentes, hipótese, todavia, em que não poderá exceder a 15 anos.

AS UNIVERSIDADES RESPONDEM A UM DESAFIO(*)

ROBERTO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE

Uma análise mais ampla da fase mais recente do desenvolvimento nacional, análise que não se limite aos aspectos puramente econômicos mas que, pelo contrário, procure alcançar uma compreensão global de seus múltiplos elementos, põe-nos, desde logo, em contato com fenômeno que se reveste de grande significação para o estudo da cultura brasileira: trata-se do progressivo despertar da consciência nacional.

É verdade que êsse processo de consciencização coletiva não se verifica em tôda parte, nem de maneira uniforme. Restringe-se a certas regiões brasileiras mais desenvolvidas; e concentra-se sobretudo nos grandes centros urbanos. Não perde, porisso, a sua importância. Talvez mesmo acentue a necessidade de sua ativação. Mas, o que parece certo é a contundência de sua presença, no processo da realidade nacional. As massas, antes passivas, mais ou menos intransitivas, começam a se interessar. Procuram conhecer, julgam. Passam à ação. De **gente** se aglutinam em povo.

Com alguma razão, porém, ainda se duvida da existência de um povo brasileiro, tomado o termo do seu sentido sócio-cultural. Digamos **povo em fase de emergência**, ou quase povo. Porque não nos parece que se possa passar, de um salto, da intransitividade para a luz. Deve haver um estágio: a da ingenuidade, modo

de reagir primário, forma de aceitação e de adesão imediatas, mas que não deixa de ser, a seu modo, uma forma de **participação**, um modo de consciência.

Está claro, pelo menos, que já ficou para trás a etapa do alheamento cultural em que vivemos, por muito tempo. Certos fatos recentes avivaram a lembrança dos líderes nacionais, mais esquecidos dêste fenômeno. A consciência brasileira — na qual não se integra, é verdade, quase todo o nosso meio rural — começa a criar raízes. Já não se pode prescindir da opinião popular para a construção da cionalidade, nem pretender forjar, contra a pês de suas manifestações, perigosos e espúrios esquemas políticos.

Mas, o processo de consciencização das nossas massas urbanas encontra, diante de si, nos dias atuais, a inquietante realidade brasileira, a revelar **sintoma** chocante, que afeta os núcleos de liderança nacional e que parece ter gerado, no seio do povo, a decepção, a desconfiança. Trata-se da falência das elites dirigentes. Tais quadros de direção e de governo precocemente, inadaptados à nova circunstância histórica desintegram-se na luta pelo poder, revelam-se incapazes de manter a confiança que naturalmente inspiraram e que constantemente desmerecem. A decepção que se apodera de um povo ainda na sua primeira infância é, sem dúvida, grave. Tem suscitado, de

sua parte, em face da realidade brasileira, duas atitudes igualmente primárias, igualmente desesperadas: de um lado, começa a produzir um volta consciente ao estado de alheamento, busca do **desinterêsse** como refúgio; do outro, uma posição de continua **revolta**, apenas contida, e sempre crescente. São duas reações extremas, e que não entusiasma. De um modo geral, porém, o povo ainda espera, solicita em quem confiar. A consciência popular brasileira que desponta parece buscar confiança: certamente que pode persistir na busca, mas não por muito tempo...

O grande desafio que os países em fase primária de desenvolvimento têm propôsto a si próprios, constantemente, está aí contido. Resolve-se na resposta satisfatória a esta solicitação e necessidade não-satisfeita de confiança. O otimismo dos povos jovens visa sobretudo o futuro. O presente é apenas uma **perspectiva**, que desfeita, desacreditada, pode levar a extremos. O que êles querem, na falta de outra coisa mais concreta, é esperança, certeza de que caminham para a superação de seus limites. Porisso precisam ter confiança.

Um povo que perde a confiança nos velhos, volta-se para os jovens. A ascensão ao poder, nos países jovens (mas não somente nêles), de homens moços é,

(Continua na pág. 64)

Reformas Da Faculdade, Greve Estudantil E Anti-Sorianismo :

Declarações do Professor RUI ANTUNES

Orientados num alto sentido de imparcialidade absoluta e sem quaisquer restrições, damos publicidade à entrevista concedida pelo Prof. Rui Antunes meses atrás, contendo muitas vezes afirmativas com as quais em nenhum instante concordamos.

Por outro lado, anima-nos o fato de que, no recrudescimento da crise universitária, com a tentativa retornista de Soriano à direção da Faculdade de Direito, o mesmo Prof. Rui Antunes se colocou abertamente ao lado dos estudantes, reconhecendo através de declarações ao Jornal do Comércio de quinta feira 28 de dezembro de 1961, a necessidade da ausência do ex-diretor, a fim de que a escola pudesse atingir aquêle nível de cultura, trabalho e eficiência, relativos à sua condição de unidade superior de ensino.

Eis alguns tópicos da sua exposição ao Jornal do Comércio:

“O trabalho da Universidade, exige antes de mais, um clima de compreensão, harmonia e respeito entre os corpos docente e discente e entre êstes e os interesses superiores do ensino. Tal clima os fatos estão a indicar impossível com a presença do Prof. Soriano Neto à frente da direção da Faculdade de Direito... Nêstes últimos meses tinha-se conseguido restabelecer o diálogo entre professores e alunos em bases as mais animadoras. Contornadas uma poucas dificuldades inevitáveis numa Faculdade como a nossa de mais de 800 alunos, o certo é que o clima geral era de respeito e de disposição para o trabalho construtivo.

Não vejo como possa o Prof. Soriano administrar proveitosamente a Faculdade, fundado unicamente na sua opinião, prescindindo do apoio dos seus colegas e das autoridades superiores do ensino.

Dêste modo, já agora reconhecem, o Ministério, a maioria da Congregação e o Prof. Rui Antunes em particular, a autenticidade das razões que levaram os estudantes a exigir o afastamento do ex-diretor como etapa inicial no processo de revitalização da escola.

“Solução tem quer ser de bom senso e não apenas legal”.

São palavras textuais do ilustre catedrático, destacadas em forma de título pela reportagem.

Considerando o ato do afastamento uma solução de bom senso, o Prof. Rui Antunes nos vem redimir de acusações que ao nos taxar de irreflexos ou precipitados poderiam talvez prejudicar a verdade do nosso movimento.

I — Em síntese, quais as necessidades mais agudas de nossa Escola, do ponto de vista material?

R — A Faculdade precisa, urgentemente, de espaço útil. Disponho, atualmente, de qua-

tro salas de aula e de um gabinete de Medicina Legal, convertido, por força das circunstâncias, em salão de aula do 4.º ano do Curso de Bacharelado. Além dessas salas, contamos mais com o salão nobre, destinado às solenidades e uma pequena sala de conferências,

mal iluminada e mal arejada.

Ora, como as salas de aula estão permanentemente ocupadas pelo horário das preleções, torna-se materialmente impossível ao professor executar qualquer outra atividade de ensino diferente da tradicional exposição do ponto durante 50 minutos.

Evidentemente, tôda e qualquer reforma séria do vigente sistema de ensino — com a inclusão, por exemplo, de trabalhos práticos obrigatórios, trabalho de seminário, “clínicas forenses”, etc. — pressupõe, antes do mais, a existência de salas ou gabinetes especiais, dotados de mobiliário adequado, pequena biblioteca de consulta, arquivos, máquina de escrever.

Além do mais, necessitamos, igualmente, de espaço para a instalação dos Institutos que se encarregarão de promover cursos de especialização, estimular a pesquisa nas disciplinas de sua competência, patrocinar conferências, mesas redondas, simpósios, enfim, contribuir para o efetivo desenvolvimento da ciência ou grupo de ciências de que se ocupar.

2 — Já estão sendo atendidas? De que modo?

R — Para a realização de um programa como o delineado na resposta anterior, o ideal, certamente, seria planejar e construir um novo edifício para a Faculdade. Todavia, colocar a solução do problema em tais termos, significaria, provavelmente, transferi-la para um futuro mais ou menos distante. Em visat disso, optamos por outra solução; sugerir à Reitoria o imediato aproveitamento do sub-solo, o que se conseguiria através do rebaixamento do piso, revestimento das paredes e instalação conveniente de ar condicionado. Tais obras, nem exigiriam despesas de grande vulto, nem comprometeriam o funcionamento normal da Escola. Em sucessivo, poder-se-á enfrentar outra ordem de reformas, tendente ao aproveitamento racional do espaço atualmente ocupado pela Tesouraria, pelo Arquivo, pelo chamado “salão dos espelhos”, etc., até a transferência da Diretoria e da Secretaria para o pavimento superior.

O Magnífico Reitor acolheu de bom grado as sugestões que encaminhamos e, de imediato, providenciou para que os arquitetos da Universidade diligenciassem o levantamento da planta baixa do prédio e elaborassem um ante-projeto de reforma.

Já nos encontramos de posse do ante-projeto — ao meu ver, excelente — para submetê-lo ao parecer dos demais professores.

Por outro lado, o grupo de trabalho procedeu, juntamente com arquitetos e engenheiros da Universidade, a uma rigorosa verificação do estado material das instalações de água e esgotos do prédio, bem assim de sua rede elétrica e de comunicações telefônicas, con-

cluindo pela necessidade da realização imediata de numerosos reparos e substituições. Alguns desses reparos já foram executados. Outros, porém — substituição da rede de esgotos e da rede elétrica — deverão ser atacados juntamente com os trabalhos de recuperação dos porões.

3 — Que pensa a respeito do programa do vestibular?

R — O exame vestibular tem por fim selecionar, dentre centenas de candidatos, aqueles que disponham do embasamento cultural indispensável para acompanhar, com proveito, um curso árduo e complexo como é o das ciências jurídicas. Ora, um alicerce dessa ordem jamais será fornecido pelo simples conhecimento do latim e de mais um idioma estrangeiro. Ao meu ver, o programa do vestibular deveria incluir o conhecimento dos problemas fundamentais da Sociologia, História da Filosofia e Psicologia, além, naturalmente, do nosso idioma. De bom grado eliminaria tanto o latim, como o idioma estrangeiro.

4 — Julga ser difícil, sem a modificação do programa do vestibular, elevar o nível do aprendizado?

R — O trabalho de seleção que incumbe ao vestibular é importante no que se refere à formação de turmas de primeiranistas razoavelmente capacitadas a enfrentar as primeiras dificuldades do curso jurídico. Todavia, não basta satisfazer às exigências do vestibular para considerar eliminado os demais obstáculos do aprendizado do Direito. Tenho a impressão de que o bom estudante resulta dos seguintes fatores:

a) — vocação autêntica para a carreira jurídica;

b) — curso ministrado com rigor científico pelos catedráticos e seus auxiliares;

c) — ausência de preocupações econômicas agudas;

d) — disponibilidade de tempo para frequentar com assiduidade as aulas de preleção e os exercícios, bem como para o estudo individual quotidiano.

5 — Que diz no tocante à Reforma Universitária, principalmente em relação ao ensino do Direito?

R — O ensino do Direito no Recife, como no Brasil e em todo o mundo latino, ressentese, fundamentalmente, daquele vício apontado por Scialoja, já em 1913, em discurso famoso proferido no Senado italiano. Dizia o eminente jurista, textualmente: “ensinamos em nossas Universidades como se ensinava em Bolonha, nos tempos de Irnério. O professor sobe ao estrado e dali fala durante uma hora; fala sem

saber se os jovens entenderam bem o que foi exposto e, isto feito, retira-se”.

A reforma do ensino jurídico, entretanto, tal o número de opiniões divergentes e sugestões contraditórias, não é tema que possa ser debatido nos estreitos limites desta entrevista. De qualquer sorte, creio haver três pontos essenciais a considerar:

a) — reforma do currículo e dos programas;

b) — reforma dos métodos de ensino, com abolição do sistema atual, composto exclusivamente de preleções doutrinárias;

c) — reforma do sistema atual de aferição de capacidades e aptidões, baseado, unicamente, na prestação de provas parciais. Penso que um adequado sistema de promoções deveria levar em conta o aproveitamento revelado durante todo o ano pelo aluno e em múltiplas oportunidades — não somente nas provas escritas, como também nos trabalhos de pesquisas, nos debates orais, nos exercícios práticos, etc.

6 — Que opina sobre o ensino prático?

R — O ensino prático, se compreendido como ensino da rabulice, das fórmulas tabeliões ou de uns tantos artifícios oratórios para utilização no Tribunal do Juris, não tem sentido. Sou entusiasta, sim, da constante prática de exercícios que levem o estudante à convicção de não ser possível solucionar os problemas jurídicos sem o domínio das posições teóricas. As chamadas aulas práticas devem, acima de tudo, possibilitar a verificação do acerto ou a inviabilidade de determinadas doutrinas ou correntes do pensamento jurídico; familiarizar o estudante com as vicissitudes da nossa legislação e da jurisprudência; levá-lo, enfim, ao concreto conhecimento da nossa realidade jurídica.

7 — Pode declarar alguma coisa relativamente à importância dos trabalhos apresentados em aula por alunos, e no que tange à sua experiência nêsse particular, como Professor Catedrático de Direito Penal?

R — Vários fatores têm concorrido para que as chamadas aulas práticas, em nossa cadeira, não tenham alcançado o mínimo sequer de desejável eficiência. Poderia lembrar, entre outros:

a) — inexistência de local adequado;

b) — ausência de horário especial;

c) — não obrigatoriedade na execução das tarefas indicadas ou sugeridas pela cátedra;

d) — hábito generalizado entre os alunos de relegar o estudo a plano secundário, o que torna a consulta aos livros uma atividade penosa a ser desenvolvida unicamente às vésperas das provas parciais.

8 — Tem havido bom entendimento e boa cooperação entre o senhor e os elementos da Comissão de alunos nomeados pelo D.A. com finalidade idêntica? Quais sugestões mais significativas dos estudantes?

R — Até o momento não tive o prazer de ser apresentado à Comissão referida na pergunta. Tampouco recebi quaisquer sugestões do corpo discente. As únicas proposições que chegaram às minhas mãos foram encaminhadas pelo D.A.J.A. e reportavam-se ao ensino da cadeira de Processo Civil.

9 — Acredita que nossa greve, deflagrada a 2 de junho p.p. teve efeitos revitalizadores?

R — A expressão — efeitos revitalizadores — em si mesmo é demasiadamente vaga e imprecisa. Admitamos, para argumentar, que foi empregada para identificar “efeitos renovadores”. Mas, ainda assim, caberia indagar: “renovadores”, de que?

A análise do movimento estudantil de junho, creio deva partir da constatação de alguns fatos:

a) — o movimento, ao ser deflagrado pelos acadêmicos de Direito, objetivava, conforme noticiário da imprensa, compelir o Prof. Soriano Neto a um ato de vontade — a renúncia ao cargo de Diretor da Faculdade — e, bem assim, obrigar a Congregação a um outro ato de vontade — a eleição, para o referido cargo do Prof. Abgar Soriano.

Para emprestar um tom de maior veemência a essas reivindicações, ou para tornar impossível qualquer atividade da Escola sem o seu atendimento, a assembléia geral que decretou a greve deliberou, igualmente, ocupar o prédio da Faculdade;

b) — tais reivindicações, em si mesmas, revelavam uma disposição de ânimo irreconciliável em relação à pessoa do Diretor; não revestiam força bastante, entretanto, para aglutinar à sua volta outros setores estudantis;

c) nada obstante, rapidamente o movimento grevista se estendeu a toda Universidade e não tardou em receber o apoio de numerosas outras academias do país;

d) — a palavra de ordem seguinte — moralização — pela sua generalidade e esbatimento de contornos, não permitia ao observador caracterizar o conteúdo do movimento.

Mantive contacto, durante a greve, com vários grupos de liderança. Não consegui, entretanto, perceber, tal o violento contraste de opiniões, qual o conteúdo que os estudantes emprestavam ao termo — moralização.

Uma única questão parecia não suscitar divergências — a do afastamento do Diretor. O mais era objeto de apaixonadas contradições entre grupos rotulados como da direita, da esquerda, do BS, da confusão, do vedetismo.

Como explicar, então, a larga receptividade do movimento paredista e a entusiástica adesão de tantas outras faculdades?

Salvo melhor juízo, o fenômeno é de ser atribuído à posição adotada pelo governo do sr. Jânio Quadros. Que a êle interessava a continuação e a extensão do movimento grevista, parece-me indiscutível. Tanto é isso verdade que, tendo a Congregação da Faculdade, antecipando-se a qualquer outro órgão, solicitado do mesmo governo a vinda de uma comissão de sindicâncias para apurar as irregularidades ou imoralidades de que era acusada, jamais obteve qualquer resposta, quer do Presidente, quer do seu inefável Ministro da Educação.

A criação de um clima de apreensões e de profunda inquietação política no Nordeste correspondia, maravilhosamente, aos planos golpistas do governo. Por isso mesmo, enquanto os enviados especiais do sr. Jânio Quadros esforçavam-se por evitar qualquer entendimento entre os estudantes e a Congregação, boatos de toda a ordem eram difundidos na cidade: os operários estariam às portas de uma greve geral, as Ligas Camponesas preparavam-se para marchar sobre o Recife, as usinas seriam ocupadas dentro em breve pelos trabalhadores...

Enfim, tudo se conduziu a modo de converter a greve estudantil num grave problema político e, mais ainda: num problema de ordem pública somente solucionável através do aparatoso emprego da força.

A certa altura dos acontecimentos, a questão estudantil, propriamente dita, passou a plano secundário: a continuação ou a cessação da greve transformou-se em matéria político-partidária, determinando extraordinária movimentação de deputados federais e estaduais, vereadores, candidatos a postos eletivos, bem como, diariamente, verdadeira plethora de fórmulas. Significativamente, todas giravam em torno do dilema: renúncia ou afastamento do Prof. Soriano Neto. De minha parte, pelo menos, não tive conhecimento de fórmula alguma incluindo qualquer outra sugestão ou exigência. Claro está, dita situação prolongar-se-ia indefinidamente se os estudantes, afinal, não reconhecessem a inviabilidade de qualquer solução naquêles termos. Felizmente, o bom senso voltou a imperar; foi aceita uma fórmula sem a obstinada pretensão à renúncia do Diretor.

É de notar que essa fórmula — o envio, pelo governo federal, de uma comissão de sindicância para examinar as denúncias estudantis — era precisamente a mesma que a Congregação adotara e expusera, quer em nota oficial, quer em telegramas dirigidos ao Presidente da República e ao Ministro da Educação e publicados pela imprensa do Recife.

Os pontos de vista aqui expostos, tive oportunidade de debater-los nos vários entendimentos mantidos com os líderes da greve. Sentia perfeitamente, entretanto, que o espírito dos jovens encontrava-se dominado pela convicção de ser necessário demonstrar ao governo que não tinham medo de suas armas; que estavam dispostos a derramar a sua última gota de sangue até obter a renúncia do Diretor. Alguns outros, menos radicais, admitiam a possibilidade de transferência em massa para a Faculdade de Caruaru. Sendo assim, o argumento da inutilidade da greve e do tremendo erro político que representava, era acolhido como simples manobra engendrada por um professor desejoso de ver batidos e humilhados os estudantes.

Quando o governo determinou a realização de dezenas e dezenas de prisões em todo o Estado; quando as estações de televisão e rádio, bem como os jornais receberam "conselhos" no sentido de imprimir outra orientação ao seu noticiário, então não foi mais possível deixar de reconhecer que a continuação da greve, paradoxalmente, representava apenas colaboração para com os inimigos da democracia. Nesse momento, repito, felizmente, venceu o bom senso.

A minha opinião sobre a greve e seus efeitos repousa sobre a apreciação do seu conteúdo e do seu desenvolvimento.

Que os acadêmicos de Direito, em sua maioria, estivessem desejosos de uma transformação radical dos métodos de ensino, dos programas e, principalmente, dos critérios de promoção, não tenho elementos suficientes para acreditar. Basta lembrar que após a greve a frequência às aulas permaneceu, como sempre, circunscrita a menos da metade dos alunos matriculados; que já em meados de outubro eram os professores insistentemente solicitados pelos estudantes a não prosseguir expondo novos pontos; e que tanto na primeira, como na segunda prova parcial o nível médio de conhecimentos mostrava-se francamente deficiente.

Acontece, porém, que no calor da batalha, e como houvesse a Congregação cumprido o seu dever ao mostrar a ilegalidade da ocupação da Escola pelos grevistas e recusado o seu apoio à exigência da renúncia, as baterias inicialmente assestadas contra o Diretor, exclusivamente, voltaram-se contra todos ou quase todos os professores, indiscriminadamente. O órgão oficial dos grevistas, em seu n. 9, reportava-se à "esteril Congregação", aos "velhos Congregados", tendo à frente o "afamado líder esquerdista Ruy Antunes", tudo para concitar-nos a "praticar dignidade" ao invés de ficarmos, "hipócritamente", a "falar em dignidade".

Por outro lado, alguns professores anteriormente sempre louvados pela sua generosi-

dade na correção das provas e pela facilidade com que atendiam todos os pedidos que lhes eram dirigidos, sofreram a decepção de ser tratados, durante a greve, como “palhaços”, “parasitas”, etc.

O grande público, esse não distinguia, nem podia distinguir, até que ponto a virulência dos ataques expressava a sincera opinião dos estudantes de Direito, ou até onde muitos dos qualificativos utilizados traduzia irreflexão; até que ponto as deficiências da Escola resultavam das próprias deficiências do regimen do ensino superior no Brasil, ou até onde seriam de atribuir à incompetência e ignorância dos seus mestres; em que medida poderiam ainda os professores ser responsabilizados como assessores de um tirano odioso, quando era certo que o mesmo mestre, agora tão odiado, vinha sendo, em toda a sua administração, alvo das mais expressivas homenagens por parte dos alunos — quer sendo eleito paraninfo de todas as turmas que lecionava, quer recebendo os mais retumbantes elogios de certos jornais acadêmicos, quer vendo o seu nome carinhosamente escolhido para designar salas e jardins, tudo isso, afinal de contas, sem a mais remota intervenção ou sugestão dos professores.

Para o grande público, na verdade, a Congregação da Faculdade do Recife ficou reduzida a um conjunto de professores incompetentes, negligentes no cumprimento de suas obrigações, irmanados todos na triste tarefa de oprimir a mocidade. Não houve mesmo um vespertino que caracterizou a greve como “a revolta dos anjos”?

Todos esses fatos, malgrado provocassem indisfarçável desencanto em alguns professores, tiveram, ao meu ver, lados positivos.

Em primeiro lugar, para demonstrar a opinião pública, concretamente, a improcedência dos ataques que recebeu, é de esperar que a Congregação intensifique o seu ritmo de trabalho, elevando-o a níveis não atingidos pelas anteriores gerações de mestres.

Em segundo lugar, tendo a greve evidenciado não haver, por parte do corpo docente, um satisfatório conhecimento do pensamento e da opinião do corpo discente, deveremos adotar medidas ou sistemas mais eficazes para auscultar o pensamento estudantil.

Quer-me parecer que nem sempre os Diretórios Acadêmicos expressam a contento a opinião do corpo discente: de outro modo, não se compreenderia a violenta hostilidade manifestada pelos alunos ao Diretor que sempre recebera dos órgãos dirigentes da classe estudantil, as mais cabais demonstrações de apreço.

Sendo certo, como indiscutivelmente é, que a vida da Faculdade e o seu prestígio, dependem, acima de tudo, dos seus mestres e alunos, e, naturalmente, de sua boa disposição para o trabalho conjunto, creio que prestaria-

mos um inestimável serviço à instituição se encontrássemos uma forma de conhecermo-nos sempre mais e melhor, de nos comunicarmos com maior frequência, usando a linguagem da franqueza, enfim, procurando ajudar-nos mutuamente na superação dos obstáculos.

10 — Por falar em nosso movimento grevista, é verdade, como alguém espalhou, que o senhor lembrou a requisição das Forças Armadas Federais, para abafá-lo ?

R — Declarei já, em entrevista ao “Jornal do Commercio”, que semelhante notícia não passava de despudorada mentira. Jamais poderia ser eu autor de sugestão dessa natureza: em primeiro lugar, porque não sou reacionário; em segundo lugar, porque não sou burro.

Pretender sufocar um movimento grevista com o auxílio da força armada, é lembrança que somente pode ocorrer ao reacionário desesperado; quando não, a certas pessoas extremamente burras, desprovidas do mais elementar conhecimento da História.

Não me surpreendi, entretanto, ao saber que alguns estudantes andavam a propalar a infamiazinha ridícula; anteriormente, estudantes também — quem sabe, os mesmos — haviam se encarregado de comunicar a alguns professores que eu estaria articulando junto ao corpo discente um fabuloso movimento subversivo a fim de empolgar a Diretoria.

Causou-me espanto, sim, que a ingenuidade de muitos e a cega paixão de outros tantos, permitisse que tamanha sujeidade circulasse como verdade. E que, no exato instante de climax da campanha dita moralizadora a difamação meticulosamente planejada fôsse também utilizada como arma contra todos aqueles que não juntassem sua voz ao coro da renúncia.

Enfim, nada obstante o ardor com que uns poucos interessados se consagraram à difusão da sordícia, tenho a impressão de que viram, afinal, malogrados os tenazes esforços que desenvolveram para isolar minha modesta pessoa tanto do convício da Congregação, como do corpo discente. Para desgosto dos sagazes inspiradores da campanha de seus devotados executadores, continuo recebendo dos estudantes da Faculdade o mesmo tratamento generoso que me dispensavam antes da greve; tratamento que tanto mais me honra pela circunstância de ter sido e continuar sendo exigente em matéria de aproveitamento; de me não valer de subterfúgios para expressar o meu pensamento; de jamais ter buscado conquistar popularidade às custas de promoções de mero favor ou da adoção de atitudes que muito embora simpáticas a uma eventual maioria não correspondam, todavia, ao meu autêntico pensamento e modo de ser.

ÁFRICA SERÁ LIBRE

Poesía de PATRICE LUMUMBA
que aqui reproducimos, homenajeando a Grande
Aurora dos Povos Africanos

Llora, amado hermano negro, en los milenios de muertes bestiales!
Tus cenizas las dispersó el simún y el huracáu por toda la Tierra.
Tá, que nunca alzaste pirámides
a tus duros verdugos;
tú, capturado en las correrías; tu, batido
en todos los combates en que triunfa la fuerza;
tú, que has aprendido en escuela de siglos
un solo lema: esclavitud o muerte;
tú, que te has escondido en las junglas desesperado,
que has afrontado en silencio millares de muertes
bajo la máscara de la fiebre de los pantanos,
e en la forma del león que destroza a dentelladas,
o del abrazo de las tebladaras
que ahoga poco a poco como el boa...

Y vino e ldía en que apareció el blanco.
Era más astuto y más malo que todas las muertas;
estafo tu oro
con un espejito, un collar, una baratija.
Violó a tus hermanas y a tu mujer,
corrompió con alcohol a los hojos de tus hermanos
y sepultó en prisiones a tus propios hijos.
Entronces tronó el tam-tam por las aldeas,
y los hombres supieron que zarpaba
una nave extranjera para tierras lejanas
donde el algodón es Dios y el DÓLAR EMPERADOR.

Condenado a una prisión sin-fin,
trabajando como bestia de carga
todo el santo día bajo un sol despiadado,
te enseñaron cantos para glorificar
a su Señor; fuiste crucificado bajo los himnos
que prometían la gloria en un mundo mejor,
y sólo una cosa temías:
que te dejaran vivir, te dejaran vivir.
Y junto al fuego, en el temor, en los sueños confusos,
te desahogabas en cantos dolorosos,
simples, sin palavras, COMO LA ANGUSTIA.

Secedió que por fin te illenaste de alegría,
y fuera de tí, en una exuberância de fuerzas danzaste,
y todo fue esplendor de una nueva virilidad;
resonó toda una joven voluntad
sobre cuerdas de cobre y tambores de fuego,
y el principio de esta potente música
creció en el ritmo de jazz como un tifón,
y gritó alto a los blancos
que no todo el Planeta era suyo.
Música: tu nos has permitido
levantar la cabeza y mirar en los ojos
la futura LIBERACIÓN DE LA RAZA.

¡Que las orillas de los vastos ríos que llevan
hacia el porvenir sus ondas vivas
sean tuyas!

¡Que la tierra y todas suas riquezas
sean tuyas!

¡Que el caliente sol del mediodía
queme tus penas!

¡Séquese a los rayos del sol
el llanto que tu abuelo derramó
atormentado en estas tierras luctuosas!

¡NUESTRO PUEBLO, LIBRE Y FELIZ,
VIVIRÁ Y TRIUNFARÁ EN EL CONGO,
AQUÍ EN DEL CORAZÓN DE LA GRAN AFRICA!

PAULO FERNANDES

Um grito de dôr ecôa no coração da África Misteriosa com o assassinio de seu mais legítimo filho: LUMUMBA.

Este notável líder africano, educou-se na Inglaterra, mas apesar da rígida orientação a que foi submetido, com o intuito de torná-lo um representante, na África, contra o seu povo, do interesse dos CAPITALISTAS E COLONIZADORES OCIDENTAIS E CRISTÃOS, Lumumba jamais se deixou render pelas "tôrpes" promessas e imposições, jamais deixou que lhe arrebatassem os seus renovadores ideais políticos e a sua ânsia pela LIBERDADE do seu oprimido povo. A educação recebida, sua personalidade indomável possibilitou àquele homem impregnado de autenticidade e bravura distinguir que entre seu povo e os belgas, ingleses, americanos e franceses existia, uma profunda e desumana diferença, cavada pela exploração, pela fome, pelo odioso preceito racial.

Percebeu, que os belgas e os

"boníssimos" colonizadores ofereciam, a seu povo o sono do Opio, da cachaça e das mais várias formas de manter o pensamento coagulado, a mente atordoada e todo o organismo intoxicado pelos seus terríveis efeitos, fazendo-o olvidar a miséria em que jazia.

Inteligente, valorosamente intrépido e conhecedor dos problemas econômicos de sua terra, Lumumba proclamava: "TENHO OFERECIDO MINHA VIDA PELA UNIDADE DO CONGO E POR SUA INDEPENDÊNCIA. ESTOU DISPOSTO A MORRER, SE FOR NECESSÁRIO, PARA QUE A UNIDADE SE SALVE. ESTAMOS FRENTE A UMA ENCRUZILHADA: A LIBERDADE OU CONTINUAR DEBAIXO DA OPRESSÃO. AMIGOS ENTRE A LIBERDADE E A ESCRAVIDÃO NÃO PODE HAVER NENHUM POSIÇÃO DE COMPROMISSO. POR ISSO, NÓS AFRICANOS, PREFERI-

MOS PAGAR O PREÇO DA LIBERDADE".

Tão contundentes verdades somente podiam obter ressonância na alma de um povo inculto e semi-selvagem, (Produto exclusivo dos colonizadores), se tivessem partido como partiram de um homem sincero e identificado com sua gente sofredora. Entusiasta e combativo, LUMUMBA, era, por temperamento, um homem reflexivo e sereno, não obstante os seus trinta e quatro anos de idade. Como líder absoluto da África (reconhecido pelo seu povo), teve "uma falha", a de não conhecer a diplomacia decadente dos representantes ocidentais e a linguagem fria das suas idéias eivadas de preconceitos:

O G A N D I A F R I C A N O

“Este problema não têm solução”. Entretanto, LUMUMBA sabia admiravelmente bem defender renovadoras idéias com o desejo ardente, de libertar a sua gente espoliada, que parecia haver perdido o último bem que deixou a natureza para todos os males: A ESPERANÇA (VIEIRA).

Demonstrou sua Excelsa Nobreza: “Irmãos da ÁFRICA: Não podemos mais ver o sofrimento do nosso povo, a sua escravidão, imposta pela violência, não podemos mais suportar os salários dos homens brancos como também a segregação racial. “Mesmo porque na África o Deus Sol queima nossa pele escurece, nosso cabelo muda de contornos e perde a beleza, mas somos seres humanos e não animais irracionais como querer os colonizadores, fazer-nos entender”. “A África para os africanos” é o que nós queremos” é por meu povo que estou aqui. Se a Liberdade e sua Independência devem significar a riqueza de uns poucos, em troca da nossa miséria, se a Liberdade e a Independência devem ser a continuação de outra forma de exploração colonial, eu não andaria buscando meus irmãos africanos para pedir-lhes sua SOLIDARIEDADE. Porque assim o fazendo estaria traindo a África da qual sou filho.

O esplendor do raciocínio de LUMUMBA, empolgava os Cento e Sessenta milhões de africanos e fazia tremer os imperialistas ocidentais, que viam dia a dia mais perigarem em seus escusos interesses.

PATRICE LUMUMBA ao visitar os Estados Unidos, um jornalista lhe perguntou? QUAIS AS IMPRESSÕES DE V. EXCIIA., DO POVO AMERICANO? Resposta imediata: “A AMÉRICA TINHA LHE OFERECIDO UMA EXCELENTE ACOLHIDA, ENTRETANTO TAMBÉM A AMÉRICA HÁ ALGUNS ANOS TEVE QUE LUTAR POR SUA INDEPENDÊNCIA, CONTRA OS ESTRANGEIROS. NÃO PODERÃO OS AMERICANOS, ESQUECER JAMAIS ESSE FATO COMO ESTÃO FAZENDO COM RELAÇÃO À INDEPENDÊNCIA DA ÁFRICA”. Por essas declarações LUMUMBA foi conside-

rado “perigoso revolucionário”, “falso líder”, tendo as manchetes de todos os jornais e revistas atacado febrilmente a sua fala. Chegaram até, ao cúmulo de afirmar que o Continente Africano estava ainda em estado selvagem, e, de maneira nenhuma poderia ser dirigido por “falsos profetas” africanos: Homens bárbaros e não habituados ao exercício do poder, homens que desrespeitam tudo o que foi assinado pelas potências coloniais, homens inexperientes e que não aprenderam ainda a governar o complexo sistema democrático, enfim homens sem a mínima cultura e educação”, A Imprensa foi alertada pelo poder econômico. Era a manifestação de um jornalismo peçonhento desencadeado sobre PATRICE LUMUMBA, o astro mais criticado do século (juntamente com Fidel Castro). Todas as suas ações, todos os seus gestos, figuravam nas primeiras páginas, todavia suas declarações eram censuradas quando traziam referências aos Colonizadores belgas, ingleses, franceses e norte-americanos.

As maiores críticas viriam quando da realização da Assembléia Geral da ONU para o estudo do problema do CONGO: LUMUMBA para poder comparecer, enviou uma mensagem ao governo norte-americano solicitando um avião para se fazer representar na referida Assembléia, todavia o seu justo pedido foi negado, tendo então o líder africano feito a mesma solicitação à União Soviética no que foi imediatamente atendido. E, ao chegar à Assembléia da ONU, num possante jato soviético, LUMUMBA respondeu: “Era mais importante para os capitais ocidentais, taxar-me de comunista do que dizer simplesmente que eu tinha conseguido uma possibilidade de chegar à Organização das Nações Unidas, para defender nossos direitos. “Qual a imprensa do mundo ocidental que denunciou esse fato?”

PATRICE LUMUMBA, era agora um homem marcado, um homem que precisava ser eliminado para o “bem da civilização ocidental”, e como, era de se esperar, LUMUMBA foi prêsos pelos oficiais belgas, depois de vá-

rias caçadas, juntamente com ingleses, franceses, americanos e, por mais incrível que pareça, com a conivência da própria ONU, órgão cuja magna finalidade é manter a paz entre as nações, mantendo-as livres, seus direitos fundamentais de igualdade, liberdade e fraternidade respeitados, estendendo essa proteção aos seus representantes livremente escolhidos pelo Povo. Já afirmava, o Grande Chefe: Temos sido tratados com insultos e pancadas, que toleramos de manhã à noite, porque somos negros. A terra que pertencia aos negros foi confiscada por supostos meios legais, que, na realidade, eram meios de imposição do forte sobre o fraco. Fizeram-nos ver que a Lei era diferente para brancos e negros. Havia casas magníficas para os brancos, e paupérrimos subúrbios para os negros”.

LUMUMBA foi morto. Seu corpo mutilado, os braços que sempre vibravam pela liberdade, decepados, os olhos que lágrimas verteram pelo sofrimento do seu povo, arrancados, tanto a tortura chegado ao extremo das crueldades, porque submeteram-no até à castração. Crimes de tal raiz, tão vis, tornam-se mais hediondos quando praticados por uma civilização clinicamente apelidada CRISTÃ”.

Hoje LUMUMBA junta-se à enorme galeria dos homens justos e honestos que a Humanidade em todas as épocas, procurou eliminar: JESUS CRISTO (Mestre dos Mestres), MAHATMA (O maior profeta da Índia), BUDA e CONFÚCIO.

Seu ideal era o ideal de todos os iluminados, que trazem consigo uma mensagem transcendental. Seu lema era: “UM DIA TÚ VERÁS UM PAÍS LIVRE, RICO E PROSPERO SEM AS AMARRAS DA SERVIDÃO”. Isso é querer demais?

Sua última frase: “O CONGO ME FEZ, EU SOU APENAS A CONTINUAÇÃO DO CONGO”.

O Sábio, o Santo, o Negro LUMUMBA, procurou em todos os momentos de sua fulgurante existência política, confundir sua vida com a do seu povo.

SENADO

V
E
R
S
U
S

SUDENE

O ONTEM E HOJE DO BRASIL

Inácio Farias

Quando escrevemos estas notas, começamos a viver os lances de uma batalha de significação decisiva nos destinos da comunidade nordestina e brasileira.

Nossa fé no povo brasileiro no despertar de uma consciência diz-nos que, levaremos a melhor nesta luta histórica, contra um passado insepulto, que teima em entravar a marcha do progresso.

Vivemos um processo social, que, no dizer dos seus intérpretes, se caracteriza principalmente pela passagem das grandes massas brasileiras, sobretudo urbanas, da condição de objeto para a de sujeito de sua própria história, o que lhe confere o verdadeiro caráter de povo.

Esse fenômeno se traduz pela tomada de consciência, por parte das camadas de população cada vez mais amplas, dos nossos problemas mais importantes e a decisão de solucioná-los segundo critérios racionais.

É nessa ordem de fatos que entendemos o surgimento da SUDENE, órgão de planejamento e coordenação das atividades do Poder Público Federal, no Nordeste, como principal promotor do desenvolvimento, que deverá suceder à fase de atraso econômico e consequente miséria social de nossa região.

A criação da SUDENE não é fruto de um gesto magnânimo de um governo. Dir-se-á, quando muito, que resultou de uma atitude de sabedoria política de dirigentes que, em todo momento, foram sensíveis ao clamor de uma população, que resolvera não mais DEIXAR EXPLORAR TÃO ESCANDALOSAMENTE, PELA FALTA DE ESCRÚPULOS DE GRUPOS DOMINANTES, QUE NÃO HESITAVAM EM APROVEITAR-SE DAS CONDIÇÕES DE INDIGÊNCIA QUASE GENERALIZADA, PARA CONSOLIDAR PRIVILÉGIOS DE MINORIAS SEM ENTRANHAS.

A SUDENE se organiza, apesar da reação de alguns daqueles grupos mais RETRÓGADOS, BENEFICIÁRIOS DAS INJUSTAS ESTRUTURAS SÓCIO-ECONÔMICAS REGIONAIS.

Os aspectos mais importantes da problemática da região são ordenados em estudos,

que apontam as soluções cabíveis. O tempo gasto nesta tarefa preliminar, antitese de tradicional IMPROVISACÃO BRASILEIRA, oferece oportunidade para os mal intencionados e os menos avisados esboçarem campanhas de descrédito do órgão, "alegando excesso de técnica".

Mas a SUDENE esforça-se para passar a uma etapa mais prática, de realizações visíveis, segundo linhas estabelecidas num Plano Diretor, que é enviado ao CONGRESSO NACIONAL, para aprovação.

E, então, começa o trabalho de sabotagem das Forças do Passado: Câmara dos Deputados leva meses e meses para proceder a tramitação do Projeto que consubstanciava o Plano. Engaveta-o; depois, o emenda; afinal o aprova, para subir ao SENADO. Nesta Casa do Congresso, porém, verifica-se uma contradição mais radical entre os interesses populares e a atuação de mandatários, eleitos por força dos falhos mecanismos do *simulacro de Democracia que possuímos*.

O Senado não se peja de zombar das dificuldades da gente nordestina; sob o comando de Indignos Representantes do PRÓPRIO NORDESTE, resolve roubar-lhe até a esperança — o Plano Diretor da SUDENE é mutilado, em nome das justificações mais CÍNICAS, apontando-se "fórmulas salvadoras", que se tem provado INEFICAZES, através de decênios, para resolver os nossos magnos problemas.

Tentar modificar nossas estruturas econômicas "é subversivo". Deve-se é cuidar da "açudagem e irriagção" dos grandes latifúndios, — defendem DESPUDORADAMENTE OS OS TRÁGICAMENTE FAMOSOS "Industriais da Sêca".

Há a esperança de que a Câmara dos Deputados seja menos insensível à gravidade da situação nacional e nordestina em particular, e escoime o Plano Diretor da SUDENE das emendas Desfigurantes e Espúrias.

Para se conseguir isto é que está sendo feita a mobilização de opinião Pública, à frente, o histórico binômio de vanguarda so-

(Continua na pág. 76)

SEU NÉ LADRÃO

Foi no comêço do inverno que Seu Né voltou a Santana do Ipanema. Veio num dos primeiros caminhões que partiram de São Paulo com a notícia de chuvas no sertão. E desde essa época a cidade vivia sobressaltada com uma sucessão misteriosa de roubos. Roubos e mais roubos. À noitinha, de madrugada, meio dia em ponto. E nada se descobria. Em vão a polícia procurava pistas. Investigava. Intimava suspeitos. Prendia. Mas terminava por soltá-los. Pois o serviço aparecia tão bem feito que inocentava os pobres gatunos locais. Devia ser um elemento perigoso. Era o que se comentava. E, de manhãzinha, ao acordar, a população inteira queria saber aonde o ladrão tinha ido na noite anterior.

Geralmente o pãozeiro conduzia a notícia.

— Asta noite tivero na casa do dotô Ogusto e na venda de Seu Ferragêro.

E então se espalhava célere. De boca em boca. Presente em tôdas as rodas. Nos cafés e nas barbearias. Nos jogos, nas cozinhas e nas repartições públicas. Nas casas comerciais, nas construções. Nas gandaias, na sacristia da igreja, na beira do rio Ipanema. E quanto mais ganhava terreno, maior ficava o boato.

Cada pessoa que quizesse dar sua própria opinião:

— Diz qui o bicho usa uma oração muito forte! Só pode sê mêrmo a da Cabra Prêta. Adonde se viu arguêr entrá nas casa, robá e saí, sem forçá uma porta ou bulí ao meno num taco de têia? Essa não!

— E a polícia onde está? Não se vê nada. Diligências e mais diligências. Gente prêsa, gente sôlta. E nem notícia do danado? Vá ver que já estão comendo bola?!!

— Avalio a aflição de comadre Olímpia. Saber que um bruto imundo estêve junto de sua cama! Cada qual bote o caso em si. Lá em casa estou tendo o maior cuidado. Antes de me deitar penduro panelas de alumínio nas portas, porque, se forçarem, elas caem, fazem barulho e todo mundo acorda...

— Inda bem q'êle só anda na casa dos rico! Bem impregnado. Arguins merece inté mais. Também vevem sacrificando a humanidade, vendendo as coisa pelos óio da cara prá bancá pôse. Tarvêis seja castigo... Deus inda pune pur nós pobre!!!

Êsse o panorama de Santana. Tudo mistério e terror. Nada de aparecer solução... Até que um dia, Júlia Maranhão reconhece Seu Né como o autor dos furtos.

Bradou aos quatro ventos no dia seguinte. Disse que viera com êle de São Paulo. Deu os sinais. As buscas se intensificaram. Uma atividade medonha. Porém nunca se descobriu qualquer rastro. Ninguém na rua conhecia êsse Seu Né. Um cristão só não sabia quem êle era. Terminou por se dizer que tudo fôra mentira de Júlia. Pura invenção. Que ela nunca vira nada. Uma boateira safada. Parecia mais obra de quadrilha. Isso sim. Não deixavam marca. Faziam tudo com uma perfeição nunca vista por aquelas bandas. Falava-se até nuns ladrões do Recife que tinham

Conto de MARQUES

soltado lá por perto de Paulo Afonso. Só podiam ser êsses...

Os dias se passavam e os assaltos continuavam. Hoje num canto, amanhã noutro. Pânico geral. Comerciantes que tinham ataques quando encontravam as gavetas vazias. Uma miséria.

E Seu Né passou a ser o responsável por tudo aquilo. Uma figura temida na cidade. Imaginado de mil maneiras diferentes, sempre trazendo pavor. Até para as crianças. Que o pensavam uma combinação de Bicho-Papão e Papa-Fígos.

Só os maloqueiros tinham Seu Né na conta de um herói. Sonhavam em ser como êle. E, quando, afastados de todos, se recolhiam para dormir debaixo da ponte da Comoxinga, confessavam uns aos outros aquêles mesmo e vibrante desêjo.

— Quand'eu crescê quero sê como Seu Né Ladrão. Robá tudo. Enganá a puliça. Passá a perna nessa cambada de bêsta. E depois vivê fanfando.

— — —

Lá fora o vento açoita os matinhos ras-teiros e carrega a poeira levantada pelos pés dos retirantes. Uma fila enorme segue pela estrada em busca de um caminho que a leve a uma vida melhor. Gente magra, gente suja, gente esfarrapada, gente que conduz a esperança de um dia encontrar paz.

Dentro de casa uma rêde que range nos armadores. Deitado nela, Seu Né, cigarro no bico, a fumaça se elevando e indo de terreiro a fora. Pela porta da frente, escancarada, êle vê as levas que partem em direção à zona da mata. Aquela é a parte inicial de um drama tétrico que se eleva à cena no sertão de quando em vez. No princípio são poucos os que ganham a estrada. Depois são mais e mais. Todos desesperançados de chuvas. Todos fartos de tanta incerteza. Que deixam a terra como se estivessem abandonando a própria vida.

Seu Né vê aquilo tudo constrangido. Prefere não olhar. Desvia o rosto para outros lugares. Mas é como se uma fôrça estranha o arrastasse a ver aquela mesma miséria. Súbito uma ferida se abre em sua consciência. Sente-se fracassado, covarde demais... Procura apagar aquilo tudo da memória. Mas, ainda que tente, os pensamentos persistem. E êle vê que não pode fugir dêles. Põe-se a refletir.

E lembra o dia em que partiu de casa numa sêca que já ia longe. Perdera pai, perdera mãe, perdera um pedaço de terra de herança e acompanhava o tio que rumava com a família para além do sertão. Mas não o fazia satisfeito. Preferia ficar por ali mesmo pois gostava daquêles recantos. E, à primeira oportunidade, fugiu dos parentes e ficou em Santana. Não conhecia ninguém ali. Percorreu uma porção de ruas. Subiu ladeira, desceu ladeira. Teve fome. Pediu nas casas. Bateu numa porta, suplicou em outras. Como não lhe atendessem, marcou um bote para um pedaço de charque na venda de Seu Marinho e carregou. O velho abriu o bocão no mundo. Foi prêso. Foi judiado. Foi sôlto. Malandrou pelas ruas. Fêz mandados de uma casa ou de outra. Engraxou sapatos. Demorou-se ainda uns tempos.

Depois, decidiu ir para São Paulo. Falava-se tanto naquele lugar. Todo mundo só

queria ir prá lá. Pelo visto só podia ser um paraíso. Diziam que havia fartura, muito trabalho, o povo todo de barriga cheia e por cima disso, uma beleza. Tomou o primeiro pau-de-arara. Lá arranjou serviço numa fazenda de café. Já rapaz feito, aguentou bem o baque. Com a continuação foi enfastiando. Também já estava decepcionado. Tudo diferente do que pensara. O mesmo inferno do norte. Ganhava-se mais, é certo. Mas, em compensação tudo era mais caro. Pela hora da morte. O frio de tinir. A gente desconhecida. Cada qual mais ruim que a outra. Ninguém fazia favor a ninguém. Os patrões exigentes, só viviam descompondo os trabalhadores, ameaçando dispensá-los. Sem diferença dos fazendeiros de Alagôas. A mesma ganância. Só pensavam em ganhar dinheiro, encher os bolsos de dinheiro.

Um dia abusou-se e deixou o pesado. Foi para Santos. Conseguiu emprêgo nas docas. A mesma lástima. Uma porcaria de ordenado. Só que havia horas marcadas de trabalho. Se trabalhasse mais da conta, recebia extraordinário. Mesmo assim não se deu bem. Largou. Não dava para aquilo. Trabalhar tanto e ganhar quase nada. Enquanto outros, pouco faziam, levavam o tempo a lorotar e recebiam salários grandes. Ficava revoltado.

Foi para a capital e ficou pegando carrêgo. Lá teve vontade de aprender a ler. Entrou para a escola e começou a desasnar. Fêz amizade com um sujeito que estudava também. Ele lhe falou da vida fácil que levava. Fazia suas defesas. Batia de vez em quando uma carteira. Penetrava numa loja e ludibriava um caixeiro mais descuidado. E assim ia. Convidou Né a acompanhá-lo nas andanças. Havia vantagem. No trabalho por mais que fizesse ganhava sempre uma ninharia. Né aceitou. E principiou a roubar. Achou tudo fácil. Tinha uma esperteza medonha. Progrediu. Aliou-se a outros grupos. Aprendeu tudo que era de truques e trampolinagens no serviço. Ficou feito. E nunca parou nas mãos da polícia. Também não esbanjava o que conseguia. Chegava até a ajudar os vizinhos da favela Canindé, onde morava. O resto guardava para comprar uma nêsga de terra quando voltasse ao norte.

Na Escola ia bem. Tomava interêsse. Aprendia depressa. Todo mundo gostava dêle. Ele gostava de todos. De ouvir as conversas. Principalmente as de um ferroviário que falava dos lugares do estrangeiro. Mas Né preferia escutar sôbre um, cujo nome não conseguia gravar. Era um país e tanto. Ninguém passava fome, todo mundo vivia bem, o governo dava escolas e pagava remédios. Porém o que mais fascinava era saber que todo mundo lá possuía terra. Que maravilha! Se do mesmo jeito fôsse nas Alagôas, como seria bom! Falava sempre em voltar. O amigo o ani-

lavrador era aquêle. Ter um pedaço de terra! Pedia ao companheiro que lhe falasse longamente sôbre essas coisas. Ficava cismado. Perguntava se não era história de trancoso. Ele explicava. Dava exemplos. Né contava a vida de sua terra, o sofrimento de sua gente. Falava sempre em voltar. O amigo o animava. Dizia que ele podia até fazer algum benefício ao seu povo. Fazer o mesmo que os camponêses daquêle país fizeram. Se organizarem, exigirem diárias maiores dos fazendeiros... e uma porção de outras coisas. Noutro país, onde mora uma gente dos olhos repuxados, os camponêses começaram assim também. Depois o governo ajudou. No fim eles ganharam até as terras e os proprietários ficaram sem nada. Aliás, falava-se muito encoberto que estavam pretendendo fazer o mesmo no Brasil. Dependia do povo. Assim Né podia ajeitar as coisas lá no norte, preparar o espírito da gente da roça e quando o governo se decidisse seria fácil.

Né já estava resolvido a voltar. Fazia planos. E quando soube da notícia de chuvas, partiu. Mas em Santana inteirou-se de que só chovera para os lados do Ceará. Não havia esperança ali. Há quase três anos o inverno não prestava. O que vingava a largata comia. O povo do centro descera quase todo para a mata. E continuava a descer gente. Imediatamente Né resolveu o que faria. Iria para o mato. Ficaria escondido no rancho de algum conhecido, roubaria os ricos em Santana e passaria a ajudar os irmãos do interior... Uma coisa lhe dizia que as chuvas ainda haveriam de chegar.

Fizera aquilo tudo com o maior cuidado para não ser descoberto. Também não tivera medo porque a polícia era destarimbada. Jurara matar Júlia Maranhão se o descobrisse. Dera a passagem para ela voltar prá o Sul. Juntara muito dinheiro. E nada fizera. Com tanta grana esquecera a sua missão e já pretendia regressar a São Paulo. Ali gastaria a seu modo. Não cedera à tentação das muitas abobrinhas.

Agora, vendo passar os retirantes, está envergonhado. É um traidor. Pensar em semelhante coisa, enquanto sua gente padece. Está arrependido. Se fizesse aquilo, praticaria maior injustiça que os ricos. Decide-se então ajudar os irmãos agricultores. Pois todo o dinheiro que acochou pertence a eles mesmos. Já lhes tinha sido roubado pelos próprios patrões.

O sol começa a se pôr. Ondas côr de púrpura povoam o firmamento. A ventania está branda. Já é quase a aragem noturna.

A rêde está parada. Uma beata de cigarro jaz apagada no chão. Outra leva passa pela estrada. Seu Né ergue-se. E corre a atalhá-los.

— — —
Em Santana os roubos foram escasseando.

Passou a haver muito espaço de um para outro. Até que se acabaram de vez. Quem perdeu alguma coisa já estava desesperançado de recuperar. Uns pensavam que fôra a quadrilha de profissionais. Muitos outros pressentiam que a história de Júlia tinha fundamento. Mas depois que passou a haver ronda noturna as surpresas desapareceram. Isso, o ladrão já estava no ôco do mundo. Até mesmo Júlia Maranhão deu de pernas. Deixou o amante. E um dia, anoiteceu e não amanheceu. Chegaram até a apontá-la como implicada no caso.

Entretanto, quando se soube que haviam matado um ladrão em Palmeira dos Índios, ninguém ficou mais com dúvida. Fôra aquele mesmo que tinha feito os roubos ali em Santana. Estava foragido da polícia do Rio de Janeiro, encontrara o terreno fértil e aproveitara o máximo.

Agora, tudo estava no esquecimento. Outras novidades preocupavam o povo. A transferência de alguns soldados, acusados de coiteiros. A sêca que se avizinhava daninha. O esvaziamento das cisternas. O alto preço da água salobra de barreiros ou da Marcela. Uma carestia geral. As feiras ruins. O povo debandando.

Depois, foi diminuindo o número de retirantes que passavam pela cidade. Não obstante, do centro continuava a sair gente. Os proprietários dispensavam os moradores, davam contas aos eiteiros, demonstravam a decisão de não plantar naquele ano, se bem que a terra já estivesse encoiravada. Mas, àquela altura, chuva não era mais possível. Tudo sêco esturricado. Falava-se até que o Poço dos Homens estava secando. Aquêlê mesmo poço que resistira à sêca de 77. Padre Bulhões bravejava que era castigo. Os homens estavam esquecendo Deus. Mereciam aquêlê padecimento.

Sòmente Seu Né acalenta uma esperança. Tudo lhe diz que as chuvas irão tardar, porém não faltarão. Soubera até que no sertão de Pernambuco estava chovendo há não sei quantas semanas. A demora era o Ipanema descer. Quando isso acontecesse a coisa mudaria.

Por isso tenta impedir que as últimaservas partam. Gasta um tempão medonho para convencer aquêlê grupo de desesperados. Todos acreditam que seja mesmo castigo. E se maldizem. Praguejam da sorte dos pobres. Sujeitos a pagar por tudo. Até pelos pecados dos outros. Na rua as moças de família botam os couros de fora, cortam o cabelo que nem homem e êles que sofram! Seu Né procura dissuadí-los. Dá esperanças. Fala das chuvas do Ceará e de Pernambuco. E vai conseguindo reuní-los. Êles nunca tinham saído dali. Que iriam fazer no meio do mundo? Talvez viver até pior. Só precisavam de coragem e cal-

ma para esperar as chuvas. Tivessem confiança no Padrinho Cícero do Juazeiro!

Pouco a pouco os convenceu. Animou. Juntou tudo no Chicão. Auxiliou um por um. Comprou comida. E ali ficou à espera. Todos se admirando de sua bondade. Gastar o que ganhara em São Paulo com êles, que nem parentes, nem aderentes eram. Muita caridade, mesmo.

Seu Né foi então ganhando confiança. E do dia para a noite passou a ser o chefe do grupo. Tornou-se obedecido. Ninguém fazia nada sem o consultar primeiro. Parecia um pai para aquêles flagelados. Sempre encorajando, sempre trazendo novas esperanças. Dizendo que se as chuvas não viessem o governo construiria açudes. De fome é que êles não iriam morrer. Mas, a chuva era certa.

Enquanto esperam impacientes, os dias passam. Seu Né começa então a contar o que apurara em São Paulo. Como é no estrangeiro. Naquêles países onde todo mundo tem terra. De que maneira os camponeses as conseguiram. Cômpara com êles. Diz que êles podem até fazer o mesmo, ou então coisa parecida. Talvez não seja difícil. E agora que se fala debaixo de sete capas que vai haver aquela mesma lei no Brasil!

Essas narrativas fascinam os flagelados. É como uma réstia de luz no pretume de sua miséria. Ficam atentos. Ouvem tudo com admiração. Confiam ainda mais em Seu Né. Pensam que com a ajuda dêle podem até realizar aquilo. Mas de repente vem o mêdo de serem prêsos. De pararem no chicote do Coronel Lucena. Afastam os pensamentos. Mas êles insistem e voltam sempre, para trazer mais felicidade, mais esperança e alegria.

Nêsse ambiente foi que as chuvas chegaram. Primeiro desceu o Ipanema com uma cheia impetuosa. Aí ninguém mais duvidou. Depois foram as chuvadas grossas, quais trovoadas, que logo se transformaram em sereno e não mais pararam.

Um tapete verde cobriu o sertão. Era a vida que renascia.

Na cidade as chuvas são recebidas com espanto geral. Nunca acontecera por ali o começo do inverno em pleno mês de São João. A alegria é imensa. Todos exultam em saber que não terão mais de beber água salgada.

Os fazendeiros mudam logo as idéias. Pensam em plantar imediatamente. Pois, se tudo continuar do jeito que vai, haverá até uma safra regular. Sementes guardadas já possuem. As terras já estão quase prontas. Basta uma mãozinha para elas ficarem preparadas. A dificuldade é unicamente braços... E, de chôfre o pensamento de todos êles se volta para aquêles retirantes que tinham se arranchado no Chicão. Pronto, está tudo resol-

vido. São muitos. Todos esfomeados. Aceitarão trabalho a qualquer preço. E podem dar conta do recado direitinho.

Imaginam logo um meio de pagar o menos possível pelo dia de serviço. Intimamente riem da miséria dos retirantes. Pelo menos serão a salvação da lavoura. Não quiseram descer para a mata com os outros, agora que aguentem fogo em suas unhas.

E nem de longe cogitam os fazendeiros a surpresa que os aguarda.

Seu Né põe logo o seu povo a par dos planos que traçou. Sabe que os fazendeiros não querem perder o inverno. Têm sementes e terras. Só faltam braços. Apelarão pois para eles que ficaram. Aí será a vez dos camponeses descontarem os atrasados e tirarem o seu proveito também. De qualquer maneira os proprietários precisam deles. Logo, ninguém deverá mais ganhar mincharia. Pelo menos uma ocasião na vida o caçador perdia para a caça.

Ficou acertado: homem algum iria procurar trabalho. Os grandões que viessem atrás deles. Aí então estipulariam as condições. Se quisessem, bem, se não, azar. Mas Seu Né tem certeza de que eles aceitarão de todo jeito, devido a necessidade.

Todo mundo ficou de orelha em pé. Mas, assim mesmo se deu.

Vendo que não vinha ninguém procurar serviço, os fazendeiros foram ao Chicão. Ofereceram trabalho, marcaram preço. E ficaram tiriricas quando se inteiraram de quanto os trabalhadores pediam. "Uma ladroeira" — diziam. Gritaram, ameaçaram, prometeram cadeia, porém terminaram por aceitar as condições impostas. Pagariam a diária exigida, e ainda teriam obrigações de dar terras para eles plantarem sem pagar sequer o aluguel ou repartir o que colhessem.

— Só pau mesmo nessa gente. Uns preguiçosos que vivem recebendo nossos favores, com exploração agora. A culpa é nossa também. Alisar quem não presta! Só pode ser o fim do mundo. Além de exigir um preço escandaloso, não querem mais terra de meia. Povo ingrato... Não adianta mais se fazer caridade. — afirmaram igualmente os coronéis.

E um ou outro matuto mais atrevido se expunha a dizer:

— O tempo da escravidão já acabou, coroné!

A lavoura deu boa. Muito milho, muito feijão. Muita fartura. Os agricultores alegres. Todinhos. Pois os que estavam nas terras desde a seca, quando souberam que os novos ganhavam mais, passaram a exigir a mesma

quantidade. Só os proprietários não estão satisfeitos. Dariam tudo para acabar com aquela situação. Quando justamente pensavam em ter lucros fabulosos, têm que gastar uma infinidade de dinheiro com a mão de obra. Alguns tentaram mesmo enganar os trabalhadores pagando somente o que achavam conveniente. Mas saíram perdendo. Pois eles se recusaram a continuar o serviço, as roças ficaram abandonadas e ninguém quis pegar a empreitada. Os ricos chegaram até mesmo a implorar que os lavradores voltassem ao trabalho.

Seu Né continua a orientar os camponeses em tudo. Não se faz nada de que ele não seja sabedor. É Seu Né para aqui, Seu Né para acolá. Aos sábados, na igreja, Seu Né é padrinho de uma rédua de meninos. Visita todos, é querido em toda redondeza. E todos lhe agradecem a ajuda prestada na seca. Confiam inteiramente nele. Sentem-se até seguros quando falam que no futuro a terra poderá ser deles mesmos. A demora é vir a lei. Enquanto ela não vem eles estarão se preparando para recebê-la. Não arredarão um passo dos seus direitos. Pobre também é gente. Pelo menos têm Seu Né para instruí-los. Bendito o dia em que chegou de São Paulo trazendo novas esperanças para eles! O pensamento de todos é um só.

Por outro lado, os fazendeiros não apreciavam com bons olhos a popularidade de Seu Né. Apesar de ter ele comprado um pedaço de terra, banca o caridoso e o cultiva com uma porção de gente. Comentam até que ele divide o lucro com todos. Os fuxicos em Santana aumentam. Os ricos dizem que é um mau exemplo. Era bem capaz de ter sido ele que botou aquelas coisas na cabeça dos moradores. Os matutos já cochichavam até numa lei que repartiria as terras com todos os lavradores. Era bom apurar o caso. Passar a limpo. E tomar providências.

O Coronel Chico Rodrigues encarregou-se dessa parte. Foi para a fazenda, botou um morador em confissão, espancou, perguntou e nada de resposta. Quando ameaçou ferrá-lo, foi santo remédio. O pobre do homem abriu a boca e contou tudo. Que Seu Né sustentara eles na seca, juntara todos no Chicão, marcara os salários, aconselhara enfim como procederem até o dia em que a terra seria dividida. Disse até mais da conta.

O Coronel nem quis ouvir o fim da delação. Compreendia tudo perfeitamente. Via então a cilada em que havia caído com tantos outros. Seu Né sustentar os retirantes! Com que recurso? Nunca fôra rico. Era um pobre de cristo que tinha arranjado somente uns cobres em São Paulo. Mas, por muito que fossem não dariam para coisa alguma. Agora, percebia que Júlia Maranhão nunca mentira. E ele mesmo que a acusara de compartilhar dos furtos! Como tinham sido bostas. Deixar

um ladrão sôlto tanto tempo. O Seu Né Ladrão só podia ser aquê. Não tinha para onde. Dar comida aos flagelados, comprar um sítio e ainda sobrar para as sementes! Cabra safo. Há muito tempo ali perto e eles sem desconfiarem. Se fôsse cobra certamente já teria mordido muita gente boa! E todo mundo pensando inocentemente que o verdadeiro gatuinho tinha sido morto em Palmeira dos Índios.

Sua irritação é grande. E quando se recorda que perdera uma boa bolada naquela onda de assaltos, toma uma decisão. Só pode ser aquilo mesmo. Matar Seu Né. O homem é perigoso demais. Rouba-los todos, distribuir o dinheiro com uma cambada de vagabundos, instigá-los a explorar os patrões, e não deixar marca nenhuma. Isso ainda não era nada. Pior era aquela conversa do governo dividir terras! Só bala mesmo, não havia outro caminho.

Chamou um pistoleiro de confiança e deu as instruções. Veio esperar o resultado em Santana.

Na mesma noite se deu o crime.

O cabra esperou Seu Né na margem do riacho João Gomes, pois todo dia ele passava por ali, de volta do Batatal. Escondeu-se atrás do tronco de uma baraúna e aguardou o momento.

Não demorou muito. Um vulto se aproximou assoviando. Um tiro ecoou no silêncio noturno. Um corpo tombou no chão. Gemidos cortantes se fizeram ouvir. Depois, tudo quieto. Só a sinfonia dos grilos e dos sapos produzia sons melancólicos. Era um canto de morte...

— — —

A Matriz entupida de gente. Padre Bulhões começa a encomendação. Um choro enorme. Gente e mais gente que vem do centro. O povo da cidade também. Mulheres que dão ataques de choro. Meninos, velhos, todos com as lágrimas descendo de olhos abaixo. Até mesmo os homens estão incontroláveis. Um turbilhão de gemidos e gritos.

Quando o entêro sai é que se vê bem a quantidade de pessoas. Nunca ocorrera em Santana um funeral tão grande. Parecia mais que não tinha ficado viv'alma no mato. Nem num dia de feira era assim. De todos os atalhos dava gente. Uns de preto, outros chorando, todos sentindo a morte daquele que fôra o amigo sincero dos matutos.

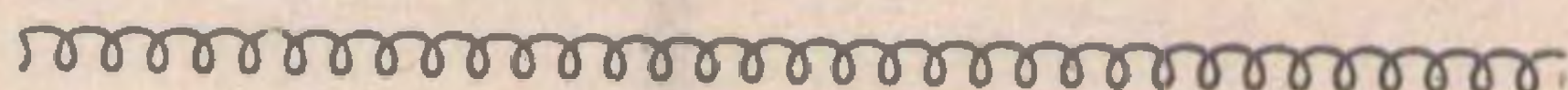
No caixão, Seu Né, olhos vidrados, parece apresentar um sorriso. Aquê mesmo sorriso que trazia sempre nos lábios quando viu seus planos darem certo. Nunca esperara aquilo tão depressa. Tinha até escrito ao ferroviário de São Paulo para saber quando o governo iria ajudar os camponeses a conseguir terras. E com ele todo o povo da redondeza esperava. Por isso ria. Ria da felicidade

dos irmãos. Felicidade que se nutria de uma esperança.

O cortejo segue lento. A massa humana se contraindo em prantos. Delírio que significa haver uma decisão unânime em continuar esperando pelo que Seu Né dissera estar para acontecer. E, meio aquê choro, a esperança de todos cresce. Estão unidos e conscientes de seus direitos. Não se sujeitarão mais ao que os patrões quiserem. Agora têm suas próprias armas para lutar contra eles. Seu Né as havia mostrado. Sabem que, sem eles, os fazendeiros não farão nada. Estão decididos a não ser mais escravizados. Seu Né lhes ensinara muita coisa de bom, fôra um verdadeiro pai...

O choro é um agradecimento.

Recife, 17 de agosto de 1961.



Soneto Das Metamorfoses

de "Vertigem Lúcida",

CARLOS PENA FILHO

Carolina, a cansada, fêz-se espera
e nunca se entregou ao mar antigo.
Não por temor ao mar, mas ao perigo
de com ela incendiar-se a primavera.

Carolina, a cansada que então era,
despiu, humildemente, as vestes pretas
e incendiou navios e corvetas
já cansada, por fim, de tanta espera.

E cinza fêz-se. E teve o corpo implume
escandalosamente penetrado
de imprevistos azuis e claro lume.

Foi quando se lembrou de ser esquife,
abandonou seu corpo incendiado
e adormeceu nas brumas do Recife.

— Carlos Pena Filho, pássaro do azul, faz mais de um ano que, para o azul, partiu. Mas conosco ficaram as marcas do seu gênio. À sua memória, nossa saudação. Ao D.A., um lembrete: apor a fotografia de Carlos em sua Sala, ao lado dos retratos de Castro Alves e Deolindo Tavares, o que disse: "Sou mais pobre do que Job, sou mais rico que Salomão, sou um poeta".

Imprensa "Livre": Vulgar Prostituta

JOEL ARRUDA CÂMARA

Quando analisamos a corrupção e o mercenarismo que dominam a Imprensa apelidada de "Livre", nos ocorrem várias perguntas: Prá que morreu Tiradentes? Onde se esconde a Democracia que exigiram os heróis de 45? De que serviu o sacrifício de Demócrito? Se a imprensa que é o órgão essencialmente popular, expressão máxima do pensamento de um povo — vive hoje tão garroteada quanto na ditadura getuliana.

Naquela época, os heróis da Democracia, os soldados da liberdade bravejavam incessantemente pelos direitos da imprensa, pela liberdade de o povo ser ouvido. Mas hoje, decorridos somente 16 anos, se Demócrito pudesse voltar de sua morada celestial, como um prêmio excelso do Senhor Deus, haveria de, ao aqui chegar, implorar ao Criador que o devolvesse à sepultura. Porque a tristeza do túmulo é menor do que a desgraça de viver entre canalhas.

Se os líderes de ontem, que perderam seu sangue na luta pela democratização voltassem em busca dos heróis de outrora que escaparam com vida, sofreriam a grande desdita de descobrir que os estóicos de ontem são os pusilânimes de hoje.

Entre os vários setores da vida pública, onde fizeram ninho êsses poltrões, é justamente a imprensa "livre" o agasalho maior. Foi

aí que os poltrões estabeleceram o seu quartel general.

A imprensa, representa a alma da Democracia e esta é tanto mais verdadeira, real, quanto mais fôr livre aquela.

Se admitirmos essa assertiva como premissa cremos forçados a concluir pela inexistência da Democracia em nosso País. Vivemos, hoje como ontem, em um ditadura de fato.

Se não nos oprimem os grilhões da força policial, no entanto o poder econômico persegue e ameaça a segurança do regime comprando a consciência dos nossos dirigentes públicos e teleguiando nossa imprensa. Aqueles "heróis" que não se curvaram sob a opressão das baionetas, das masmorras e das torturas, agora se rendem sem resistência, como ao canto das sereias, ao tinir das trintas moedas (dólares).

Dêste modo, a imprensa recebe a companhia de seu ADÚLTERO AMANTE, o PODER ECONÔMICO, desavergonhada pela volúpia mercenária.

Imprensa do meu Brasil, Imprensa corruta, Imprensa venal, melhor seria encarcerada em uma Bastilha do que viveres hoje mercadejando tua liberdade como uma VULGAR PROSTITUTA. Só assim poderias animar aqueles que realmente amam a Liberdade, a lutar pela Democracia. Enganaste-nos como um me-

diocre covarde. Imploraste para que te soltassem, para que te deixassem livre, livre com os pensamentos e logo que o fizemos, logo que te cortamos as amarras, logo que te livramos das mordças que te emudeciam, logo que te livramos do algoz que te oprimia e que te humilhava, eis que tu voltas a te humilhar, a te amordaçar, por medo ou por paixão satânica ao teu algoz. Hoje, decorridos apenas uma dezena de anos, chegamos à conclusão de que fomos burlados na nossa boa fé. Tu, que nos parecia uma vestal na tua formosura e pureza hoje nos surge como uma bruxa nojenta e covarde.

Depois de teres permanecido como imaculada, apesar das perseguições, hoje confraterniza-te por dinheiro com aqueles que não conseguiram desvirginar-te a força, Imprensa proscrita do meu país, aqueles que não te corromperam pela violência de uma ditadura política, hoje te conduzem aos lupanares da corrupção política por alguns trocados, como a mais decadente das mulheres da vida fácil.

E a Imprensa incha o seu ventre na prenhez insaciável da imoralidade pública, gerando nos leitos dos prostíbulos governamentais, nos "Bas-fond" da pública administração, uma Democracia nascituramente decrepita, monstruosa, como é a nossa.

(Afirma líder da F. U. P. I.)

Juan Angel Silén jovem estudante da Faculdade de Direito da Universidade de Porto Rico, e destacado líder da Federação de Universitários Pró Independência (F.N.P.I.), União Nacional de Estudantes Portoriquenhos, declarou ao ser entrevistado por esta revista que:

"El pueblo de Porto Rico ha venido luchando por espacio de 63 años contra el coloniaje norteamericano que mantiene su país sometido."

P. — Como os norte americanos agem a fim de sabotar a onda de Independência?

R. — Porto Rico es una Colonia norte americana sujeta al imperialismo economicamente y politicamente. A traves de la politica traidora de Luis Muños Marin (actual gobernador colonial) se le ha dado el nombre a Porto Rico, de "Estado Libre Asociado". Los Norte americanos, tienen el control del 79% de nuestra economia y el Pueblo de Puerto Rico se ve obligado a comprar en Estados Unidos US\$ 800 milhões anuales.

El control norte americano es sobre casi la totalidad de la vida del pueblo de Porto Rico. Ejemplo: Control de radio, television, comunicaciones de mar y Aire, Aduanas y Correios, servicio militar obligatorio, fuerzas armadas, comercio exterior, relaciones exteriores, cuota de Azúcar etc.

P — Qual o efetivo norteamericano em Porto Rico? Armados?

R. — Bueno, en Porto Rico existe un ejercito Norte Americano de 153.000 hombres, de los cuales cerca de 46.0000 son Portoriquenos. Tienen dos bases atómicas, una en el este y otra en el oeste (Ramey Field y Roosevelt Road) y alrededores de 200 instalaciones militares en todo el país (que incluyen radar, puestos militares, aeropuertos militares, estaciones de tanques, etc.)

P. — Quais as empresas que os norte americanos dominan?

R. — Los Norte Americanos dominan a traves del monopolio mas de 400 fabricas, que en su mayoría son subsidiarios de los grandes trusts, los supermercados, todo trafico marítimo (por 4 compañías Navieras), la refinaria de petroleo, la distribución de gasolina, el telefono, etc. En el plano agrícola sostienen el latifundio cañero y dominan la tierra. Esto a grandes rasgos la situación de dominio del imperialismo.

Em imperialismo junto a los traidores colo-

niales son soboteado la lucha por la independencia de Porto Rico. A traves de campaña organizada, que ha llegado hasta la represión. Se ha sostenido una constant persecución de movimiento independentista. En los carceles de Estados Unidos y Porto Rico muchos patriotas sufren prisión, entre ellos el Apostol de nuestra lucha emancipadora el Dr. Pedro Albizú Campos. Albizú Campos en la actualidad enfermo y paralitico esta condenado a cerca de 156 anos de carcel. Su vida ha sido un ejemplo de dedicación y patriotismo.

P. — Em Porto Rico foi sufocado algum movimento revolucionário?

Quando?

R. — En 1950 — fué sofocado el movimiento revolucionario en el país. Miles de patriotas fueron presos y otros murieron luchando por la libertad. La participación de las fuerzas armadas impidio en triunfo de la revolución. En la actualidad las fuerzas independentistas y nacionalistas realizan una campaña entre el pueblo por la independencia. El estudiantado universitario se ha mantenido a la vanguardia de la lucha anti imperialista en Porto Rico.

P. — O que é o corpo da paz?

R. — Los "Corpos de la Paz" son el arma principal de defenza que tiene el Capitalismo Norteamericano, son parte de la llamada "Alianza para el Progreso". Son 14.000 técnicos adiestrados para ganar "simpatia" para Estados Unidos en el mundo y en especial en la America Latina. Operan desde Porto Rico donde son entrenados se el arte de trabajar con el Anti Americanismo de los pueblos Latinos Americanos. Un sargento de los "Marineros" les entrena y su cordinador es um traidor portoriqueno, Sancho Bonnett. Ahora seran utilizados en la region TUBURLENTA DEL NORDESTE "PARA CALMAR LAS ANSIAS REVOLUCIONARIAS DE LOS CAMPONESES Y DEL PUEBLO DEL BRASIL. SI CUBA ES HOY EL EJEMPLO, BRASIL ES LA ESPERANZA DE LA AMERICA LATINA."

Ao terminar a entrevista Juan Angel Silén enviou uma saudação ao povo irmão do Brasil dizendo:

"RECUERDEM, PUERTO RICO QUIERE SU LIBERTAD".

Controvérsias Sobre O Exclusivismo

“Carta Aberta a V. S.”

PAULO F. DE A.

Lendo a crônica de V. S., com data de 21 de junho p.p., publicada no tradicional Jornal do Comércio desta Cidade, aliás uma crônica tanto ou quanto burlesca, a respeito do GERMANÓFILO professor Soriano Neto, e encerrando algumas tentativas de mordacidade contra os estudantes de nossa Escola, não pudemos deixar de sorrir.

Primeiro: — Porque há certo tipo de jornalista que vive a cronicar sobre assuntos de compreensão às vezes difícil com uma superficialidade estorrecedora, senão pueril; pois, no geral, sem analisar os fatos objetivamente não mostra as íntimas relações de causa e efeito.

Segundo: — Pelo grande labor que V.S., teve em compulsar muitos dicionários em busca do significado do Termo Germanófilo (que, depois da brilhante descoberta, converteu-se em sinônimo absoluto de virtude). Se a curiosidade levou V. S., a tal pesquisa, igualmente deveria conduzi-lo a outra, que pudesse timbrar em seu espírito a opinião de que não se deve à maneira de um carrapato, apegar-se a um sentido dicionaresco, não raro sem resiliência, desacompanhando as amplas acepções que uma palavra pode ter; as palavras evoluem com os fatos.

O termo “GERMANÓFILO”, que os estudantes de Direito aplicaram ao ilustre professor Soriano Neto, como americanófilo ou rusófilo, em significado restrito, não constitui qualidade negativa, todavia em sentido amplo, amplíssimo como do citado professor, e acompanhado dos adjetivos: exclusivista, melindroso, atrabiliário e esperneante, há de constituir CÂNCER profundo, capaz de contribuir para o aniquilamento do espírito nacional, da *vontade comum* que RENAN tão bem assinalava, e para a pulverização da CULTURA e do DESENVOLVIMENTO AUTÊNTICOS de um Povo.

GERMANÓFILO irreduzível, quem o é, simultaneamente com o ser brasileirófobo, a ponto de dizer que nossos juristas são todos néscios, salvo raras exceções, que neste País há somente dois civilistas, êle Dr. Soriano Neto e Pontes de Miranda, em qualquer parte dêste mundo, ainda em tantos aspectos incivilizado, é ser portador de uma Anomalia.

A propósito, é notório, nos corredores de nossa Faculdade de Direito, que amiúde, se tem afirmado ser ORLANDO GOMES um pobre coitado em Direito Civil. Engraçado é que o mencionado Jurista baiano acaba de ser convocado para elaborar o Ante-Projeto do Código Civil, enquanto seu sábio crítico e solitário civilista da rua quarenta e oito (48), cujas obras no dizer do saudoso economista

ARNÓBIO GRAÇA, são embutidas, foi simplesmente ignorado.

Nós estudantes de Direito do Recife, ao contrário do que expõe V. S. admitimos e admiramos a profunda Cultura germânica, enérgicamente dosada de espiritualismo e objetividade, suas imperecíveis instituições, seus padrões imortais. Mas não o fazemos em modo exclusivo, tampouco em detrimento da nossa própria Cultura. Achamos que as várias Culturas nacionais, umas temporal e espacialmente, obtendo maior profundura e amadurecimento, devem interpenetrar-se, porém que fique cada uma com algo de característico, formando, por assim dizer, uma legítima consciência Nacional. Aliás, o pensamento reflexivo do Povo de Fichte, indubitavelmente marcante, não desabrochou senão modernamente; sabemos que, antes de Goethe e Hegel, brilharam Shakespeare e Descartes, e, mesmo, o próprio fulgor enérgico de Lutero foi precedido pela claridade rija de Savonarola.

A reportada crônica que jiboiou suavemente entre o ridículo e o lamentável, procurou malsinar-nos a todo custo, utilizando-se, não raro, de falsa e venenosa finura. Insinuou por exemplo, estarmos em jejum relativamente à influência do germanismo na escola do Recife. Onde pontificou TOBIAS BARRETO, que apesar de sua vibrante magnitude, de seu ponto de vista certo ao exaltar calorosamente o objetivismo característico da realidade cultural alemã, padecia do MAL EXCLUSIVISTA, sofria, como pensador social, de fria indiferença pela condição amarga dos seus irmãos de raça, girava, empolgado, em torno do seu próprio eu, ao contrário de seu opositor nas célebres lides poéticas, o generoso talento da poesia social que foi CASTRO ALVES. Declarou que misturávamos Hitler com Jhering, êste gênio criador da teoria OBJETIVA da POSSE, que tantas consequência práticas e boas desencadeou no Jurídico, teoria que, pragmática e extra-subjetiva, não foi tragada em virtude do acaso por um pensador germânico.

Não confundimos, tal qual obscuramente lembrou V. S., CULTURA ALEMÃ com NAZISMO. Mas também não podemos deixar de ver no ABSOLUTISMO NAZISTA, um efeito do mísero depauperamento a que foi submetida a Alemanha, apunhalada, depois de vencida, pelo Tratado de Versalhes, do qual Von Loon disse ter sido escrito a ponta de baione-

ismo Germanófilo De Soriano Neto

aldemar de Oliveira”

AZEVEDO MELLO

ta, e que, segundo a afirmativa candente do francês Augustin Hamon “assenta na violência pura, não apresentando o menor cuidado de justiça, senão inspirado pelo desejo de vingança, manifestando apetites ferozes de conquistas econômicas, semeando a desconfiança, a inimizade e o ódio entre os povos; consistindo a distribuição de territórios (efetuada pelo cruel Tratado de 28 de junho de 1919) uma arbitrariedade, uma iniquidade, baseada em princípios absolutos”. cremos que V. S., não desconhece fatos históricos prenhes de barbaria. Verbi Gratia: A expropriação da Alta Silésia, província fecunda e rica, que deixara de ser polonesa havia mais de sete séculos, e que foi entregue à Polônia, após um PLEBISCITO em que seus habitantes, vítimas das violências dos aliados, preferiram permanecer sob a tutela da pátria alemã, conquanto baqueada e faminta. O desmembramento da Alta Silésia, contra o próprio Tratado e contra o PLEBISCITO, não é apenas, destaca o historiador Hélio Sodrê, uma ação má, mas um absurdo moral... Cuidamos que o seletor jornalista está ao corrente de que a personalidade flamejante de Hitler não podia haver dominado o cenário político como o fêz se não tivesse captado uma angústia popular, pois a gente germânica achava-se simplesmente asfixiada pela capacidade de poderosos grupos externos e internos. E são do próprio chefe que se deixou embriagar exageradamente na agonia, e na justa revolta do seu povo estas palavras: “Depois que mais de OITOCENTAS MIL CRIANÇAS, morreram de fome e subnutrição, ao término da Guerra, assistimos à retirada de quase UM MILHÃO DE VACAS LEITEIRAS de nosso País de acôrdo com os cruéis parágrafos de uma imposição que os apóstolos democráticos do mundo nos fizeram aceitar como sendo um tratado de paz... E também vimos mais de UM MILHÃO de Alemães que foram despojados de tudo quanto haviam em territórios contíguos às nossas fronteiras”.

Não somos Hitleristas, todavia, os defeitos do Nazismo, implicitamente apontados por V. S., são similares ao pantanal de misérias que se derramaram em tôdas épocas e até hoje por sobre a humanidade.

Não sabemos se V. S., concorda com verdades tão contundentes ou se prefere imaginar Hitler como uma fera autêntica completa-

mente desprovida de quaisquer qualidades humanas.

O Exclusivismo Germanófilo do professor, com outros exclusivismos seus, com outras idiocincrasias que êle ostenta, indicam à grande maioria dos que entram em contato com êle, Psicopatia. E adiantamos ainda que, qualquer pessoa, de mediana capacidade de observação pode constatar que, empregando a expressão daquele jovem e vibrante universitário que levou para a Faculdade de Química uma porção de Agave como símbolo de nossa justa Greve, “Êste notável civilista, sofre de PSICOSE FARAÔNICA”. Com os meus botões, parodiando o insensato e despótico Luiz XIV, êle decerto afirma: “La faculté c’est moi”. Tão exdrúxulo é o seu movimento de rotação em torno de seu próprio eu.

Outrossim, temos que GERMANÓFILO, V. S., em solidariedade a quem quiser poderá ser: mas não o seja com certa cultura trombeteada, com certa fala hitlerista (nervosa), com certo movimento acelerado de rotação em volta de sua “grandeza” interior. E se V.S. considera isto ponto de HONRA, como disse em suas linhas, que continue a considerá-lo: naturalmente o conceito de ponto de honra não há de ser absoluto, pois “quid quid receiptur ad modum recipientis recipitur”.

Destacou o ilustrado Jornalista que o adjetivo “Germanófilo”, empregado pelos estudantes, ou aparecera, da entrevista concedida em São Paulo, como equívoco tipográfico ou, então denunciava crassa ignorância.

Esclarecemos que o adjetivo não foi empregado por equívoco, assim ressalta nossa ignorância crassa, VISUALIZADA NOS DESVÁOS DE SUA SAPIÊNCIA. Insistindo sobre êste ponto, meteu, “mui espiritualmente”, no seu artigo, o caso de um universitário que, estando na Alemanha, e avisado de que iria visitar a casa de Gothe, indagou: “E êle está informado de nossa visita”? Asseverando ainda que certamente tal rapaz era um dos nossos. Dêste fato temos ciência apenas por Intermédio de V. S. Mas, se êle é verdadeiro, claramente pode ter sido uma blague. Ou acha V. S. que o direito de pilheriar é exclusivo de mentalidade “refinadíssimas” como a do cronista? Ademais, o inesquecível autor de Os CUMPLÍCES, drama poético no qual V. S. deve ser *Lido e Corrido*, está vivo e bem vivo na memória de todos nós que nos interessamos pela cultura universal.

Contudo, se V. S. insistir em que nós, estudantes de Direito, somos efetivamente

Uma realidade incontestável que preocupa a todos os brasileiros que se interessam pelo destino de sua pátria, é o PROGRESSO NACIONAL; a evolução econômico-social do país.

Tentaremos, aqui, mostrar os principais entraves que, ao nosso ver, impedem decisivamente a expansão econômica do Brasil, e consequentemente o seu progresso social.

Os principais impecilhos que contribuem para o nosso lento desenvolvimento são, inicialmente, a errônea divisão geográfica e a nossa absurda Estrutura Agrária.

É incompreensível que um país de tão vasta extensão territorial como o Brasil, esteja dividido tão desproporcionalmente, e em apenas 21 Estados.

Abramos o mapa do Brasil e vejamos os contrastes; Estados do tamanho do Amazonas, Mato Grosso, Pará e Bahia com mais de 1 milhão de quilômetros quadrado, enquanto outros, como Sergipe e Paraíba, com apenas 39 mil quilômetros quadrados.

A França, do tamanho do nosso Estado de Minas Gerais, está dividida em 37 departamentos. Os Estados Unidos, com área menor que a nossa possui 50 Estados. O México, 5 vezes menor que o Brasil, tem 31 unidades.

Os exemplos são inúmeros e claros; a verdade é que se torna quase humanamente impossível aos governantes, por mais tenazes que sejam, governar bem, Estados com tão vastas extensões territoriais.

A esse respeito, muitos trabalhos já foram publicados por escritores de renome, como Haroldo Azevedo e Segadas Viana.

É lógico, que os Estados devem ter relativa equivalência de área, de modo a assegurar-lhes a igualdade de potencial Político e Econômico, para que a nação se constitua num todo forte, sem injustiças, nem contrastes.

Uma nova divisão geográfica, em que se procurasse subdividir áreas e desmembrá-las, seria uma solução política patriótica que não tardaria a surtir efeitos imediatos, facilitando a obra de administração do país, proporcionando uma melhor distribuição e aplicação dos seus recursos, e consequentemente o seu progresso.

Um outro embargo, que está intimamente ligado com a Divisão Geográfica, é a atual Estrutura Agrária do Brasil que, na nossa opi-

nião, é, indiscutivelmente, o mais grave problema brasileiro.

Sobre esse assunto, vejamos o que estatui a CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA no seu artigo 147:

“O Uso da Propriedade será condicionado ao Bem Estar Social; A Lei poderá promover a justa distribuição da Terra com igual oportunidade para todos”.

Porém a realidade é inteiramente outra, embora desconhecida pela maioria do povo brasileiro, analfabeto e iludido.

O que é verdade, é que apenas 2 milhões e 300 mil quilômetros do nosso território estão ocupados, o restante continua terra de ninguém. Dos nossos 8 milhões de quilômetro quadrados, somente 2,2% se encontra produzindo.

Dos 80 milhões de brasileiros, apenas 2 milhões e 500 mil, aproximadamente, possuem propriedades.

Pelo Censo de 1950 verificou-se que 60% dos nossos estabelecimentos agrícolas têm mais de 500 hectares de terra.

Outra verdade inconcebível é que a somente 2% dos brasileiros pertencem mais de 50% das terras brasileiras; donde nós podemos concluir:

Com 50% de suas terras habitadas, nas mãos de 1,5% de proprietários, e com 20% desta área pertencendo a apenas 1.611 brasileiros, torna-se impossível o Progresso Agrícola do Brasil.

Países altamente capitalistas, como os Estados Unidos e o Canadá, possuem estabelecimentos agrários nunca maiores de 20 a 200 hectares de terra. E nós?

No Brasil, mais de 50% de nossas propriedades possuem menos de 20 hectares, sendo que 710 mil delas, menos de 10 hectares; enquanto isso há brasileiros que possuem extensões de mais de 100 mil hectares, não sendo nem um terço delas aproveitadas na Produção.

Diante dessas estatísticas, ninguém, de sã consciência, poderá ser contrário a um programa de Reforma Agrária no Brasil, desde que seja planejado e estudado cuidadosamente.

Não há tipo ideal de REFORMA AGRÁRIA. Não devemos plagiar nenhuma Reforma Estrangeira; o nosso problema Agrário tem características próprias; cada região tem

o seu problema peculiar.

"A REFORMA AGRÁRIA deve ser a continuação da Abolição, a Abolição do Latifúndio improdutivo".

Porém não basta dividir equitativamente a terra, e desapropriar as terras abandonadas e entregá-las ao camponês para que plante. NÃO.

Só poderá uma Reforma Agrária surtir efeito no Brasil, com o total apoio governamental, e com metodizados estudos a respeito.

O Governo terá a incumbência de criar *Núcleos Agrários* nas áreas agrícolas, compostos de: Escolas, Técnicas e Profissionais, Postos de Saúde, Empresas distribuidoras de Semente e de Maquinária apropriada.

Reformar a nossa estrutura agrária sem cuidar da Saúde, Educação e Alimentação do camponês e dar-lhe os meios de produção, é trabalho ilusório e inútil.

Para muitos, que ignoram e desconhecem o problema, ele toma a feição, de Revolução Social e de assalto à Propriedade Privada, mas ela não é, senão, a *OBEDIÊNCIA* a um *preceito Constitucional INFRIGIDO* que afirma que:

"A LEI poderá promover a justa distribuição da Propriedade quando esta não estiver sendo utilizada em benefício da *COLETIVIDADE*".

De fato, é isso que existe em nossa pátria.

A REFORMA AGRÁRIA é um processo de Revisão Jurídica e Econômica que se impõe como um imperativo histórico, como disse sábiamente Araújo Jorge.

Ela tornará não somente o homem Independente, mas acabará fazendo a esperada Independência Econômica do País.

Sem ela, não é possível industrializar devidamente a nação, será o mesmo que construir uma casa em *alicerce instável*.

A entrada do *CAPITAL ESTRANGEIRO* no Brasil situa-se como outro problema bastante grave que necessita de urgente solução.

Cêrca de 124 milhões de dólares refletem a presença dos Capitais Estrangeiros no Brasil. Mais da metade de nossa economia está controlada por êsses capitais. Muitas dessas empresas investidoras obtêm *lucros* acima de 1000% sobre os capitais iniciais.

O que vale dizer que, somando os Lucros, Dividendos, Royalties, e Remessas fraudulentas de várias espécies, vai para o Exterior quantia quase equivalente à *metade do orçamento da União*.

Meditemos nessa soma monumental sendo sugada de nossas terras todos os anos, quanto não perde o país de sua renda, que disciplinada poderia contribuir enormemente para o nosso desenvolvimento.

Ao nosso ver, ninguém pode ser totalmente contra o Capital Estrangeiro; a História comprova que nenhum povo tenha iniciado o seu progresso econômico com capitais próprios.

Ele terá quase sempre de prescindir da ajuda estrangeira, haja vista que não há uniformidade de potencial econômico em todos os países.

Porém depois que uma nação adquire uma relativa autonomia, ela terá de preservar para si o monopólio e a exploração dos principais Bens de Produção, tais como: Petróleo, Energia, Minerais, Borracha, etc.

Este escoamento perene de nossas riquezas é um dos fatores mais responsáveis pela nossa pobreza.

Qual a solução, perguntam os leigos, se não temos *Capiatl* para explorar as nossas riquezas?

A solução cabe ao Executivo e ao Congresso na elaboração de leis nacionalistas, que disciplinem os Investimentos Estrangeiros, e que fixem o seu campo de Ação, estabelecendo *um limite à remessa dos lucros* para o país donde proveio o Capital.

A direção das empresas deve ser mista (brasileiras e estrangeiras) ficando 50% dos lucros da empresa aqui, já que nós entramos com a natureza e com o trabalho.

Assim procedendo, o Capital Estrangeiro lucra, é claro, pois ninguém bota prego sem estopa, e nos será útil, contribuindo assim para o nosso progresso; mas do jeito que age, atualmente, é uma *exploração*, ele em poucos anos arrecadou mais do que investiu.

De nada adianta criticar o Capital Estrangeiro, a solução é discipliná-lo; pensar que ele vem nos ajudar é *infantilidade*, querer que atue sem interesse é impossível, quando nós vemos, muitas vezes, dentro do mesmo país, dentro da própria família, uns ajudarem os outros com interesses futuros; que dirá o estrangeiro, alheio à nossa situação.

O que vemos na atualidade, apesar do clamor do povo, é a complacência dos nossos governantes, muitos deles ligados aos Trusts, e o imperialismo sugando as nossas riquezas.

Enfim, nós sabemos que a *Produção* depende de 3 fatores: *Natureza, Capital e Trabalho*; se nós não temos Capital, nem fazemos a *Poupança Compulsória* para conseguí-lo, e esbanjamos o pouco que possuímos na compra de Porta-Aviões obsoletos, Desfalques, e na construção da decantada BRASÍLIA, que fazer senão aceitá-lo em alguns setores? Essa é, que é, a triste verdade.

Abordaremos, agora, um dos problemas que mais nos envergonham: o *Capítulo do Contrabando*. Entra governo e sai governo e o problema permanece insolúvel e inatacável, em consequência disto, o país vai perdendo, mensalmente, somas monumentais com a entrada ilegal de mercadorias.

Infelizmente, só no governo Jânio Quadros, é que se iniciou uma campanha de repressão, pois vinha rolando a anos sem que nenhuma providência fôsse tomada. Ele atingiu o ponto alto no governo Kubitschek, pois

aquêle presidente permitiu que campeasse abertamente, prejudicando sensivelmente os comerciantes honestos.

O problema chegou a tal ponto que, hoje em dia, contrabandista é sinônimo de *Sabedoria*, e de *Tino Comercial*.

O que é lamentável, é que a tudo isso o governo assistia impassível e impotente, compactuando com os contraventores.

Diante disso, o Contrabandista continuava a agir livremente, porque sabia que não havia fiscalização severa, nem punição, e com qualquer *BOLA* as suas mercadorias seriam liberadas.

Que faziam as *Fôrças Armadas* nos quartéis, perguntavam uns? e por que não eram enviadas tropas militares para as fronteiras, portos, e litorais a fim de fazer a devida fiscalização?

E por que o próprio Governo no caso de apreensão de mercadorias não as confiscava imediatamente, punindo os culpados, e vendendo os objetos apreendidos ao povo por preços baixos, arrecadando, assim, altas somas que se empregariam em obras públicas?

Tudo isso permanecia sem solução, por que? Meios e recursos não faltavam, o que faltava era iniciativa e coragem para punir quem quer que burlasse a lei, independente de sua posição social, e alguém que enfrentasse o problema com energia e disposição para solucioná-lo.

Outra insensatez que muita gente ignora e que necessita ser urgentemente modificada, é a *Distribuição do Orçamento da União*.

Vejamos a incongruência absurda e paradoxal neste sentido. Da totalidade da Renda da União, 60% é gasto com as *Fôrças Armadas* e com o *Funcionalismo Civil*, restando apenas 40% para os principais Ministérios como: da Saúde, Educação e Agricultura.

Para essa injustiça não há explicação; nós somos um país independente, sem sem conflitos políticos com nenhuma outra nação estrangeira, e sem intenção de invadir ninguém, por que, então, tôda essa atenção para as *Fôrças Armadas* em detrimento de outras pastas muito mais úteis ao nosso desenvolvimento?

Para se equilibrar o Orçamento da União, só reduzindo os efetivos militares em tempo de paz; observar a realidade não é ser Anti-Militarista. Em nossa opinião, devíamos reduzir o Exército quantitativamente, valorizando-o qualitativamente. "*O Exército é o Povo*", esta é uma tese de um militar, o general De Gaulle, que nos parece excelente.

Um exército de técnicos instruindo o povo e este obrigado a convocações periódicas sem prejuízo das suas atividades normais.

E ao invés de termos 200 a 300 mil homens mobilizados em tempo de paz, teríamos 70 a 80 mil, mas em compensação, em caso de guerra, estaríamos capacitados para mobi-

lizar milhões quase que instantaneamente.

Na verdade, o que se vê, é grande parte de nossas *Fôrças Armadas* inativa nos quartéis, percebendo altos salários, sem nada apresentarem para o desenvolvimento econômico-social do país.

O *Salário* percebido pelos Deputados e Senadores, é sem dúvida, outro fato revoltante que constitui erro do nosso regime. Um país pobre com uma Democracia dispendiosíssima, o que é inconcebível. Lançando um simples olhar retrospectivo em torno da Política Brasileira, veremos a sujeira existente; políticos demagogos que em vez de representar o povo, representam os interesses pessoais, desunião entre os partidos; esquecimento das promessas da campanha, etc.

É comum vermos o Senado e a Câmara transformados num palco de discussões improdutivas, e de oposição sistemática às realizações do governo, quando deveria haver união entre os partidos para juntos trabalharem pelo soerguimento da Nação.

Em suma, não se concebe o Brasil mais como está; *sub-desenvolvido, ignorante, metade relativamente feliz, metade absolutamente infeliz, abandonada*. Todos os requisitos para incrementar o Progresso Nacional nós temos; uma *Natureza* pródiga de riquezas, *um povo* forte e bravo que constrói uma cidade em apenas 3 anos, e que tem poderes, para quando ajudado, efetuar a nossa esperada Revolução industrial, e com ela a Emancipação Econômica da pátria.

Em vista dessas desorganizações e incoerências expostas acima, nós estamos capacitados a responder à pergunta de milhões de brasileiros; por que o progresso nacional caminha tão lento? por que o Brasil continua sub-desenvolvido?

A resposta está ao alcance do mais simples observador. Porque os nossos problemas fundamentais permanecem ainda sem solução em estado nativo, dada a carência de um *governo de fato*.

A terra mal distribuída, a divisão injusta, os investimentos indisciplinados, agem livremente, sugando as nossas riquezas, o contrabando reinando abertamente, o país dividido em Estados desiguais geograficamente, a distribuição da renda da União absurda, incoerente, o desinteresse até hoje dos governantes pelo Norte e Nordeste do país, a Democracia, regime ideal, transformada em Dinheirocracia, e por fim, a lei desrespeitada e obscurecida pelo poder econômico.

Enfim, enquanto não solucionarmos esses problemas Básicos e Prementes, o *Progresso Nacional* permanecerá sempre *entravado*, e o nosso país caminhará só Deus sabe, à custa do sacrifício e da abnegação dos seus filhos, que almejam por um melhor padrão de vida, que a incúria dos Governos até hoje não conseguiu proporcionar.

O 11 DE AGOSTO E O 31 DE MAIO (Continuação da pág. 9)

rídicas e Sociais não constam do Programa (!) do Exame Vestibular. Absurdo. Incongruência. Imbecilidade. Que exigimos não mais continue. Para que o aluno botar na cabeça um mundo de arranjo de Literatura? (Um mestre, com ares levemente "sputinikeano", chegou a indagar de um examinando de que côr era um certo vestido da empregada de Proust)!

A respeito de totalitarismo, de intolerância, muito bem nos lembramos de quantos entraves, quantos obstáculos grandes teve de vencer o Corpo Discente para realizar a memorável Primeira Semana Nacionalista de 1958.

E as incompreensões vieram fluindo, como êsses cursos d'água, que certas vèzes, se suavizam e mansamente deslisam, outras, porém, espadanam, arrojando-se, querendo tudo levar no arrastão de sua vontade impetuosa.

Assim, na noite de 31 de maio, quando chegara ao auge o abandono de nossos problemas, quando oposição e situação do D. A. se tinham aliado, violentamente obstadas na realização de uma conferência (Conferências dos professores Hermes Lima e Nilo Pereira, em época muito anterior, já haviam sido arbitrariamente impedidas), uma voz geral se levantou como briosas barragem à corrente da intolerância.

Escrevemos, numa faixa: "Nossa Casa, ou Nosso Túmulo".

Porisso, na madrugada em que a Faculdade recebeu a visita carrancuda de quatrocentas metralhadoras, aquêles oitenta estudantes que lá se encontravam, sem outra arma além do coração e de uma idéia justa, havendo saído a empunhar a Bandeira Nacional e aos acordes do nosso Hino, não desmentiram o que escreveram. Nossa Casa ela é; porque soubemos lutar por

sua grandeza, embora sem poder falar mais alto que a voz dos tanques. Nosso túmulo moral ela teria sido, se houvéssemos permitido nossa dignidade ser esmagada sem protestos, se não tivéssemos abalado a Opinião Pública Nacional, clamando por nossas reivindicações justas. Reivindicações que não eram apenas particulares. Mas, que traziam em seu impulso um sentido geral, coletivo, profundo. De fato, nosso movimento não visava somente, conquanto o pusesse em destaque, a solução dos nossos problemas. Pois, sabemos que, sem uma Democracia Substancial, não teremos paz; paz cristã, dinâmica, paz-entendi-

NOTAS SÔBRE O PAPEL DO HOMEM... (Continuação da pág. 12)

dos grandes poemas, de tôdas as tragédias da terra e da história universal".

Apesar da beleza e da verdade dessa assertiva de Gorki devemos afirmar que isso não significa negar ou diminuir o papel da personalidade na história. Porquanto não existe nenhuma contradição entre reconhecer as leis objetivas do desenvolvimento social e admitir o papel do homem como um dos fatores da história. Karl Marx já afirmava que "os homens são os autores e atores do seu próprio drama".

Assim, pois, o indivíduo, graças a determinadas particularidades de seu caráter pode influir nos destinos da sociedade. No entanto a proporção dessa influência é determinada pela organização da sociedade, pela correlação das forças que nela atuam. O caráter do indivíduo implica em desenvolvimento unicamente no grau em que o permitem as relações sociais. Podemos objetar que o grau da influência depende também do talento do indivíduo. Isso é correto. Porém o indivíduo não pode manifestar seu talento senão quando ocupa na sociedade a situação necessária para poder fazê-lo.

mento, harmonia. Compreendemos que, na Sociedade, nada existe isolado. Somos certos de que uma Democracia que não entregue ao Povo condições de vida humanas, pela vivência tanto quanto possível do princípio de cooperação, é uma árvore quase aniquilada. Pode haver perfume em suas flôres, mas os seus frutos são poucos e enganosos. Insuficiente é a seiva, com o seu tronco urdido de parasitas; debatendo-se, à sua sombra mirrada, as liberdades da maioria, como pássaros de assas depenadas.

A Mocidade fêz a grave pelo direito de ser autêntica, e na legítima defesa da Dignidade Universitária!

(*) — Discurso proferido no Mosteiro de São Bento.

Atualmente, devemos reconhecer que a causa principal do movimento histórico é o desenvolvimento das forças produtivas, que condicionam as sucessivas mudanças nas relações sociais dos homens. Define-se, finalmente, a atividade individual não como uma atividade livre, mas sim como uma atividade necessária, ou seja conforme as leis que podem ser objeto de um estudo científico denominado materialismo histórico.

Passemos a palavra então a Karl Marx para explicar melhor a sua concepção materialista da história". Na produção social de sua vida, os homens encontram-se ligados por certos laços indispensáveis, independentes de sua vontade; por relações de produção que correspondem a um determinado grau de evolução de suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, o fundamento real sobre que se eleva a super-estrutura jurídica e política".

O longo entrevero entre individualismo e sociedade chegou finalmente a um acôrdo racional.

Falando De Romance

FRANCISCO GOMES

O romance é a mais completa, a mais perfeita, a mais genuína forma de arte criada pelo homem no dizer de Croce.

O romance nos dá, uma visão mais ampla e segura do homem. Faz que o amemos, o odie-mos ou permaneçamos indiferentes a êle. Atiça e exercita a nossa compreensão do mistério do mundo. Romance é vida. Vida real e possível.

O romancista não cria do nada. Sua matéria prima é a vida; mas não é a vida em bruto que constitue o assunto do romance, mas a vida refletida, purificada, deformada pela imaginação criadora — assim, se fundem nêsse gênero imaginação e observação. É preciso não confundir o romance com certos livros que aparecem por aí, onde nada possui de romance e sim, simples documentário, mais fichas sociológicas ou páginas de reportagem.

O romance verdadeiro, realiza milagres, transporta-nos da vida quotidiana para a vida de certa história, de certo meio, de certas pessoas. Quando leio Madame Bovary, os livros de Eça, de Humberto de Campos, esqueço-me de quem sou, de onde estou, do tempo a que pertenço.

As criaturas dos romancistas são um pouco dêles sem deixar de ser independentes.

Não nos esqueçamos de que o próprio Deus, conforme está escrito na Biblia, fêz o mundo à sua imagem semelhança. Ora, o artista, conforme a clássica definição de Schiller, é um criador mortal. Flaubert disse, em uma carta a um amigo: "Madame Bovary sou eu". Shakeaspere poderia dizer também: Otelo sou eu. Nossos filhos são nossa carne e nosso sangue. São "nós" sem serem "nós". São "nós" sendo êles próprios. Gaspar Simões já dizia: Assim como um pai não pode prever o comportamento moral de um filho, também o romancista não pode imaginar qual o desfecho do seu romance.

E se explica, porque sendo criaturas, suas personagens construirão o próprio destino, cabendo apenas ao romancista respeitar-lhes a liberdade de ser bons ou maus. De ser humanos. De agir, de pensar, de sofrer, de escolher. De viver enfim.

O romancista no dizer do Prof. Moacir de Albuquerque não é um movimentador de títeres. Não deve intervir na ação nem explicar pessoalmente o caráter de suas personagens.

Êste foi o êrro de Camilo Castelo Branco e a glória de Eça de Queirós. Camilo está sempre sofrendo, falando, suas personagens — êles não dão um passo sòzinhos; até parecem doentes que não andam sem o auxílio de outras pessoas. As criaturas de Eça, não. Têm movimento, calor, a fôrça, a côr da vida. Correrá sangue delas e elas gemerão de dor, se as ferirmos, enfim as criaturas de Eça parecem feitas de carne e osso.

Os romancistas brasileiros, apesar de te-

rem mais imperfeições que virtudes podem ser lidos com bom gosto.

Basta citar aquela beleza de Gastão de Holanda "O Burro de Ouro", A Gabriela de Jorge Amado, em que se nota a poesia invadindo e afoguentando tudo; é preciso notar que romance é romance, e não poesia. Os livros de Machado de Assis, Eça, Flaubert, Zola, Tolstoi, não têm poesia ou a tem em pequena dosagem, e são maravilhosos romances. E Proust é diferente, nêle encontramos, poesia, mas tem igualmente ensaio, crítica, psicologia música, etc.

Por isso torno a repetir: romance é romance; é um gênero narrativo tendo fronteiras largas. Para Jorge Amado, o mundo apresenta dois tipos de gente — bons e maus. Bons, são os pobres, os operários, os mendigos, os deserdados da sorte; maus, são os ricos.

Não há verdade nas suas histórias. Jorge Amado é um lírico do romance.

Mas, S. Jorge dos Ilheus, e Terras do Sem Fim, que contam a história do Cacáu. Uma História de roubos e assassinios, de depravação e de misérias, são romances de fama excepcional.

O NATAL DO MENINO POBRE

Aproxima-se o Natal. Tôdas as crianças pensam nos brinquedos que irão ganhar. A cidade está cheia de presentes. Até os meninos pobres esperam receber também alguma coisa. Numa casa ainda mais pobre, uma criancinha embalada no colo materno não quer dormir. Papai Noel surge na mente da mulher que talvez necessite de fazer dormir o filhinho para trabalhar mais sossegada: — Durma meu anjo, porque Papai Noel não tarda a vir com os brinquedos para as crianças...

E o pobrezinho dorme e vê, em sonhos, um velho de barbas brancas, muito brancas, que vem dos lados do vizinho, carregado de brinquedos, carros de ouro, cavalinhos de mola, trens de ferro tantas outras coisas, tudo para êle unicamente. Que alegria. Agora, sim, poderá brincar a vida inteira com todos aqueles presente de Papai Noel...

Mas, é dia, abre os olhos, levanta-se corre ao fundo do quintal, procura pela casa tôda e não encontrando nada de tudo o que havia sonhado, chora soluçadamente.

Resignada como todos os pobres, a mãe do menino vem consolá-lo: Meu filho, assim como é destino das águas correrem para o mar, é destino dos pobres não receberem nada, nem mesmo em noite de Natal. Depois, meu anjo, você sabe que para ganhar presente de Papai Noel, é necessário ter sapatos, onde possa colocar os brinquedos. Como é que você queria recebê-los, quando nem sapatos possui? Era natural que o Papai Noel se esquecesse de você.

Pobre lavadeira e assim conformou o seu filhinho na noite de Natal.

U M A GERAÇÃO QUASE PERDIDA

L. ANTÔNIO DA CUNHA

Sinto-me tomado de um pessimismo profundo cada vez que procuro responder ao desafio que os problemas econômicos, políticos e sociais lançam a todo momento sobre uma geração, a minha geração. E o pessimismo cresce à medida do exame, do estudo, da compreensão das condições vigentes que fazem a estrutura social-política-econômica brasileira. Sob qualquer aspecto minha conclusão é desoladora, cética e incrédula.

Pertença a uma sociedade que se emociona com o fato de crianças irem descalças à escola, quando existem escolas; que sente subir à flor da pele os sentimentos cristãos ante os casos de uma maternidade desamparada; os corações se confrangem diante do desfilar incessante de "enterros de anjos" nos bairros pobres; sente a alma despedaçada ao ver uma favela, um mocambo; aflige-se ao encontrar um páu-de-arara na estrada Rio-Bahia. Porém, tudo isto é só o que sabe fazer. Nossa sociedade se utiliza desses fatos como nos almoços clubianos ou nos discursos de posse em cargos públicos, quando não são usados como pretexto de assinaturas em "livros de ouro" da caridade ostentatória. Sociedade que prega moralismo, que ajuda a construir igrejas durante o dia, mas, que à noite, se extravasa na licenciosidade típica de uma "DOLCE VITA". E ainda encontra poesia na miséria.

Essa é a tragédia da geração atual, da minha geração, confesso tristemente. Tragédia que é a resultante de forças antagônicas. De um lado uma antiga e

firmada mentalidade e do outro as novas, agudas e imperiosas necessidades do progresso. De vez em quando minha geração sente um sopro vivificador, ou purificador; anima-se, faz nascer uma esperança, logo despedaçada, tão cedo transpareça a natureza de suas aspirações. E a esperança morre por dois motivos: nossos dirigentes, só estão interessados no esmagamento de opiniões que não lhes são gratas; apesar das modificações por que passou a existência brasileira nestes últimos cem anos, somos, ainda hoje, uma nação de condicionados. Melhor dizendo: os miseráveis acostumados à sua desgraça e os poderosos endurecidos pelo hábito de uma longa indiferença.

E o resultado de tudo isso é duro confessar. Mas a verdade é que, por força do cinismo dos grupos dirigentes, ninguém se impressiona mais com decretos, comissões parlamentares, inquéritos rigorosos e planos de salvação pública. E, por um triste paradoxo, continuamos a eleger quem mais prometer fazer isso.

Tudo soa desmoralizado aos ouvidos da minha geração, mesmo as grandes palavras e as imensas idéias. Longe de combatermos as causas de nossa debacle, atacamos seus efeitos. Repressão policial, sufocação econômica, esgotamento social, são as armas utilizadas pelo governo para combater o "grande mal": cortina de fumaça por trás da qual aqueles situados no vértice da pirâmide brasileira arrastam sossegadamente as brasas para suas sardinhas.

Mas, indago-me na qualidade

de membro da geração atual, não existirá, por acaso, uma esperança de renovação do presente estado de coisas? Mergulho profundo nos recônditos do meu coração, onde estava escondida a derradeira esperança e trago-a com uma resposta afirmativa. A única e última arma de que é possuidora minha geração é exatamente o fato de poder interpretar a sua situação, de saber quais são os males que a afligem, de sentir mais que as anteriores o peso da sua responsabilidade. Ainda mais, de compreender a profunda revolução se deverá ser feita: uma revolução de mentalidade, de hábitos e de interesses. Se minha geração é capaz de fazê-la, nada posso dizer. Se ela virá a tempo de salvar o Brasil, ou chegará tardiamente, é difícil responder. Mas uma coisa é certa, ou faremos já, agora, uma revisão de nossas atitudes, fundamentais ou acordaremos amanhã numa simples terra de ninguém, habitada por milhões de João-ninguéns brasileiros.

Para concluir repito agora as palavras de LIMEIRA TEJO que, ao dedicar a sua filha de 5 anos o seu livro "RETRATO SINCERO DO BRASIL", demonstra um sincero desejo de "que ela ao ler mais tarde estas páginas, possa concluir — à luz das situações do seu tempo — que este livro foi escrito por um ressentido. Que ela não tenha motivos para indignar-se, como seu pai teve. Que ela compreenda o desespero da minha geração, mas que também possa dizer: só a ténue esperança, quase escondida no meio de palavras tão ásperas, se confirmou com os anos".

P O E S I A S D E J O M A R S O U T O

O Pêso do Vazio

Carrega-o esta noite como a barca
ao nauta triste sem destino algum.
Velame branco e imóvel faz-se a marca
dêsse minguate, assim, sem fim nenhum...

E enquanto o nauta triste a noite embarca,
é trágico de beijos o jejum.
E é desencanto a vida e a morte parca
para um que, assim, é sempre e sempre um

Procura sem saber onde encontrar.
E âncoras levanta enferrujadas,
Ignorando o PORTO e o próprio MAR.

Está sêzinho. E é noite. E sente frio.
E sabe que milhões de toneladas
não pesam mais que o pêso do vazio.

Sonhos de um Carcereiro de Estrelas

Da superfície lisa de amarelos
muros pende o raríssimo retrato
na gênese de líricos anelos
de um solitário noivo do Abstrato.

E, do silêncio, os fixos chinelos,
sem sandálias junto (há só um gato),
criam sonhos, inventam paralelos
pés que sugerem passos para o Ato...

(Passos perdidos... Cânticos esparsos
nos longes de outras noites flutuantes
e nos crepúsculos roxos de outros marcos!)

E à incidência do olhar passando pelas
venezianas — de luar vazantes —
nasce a visão de um cárcere de estrêlas!

Recife

A cidade está deserta.
Ninguém nas ruas para amar
Sòmente um bêbado a caminhar
Nas horas da vida, sempre incertas.

O rio a correr medrosamente
Segue o seu fado, seu caminho
Leva consigo a sujeira, um ninho
Tragado pelas chuvas inexoravelmente.

O sol à chegar, retarda seus passos
Tudo parado na calmaria do vento
E o bêbado a cantar os sofrimentos
Fala da vida, dos amigos ingratos.

A cidade está deserta.
Mas o dia vem amanhecendo.
Gente desconhecida aparecendo
O Recife, perde o encanto; desperta.

Se...

Se um dia minha mãe se fôr
E também com ela, meu pai,
Deixarei de vêr o sol se pôr
E a ninguém quero amar jamais.

Se os cravos e as rosas
Murcharem no meu jardim,
Chorei lágrimas piedosas

Não por elas, mas por mim.
Se a luz da lua, desaparecer
E, as estrelas deixarem de brilhar,
Fecharei meus olhos para não ver
As almas do mundo, soltas a penar.

E, se não existir mais namorados
E o rouxinol não mais cantar
Pedirei a Deus, que pingos dourados
Banhem de felicidade o meu lar.

Mãe

De tuas mãos cruzadas
Esperei em vão o último adeus.
De teus lábios cerrados
Esperei os derradeiros conselhos.
De teu meigo e terno olhar
Tudo esperei, no momento da despedida.
Mas, teus olhos nem sequer
Se abriram para ver que eu chorava.
Tuas mãos não acariciaram
Meus cabelos em desalinho.
E nem um sorriso de alegria
Ao ver os filhos que ficavam, foi dado.
Por que?

Porque partiste assim?
Porque não respondeste
Aos nossos beijos, carinhos e acenos?
Porque a vida é sempre nada.
Pequena para uns
Grande para outros
Triste para muitos
E alegre para poucos.

Contrastes

As nuvens de negro
Tingiram o céu
E delas caíram as chuvas
Molhando a terra.
Na terra os barracos
Da gente pobre penderam
Em aspectos de vida torta.
As crianças deixaram de dormir
No chão de barro, transformado em rio.
O vento penetrava forte pelas frestas
Das palhas de coqueiro pútridas.
E no seu rastro invisível, qual a morte
Torturava os que juntos e abraçados,
Esperavam o sol do novo dia nascer
Lá no alto, nuvens ameaçadoras
Em luta constante e ruídos tenebrosos
Riam freneticamente, risos de escárnio
Para essa pobre gente corajosa e nobre
Filha legítima de Jesus, o rico, e o mais pobre.

O BRASIL EM 5 MINUTOS

Noticiário do LOBINHO

O sr. ASCENDINO LEITE, mandou prender o Conselheiro da Embaixada Cubana no Brasil (talvez a mandado de Lacerda), porque o diplomata Cubano pleiteava junto as autoridades, um licença para exibição nas casas cinematográficas brasileiras de um documentário sobre a INVASÃO DAS TROPAS NORTE AMERICANAS na antiga propriedade do Tim Sam. O lobinho ao saber tamanha insensatez exclamou, DESCENDINO, DESCENDINO!

—o—

Sòmente um “Deputado” brasileiro, teria a audácia de apresentar um projeto que legaliza a profissão de Dentista ao prático que a venha exercendo por mais de 5 anos”.

— O lobinho sempre ávido em comentar as notícias, respondeu: ESTUDANTES DE ODONTOLOGIA, deixem o curso e vão cair em campo imediatamente na bôca alheia, antes porém dêem um treino na “boquinha” do Deputado NORBERTO SCHMIDT, autor do “formidável” projeto.

—o—

A maioria dos nossos jornalistas vive querendo nos seus reacionários panfletos ensinar a Fidel Castro, como governar a ilha de Cuba.

O lobinho ao ler a notícia perguntou ao tuberculoso latino: irmão, será que êsses jornalistas estão com o senso perfeito? O tuberculoso latino respondeu: sei lá, irmão! Doidos tenho certeza que não estão, mas sei que já deram um passeiozinho aos Estados Unidos...

O lobinho inconformado com a resposta, disse: Será que receberam a famosa LAVAGEM CEREBRAL? O tuberculoso retrucou: DOLOROSA LAVAGEM!

—o—

ABELARDO DA CUNHA (que de ne-

nhum assunto entende) afirmou num dos jornais do Recife que Fidel Castro estava destinado a ser o homem que mais mal há de causar ao mundo, infinitamente mais do que Hitler.

O lobinho comentou: Fidalgo Abelardinho não confunda História com Estória. A BURRICE HISTÓRICA É SEMPRE A OPINIÃO DE TODOS QUE NÃO APRENDERAM A LER HISTÓRIA (não me refiro a de quadrinhos...) Compre o livro de Hélio Sodré e se o amigo não conseguir decifrar-lhe o conteúdo, o de JOAQUIM SILVA serve!

—o—

“MUITAS VÊZES NÓS NÃO GOSTAMOS DE GOSTAR, MAS GOSTAMOS”.

“HÁ MUITO MAIS PÚBLICO PARA UMA SIMULAÇÃO DO QUE PARA UMA CONFISSÃO”.

(Frases proferidas em aula pelo professro Ladislau Porto).

—o—

Alfredo de Figueiredo só escreve baboseiras e historietas mal contadas. O seu rascunho “O Líbano que eu vi”, deveria ter como título: “O Líbano que eu não vi”.

—o—

IVANÁ — O “famoso” travesti (muito em moda no mundo ocidental, pois do lado de lá (como diria Anibal Fernandes) não tem disso não!) vai embarcar para a Suíça a fim de fazer uma operação de mudança de sexo. Disse êle, antes de embarcar, ao lobinho: Vou mudar de sexo para poder casar com um estudante”. O Lobinho que é estudante de Direito respondeu: Lá, você, seria o primeiro a ser passado no paredão...

—o—

DENYS em mensagem dirigida ao exército pelo transcurso do DIA DA PÁTRIA afirmou: “Estamos conformados pela certeza de que o Brasil longe de afogar-se no sangue dos seus filhos superou a crise desenvolvendo e aperfeiçoando os seus processos democráticos”.

O lobinho ao ler a mensagem contou: o Denys não está bom da bola! Fêz tôda a confusão com seus amigos Lacerda, Sílvio Heck, Moss e agora dá entrevista na televisão, dizendo que êles os “salvadores da democracia” estão conformados.

—o—

ALMINO AFONSO afirmou ao lobinho: "Para que se possa realizar a REFORMA AGRÁRIA, é necessário primeiramente, reformar a Constituição Federal na parte que diz: AS DESAPROPRIAÇÕES POR INTERESSE SOCIAL OU POR UTILIDADE PÚBLICA, SERÃO IDENIZADOS, PRÉVIAMENTE, EM DINHEIRO, EM SEU JUSTA VALOR".

Disse ainda: "As propriedades desapropriadas serão pagas por um sistema de BÔNUS que irão se vencendo num prazo de vinte anos.

O lobinho, como nada mais tivesse a perguntar disse consigo mesmo: "Agora é que a Reforma Agrária vai andar... (pra trás).

—o—

ATENÇÃO ESTUDANTES: Os índios brasileiros estão sendo aproveitados pelo exército no treinamento de guerrilhas. O lobinho que passava na ocasião tristemente comentou: Coitado do Rondon.

—o—

CHARLES MORAZÉ — Ex-Conselheiro Político de DE GAULLE, afirmou à reportagem: PARLAMENTARISMO EXIGE DO POVO CONSCIÊNCIA POLÍTICA BEM MADURA.

O lobinho, que passava na ocasião mas que não estava prestando a devida atenção à espetacular notícia disse: ÊSSES FRANCESES TÊM A PSICOSE DE SÓ PENSAR EM FRUTA...

—o—

ZILDE MARANHÃO DISSE AO LOBINHO: Ainda tenho fé em JANIO! O lobinho respondeu imediatamente: Zilde, parabens, estás EVOLUINDO...

—o—

ALMINO AFONSO segredou ao lobinho:

"O gabinete do Tancredinho, se mantém mais pela sua fraqueza do que pela sua firmeza".

O lobinho prefere não comentar a notícia.

—o—

ATENÇÃO PROPRIETÁRIOS DE CASAS: GUARDEM SEUS TELHADOS!

OITO TELEGUIADOS BRASILEIROS VÃO SUBIR. SEU CONSTRUTOR é...

Bem vou dizer: OVE SCIRM, garanto que todos conhecem a sua nacionalidade...

—o—

Alguém telefonou para o LOBINHO e indagou: VOCÊ É FANÁTICO PELO RETORNO DE JÂNIO HEIN? O Lobinho respondeu: Não. Somos pelo desenvolvimento do Brasil, com Jânio, com Brizola ou com qualquer outro que esteja disposto a servir ao Povo Brasileiro.

—o—

PARADOXO — EM NOSSAS CASAS LEGISLATIVAS — O POVO NÃO PODE MANIFESTAR-SE NAS GALÉRIAS PARA DIZER SE ESTÁ SENDO DE FATO REPRESENTADO.

O lobinho leu detalhadamente a notícia e comentou: o dia chegará em que essas casas de vida fácil serão fechadas.

—o—

ALGUÉM, CONVERSANDO COM Pe. BELLO, informou: Seu Padre, o Ministro Franco Montoro declarou que deseja aplicar a "Mater et Magistra", de Sua Santidade João XXIII — Resposta do Pe. Bello: Esse ministro é meio comunista!

O lobinho prefere não comentar a notícia.

—o—

JOEL CÂMARA (irrequieto universitário de Direito) realizando uma conferência na Faculdade de Filosofia do Colégio São José, sobre a Casa de Detenção do Recife, destacou: "Suas paredes internas têm uma PINTURA SURREALISTA, móvel, com grande trânsito de PERCEVEJOS. Uma minoria absoluta de detentos é que dormem em camas, os outros na dureza do chão. Algumas camas têm os seus quatro pés sobre quatro latas d'água. Perguntei a um infeliz: ASSIM VOCÊ PENSA EVITAR PERCEVEJOS? NÃO, SEU MOÇO, EU NÃO QUERO É QUE OS PERCEVEJOS DOS OUTROS SE MISTUREM COM OS MEUS".

—o—

ELOI DUTRA afirmou que o CARLINHOS LACERDA CARREGA DENTRO DE SI UM DRAMA SHAKESPERIANO: UM POBRE RAPAZ, UM POBRE FARSANTE, UM POBRE DIABO.

(Sem comentário)

—o—

Frase de um dentre os milhares de pedintes da Capital da Miséria Nordestina (Recife): "OS POBRES TÊM O DEVER SAGRADO DE IMPORTUNAR OS RICOS".

(Sem comentário)

—o—

O PADRE MEDEIROS NETO, deputado Federal por Alagôas declarou: "A civilização solidária, que a palavra de Cristo infundiu à vida da Humanidade, precisa de ser urgentemente sob pena da força ganhar o domínio do direito, levantando apenas a BANDEIRA DA PAZ DOS ESTÔMAGOS. A visão Cristã não pode ficar indiferente ao desafio histórico do nosso tempo. É inadiável lançar todos os meios possíveis para que se atinja à necessária promoção humana, neste mundo desigual. A ascensão das massas é um processo inevitável. Porisso dou todo o meu apoio às LIGAS CAMPONESAS que o deputado FRANCISCO JULIÃO, lançou, como movimento de rebeldia contra a miséria que campeia no Estado de Pernambuco. É mais que legítima a reivindicação de UM POVO SEM TERRA, SEM PÃO; por êste motivo ninguém de sã consciência, poderá ser contra as LIGAS CAMPONESAS"

O lobinho acrescentou: Será que a mentalidade CRISTÃ, depois de tão transformada, procura realmente seguir CRISTO, o rei dos pobres e oprimidos?

Certos jornalistas fazem tremendo esforço para convencerem o povo (mas é de balde) de que é muito justo sermos esbulhados, espoliados, e, depois nos curvamos, como vassallos agradecidos, ante as esmolas dos esbulhadores e Espoliadores".

O lobinho comentando a notícia disse: já vi que a CONFERÊNCIA DE PUNTA DEL ESTE deixou saldo.

O EMBAIXADOR NORTE AMERICANO, CABOT, afirmou que o BRASIL É UM PAÍS COMPROMETIDO...

O LOBINHO COMENTOU: E serão válidos TODOS OS COMPROMISSOS?

JOEL CÂMARA — Ainda sobre a Casa de Detenção do Recife: "A CASA DE DETENÇÃO do Recife é um SEPULCRO CAÍDO (sem comentário).

FERNANDO BARROS CORREIA ao ser eleito Orador da Turma do Cinquentenário: "MINHA HOMENAGEM A TODOS OS GRANDES HERÓIS DA HISTÓRIA: DE CRISTO A LUMUMBA.

Do Professor GENTIL MENDONÇA: "OS

GRAVES PROBLEMAS BRASILEIROS PODERÃO SER RESOLVIDOS, MAS SUA SOLUÇÃO SÔMENTE OCORRERÁ COM A INTERVENÇÃO DIRETA DE DEUS". O lobinho então perguntou: Gentil esqueceste às ESQUERDAS?

Do Dr. JOSÉ OTÁVIO DE FREITAS JÚNIOR: NA CONFERÊNCIA REALIZADA POR CÉLIA GUEVARA no dia 31 de maio — preliminar da GRANDE PARTIDA CONTRA SORIANO DA QUAL SAÍMOS VITÓRIOSOS: "APAGARAM AS LUZES; MAS É MELHOR FALAR À LUZ DAS VELAS DO QUE FALAR À LUZ PROSTITUIDA DA TRAMWAYS".

De JUAN ANGEL SILEN — ESTUDANTE DE DIREITO DE PORTO RICO: "EN PORTO RICO, EXISTE UNA FALSA DEMOCRACIA, GARANTIZADA POR LA INTERVENCION NORTE-AMERICANA QUE LA SOSTIENE CON UM EJERCITO DE 153.000 HOMBRES, DOS BASES ATOMICOS Y 200 INSTALACIONES MILITARES QUE NO PERMITEN LA EXPRESIÓN DE AUTODETERMINACION DEL PUEBLO DE PUERTO RICO.

O LOBINHO agradece a colaboração dos estudantes de Direito que enviaram notas e recortes de jornais e revistas, a fim de serem humoristicamente comentados.

Controvérsias etc.

(Continuação da pág. 41)

ignorantes, que faremos? Tão somente, procuraremos esboçar um sorriso humilde acompanhado da afirmação de que mais vale sermos ignorantes do que mesquinhos. Porque a idéia de mesquinhez acha-se infinitivamente mais ligada à de má fé, do que a idéia de ignorância. Isto sem a mais leve intenção de erigir qualquer suscetibilidade que por acaso se agasalhe em V. S. E se assim V. S. nos interpretou, exprimimos nosso profundo pesar e estranheza aproveitando a oportunidade para lembrar a V. S. um provérbio confuciano: "Quando não sabes uma coisa, o reconhecimento de não a saber é SABER".

Com muita atenção e pouca admiração.

A R E F O R M A

MURILO BARBOSA DA SILVA

DO ENSINO: ALGUMAS SUGESTÕES

Louvável, é sem dúvida, o atual movimento de reforma do ensino brasileiro. E mais louvável, ainda, por se tratar de um movimento que partiu do próprio estudante, através das reivindicações de uma greve memorável. De fato, fêz-se mister uma greve para que se tomasse conhecimento de um problema tão velho e tão pôdre, que já estava a cair aos pedaços. Com efeito, desde os tempos da ditadura getulista, já havia a imperiosa necessidade de uma reforma substancial do ensino brasileiro. Houve, é certo, várias reformas, até os tempos dos mandos e desmandos do ministro Capanema. O que se fêz, todavia, foi justamente o que se não devia ter feito. Na verdade, a reforma do ensino se dirigiu à criação de um espírito antiquado, - contrário ao domínio da ciência e da técnica e da especialização, que está a exigir o nosso século de experiências atômico-radiativas e balísticas. Fêz-se a generalização em detrimento da especialização. De tal modo refugiou-se no espírito clássico, que desprezou o técnico — o ensino e aplicação das ciências — superestimado o ensino, muitas vezes infrutífero, de línguas mortas, como o Latim, por exemplo, confundindo, desse modo o útil com o inútil, ou, quando muito, pouco útil. Houve, ainda, uma corrida do nacional para o estrangeiro, evidentemente prejudicial à formação do espírito

de nacionalidade, ou de nacionalismo, como queiram, mediante a introdução abundante de matérias de interesse tipicamente alienígenas, tais como o inglês, o francês, o espanhol, entre outros, para não falar da obrigatoriedade do estudo da geografia de outros países e da sua história, roubando o tempo em que o estudante poderia aplicar-se para aprofundar os seus conhecimentos do idioma nacional e da geografia do Brasil e da História da Pátria. Aquelas matérias de que falamos, o inglês, etc., se bem que necessárias podiam ser dispensadas por não essenciais ao nosso desenvolvimento, como povo. Antes dessa reforma desastrosa, até que não estava mal: havia, por exemplo, os cursos pré-vestibulares, onde os estudantes podiam aprofundar-se na aprendizagem e assimilação das matérias do bacharelato. Essa reforma, tipicamente clássica, atrasou, de muito, a formação nacionalista do povo e, o que é pior, ninguém ficou mais sábio, nem sequer mais sabido, pelo fato de ser obrigado a estudar latim, inglês, francês, história ou geografia estrangeira. Pelo contrário, o acúmulo de matérias diminuiu sensivelmente a assimilação do essencial, dando origem à chamada instituição da fila e do subórno. Cumpre, agora, que se pretenda fazer uma reforma do ensino, ter em vista o número de matérias em cada série, para que não se

repita o mesmo êrro, pelo acúmulo de matérias inúteis à formação do espírito de brasilidade. O número de matérias deve, pois, ser limitado ao estritamente necessário, ao número de cinco, no máximo, por série. Uma professora que fêz curso nos Estados Unidos voltou de lá entusiasmada com a objetividade do ensino americano e — por que não dizer? — decepcionada com a dispersividade do nosso ensino. E, visivelmente, intrigada, perguntou: "Para que um menino que se cria, vive e morre no Amapá, por exemplo, ser obrigado a estudar Latim? De que lhe vai servir o conhecimento dessa matéria? Que utilidade apresenta para a sociedade local, onde êle vive? Não seria melhor que estude agronomia, geologia, higiene?!" Mas, convenhamos, em o nosso atual sistema de ensino, como poderia êle estudar algo que fôsse útil à coletividade, como aquelas matérias citadas? Parece à primeira vista um disparate estudar tais disciplinas, nelas aprofundando-se, no curso ginasial. De fato, é disparate agora, mas a reforma está entregue inclusive a estudantes responsáveis e pessoas interessadas em resolver a questão, e, certamente, não se esquecerão de que um dos pontos básicos deve ser a especialização do ensino aplicada à coletividade. Assim é que o ensino deve ser, antes de tudo, funcional, isto é, deve ter por ob-

jetivo principal a sua aplicabilidade imediata ao melhoramento das condições sociais. Em alguns países estrangeiros, sobretudo nos Estados Unidos, Europa e Rússia, ou melhor, URSS, há cursos eminentemente práticos, técnicos, que habilitam a qualquer pessoa que tenha os preparatórios a exercer uma profissão honesta, eminentemente especializada, que, além de ser bem remunerada, faculta ao indivíduo um meio de subsistência condigno, e, conseqüentemente o progresso daqueles países. Aqui, infelizmente, ainda não existe a difusão de tais cursos. Um estudante, via de regra, para obter um diploma universitário, tem de fazer um curso de cinco anos, na maioria dos casos, sendo obrigado, muitas vezes, a estudar matérias inúteis, completamente distanciadas da especialização que pretende, além de trabalhar, para o seu sustento e de sua família em atividade diferente. Tãmanha dificuldade tornou não só difícil como quase impossível a obtenção do diploma profissional. Com efeito, além dos citados, existem vários outros impecilhos, a saber: a) o curso primário; b) o curso secundário; c) o curso colegial; d) os livros e o material escolar. Tudo isso custa dinheiro, muito dinheiro — e tem de ser comprado, muitas vezes, com o dinheiro destinado ao orçamento doméstico, à alimentação, e aos gêneros de primeira necessidade. Eis aí um problema! Como resolvê-lo. Aí é que surge o terceiro fator a ser considerado na reforma que se está por fazer: a aplicação correta das verbas educacionais do governo. Na verdade, gratuito e tutelado pelo governo deve ser o ensino primário, antes de qualquer outro, e depois o secundário e o colegial. Mas o que vemos atualmente é o completo desprezo desses cursos básicos, em favor do ensino universitário, que atende a uma minoria do povo, destinando-se-lhe verbas excelentes. Este ponto, todavia, implica também numa reforma constitucional, o que, convenhamos, não é fácil. Cumpre, todavia, não desesperar. É preciso, pois, reagir a essa condição mesquinha a que

foi jogado o ensino básico brasileiro, que é a causa de muitos males. Estamos, é verdade, diante de fatos. Tais fatos, entretanto, antes de uma desaprovação total, devem ser analisados e compreendidos, para que se não cometam injustiças.

Resumindo, há, pois, entre outros, os seguintes fatores de suma importância e que não devem ser esquecidos pela comissão encarregada de propor a reforma do ensino: a) a criação de um sentimento nacional no estudante, desde o curso primário; b) a reforma deve ser de base, isto é, partindo do curso primário até o universitário; c) amparo do governo federal ao ensino primário, secundário e colegial, pela destinação de verbas especiais de manutenção e difusão do ensino em todo o território nacional; d) instituição de cursos técnicos, de breve duração, a par dos cursos universitários propriamente ditos, se não puderem ser substituídos de todo por aqueles. Essa reforma, eminentemente pedagógica, compreende no item c), pelo menos, duas outras, a saber: a) uma reforma político-administrativa; b) uma reforma econômico-financeira.

Dentro desse esquema, damos ainda as seguintes sugestões; a) o sentimento nacional a que nos referimos acima, no item a) poderá ser criado com a eliminação de certas matérias tipicamente alienígenas, como, por exemplo, o ensino obrigatório de idiomas estrangeiros, de línguas mortas, de história e geografia mundiais. Tais disciplinas deverão ser objeto de cursos especiais, à parte, tais como atualmente vem realizando o DDC, com bom êxito, no que se refere aos idiomas estrangeiros. Com a redução ou expulsão de tais matérias-parasitas, obter-se-á, de início: a) a diminuição de matérias obrigatórias, nas diversas séries, desde o primário até o colegial; b) a conseqüente assimilação aprofundada de matérias essenciais à formação nacional do estudante e do cidadão; c) melhor rendimento e maior aplicação do ensino à sociedade. Tal redução extirparia, ainda, certos vícios originados do acúmulo de matérias, tais como a

“fila” e o suborno.

A REFORMA DEVE SER DE BASE, isto é, desde o curso primário até o universitário. O curso primário, bem como o secundário, deve ser destinado à formação do espírito brasileiro, de tal forma que, em tais cursos “básicos”, não deve ser permitido o estudo de outras disciplinas, além das ciências, senão as tipicamente nacionais. Assim, por distribuição, teremos, a saber: a) no curso primário — português, matemática, geografia do Brasil e História do Brasil; b) no curso secundário, as mesmas disciplinas, porém de modo mais profundo, onde se analisem as causas primeiras de cada uma, acrescentadas das ciências físicas e naturais, compreendendo a física, a química, a botânica, a biologia, etc. Tais matérias devem ser distribuídas de tal forma que se consiga a assimilação perfeita de cada uma, não devendo, portanto, ultrapassar de cinco o número delas em cada série. Conseguir-se-á, dessa forma, a racionalização do ensino; não se deve, com efeito, estorvar a mente do estudante com o acúmulo de matérias, desnecessárias muitas vezes, o que é anti-didático, e, sim, procurar infundir uma assimilação perfeita dos conhecimentos de matérias essenciais à formação da nacionalidade, da realidade brasileira. No colegial, dever-se-á administrar apenas o ensino relativo às matérias que entrarão nos exames do bacharelado, de modo profundo e intensivo. Cabe, aqui, chamar a atenção para o fato de haver entre nós inúmeros cursos pré-vestibulares, particulares, surgido da deficiência do ensino colegial, provocada pelo acúmulo de matérias desnecessárias que existem em tais cursos, digo, nas diversas séries do colegial. De fato, quanto maior for o número de matérias obrigatórias, tanto menor será a assimilação. E isso não é nada racional, é antes prejudicial, não só ao estudante, como à nação.

Quanto ao ensino superior, convém ter sempre presente os seguintes problemas: a) o vestibular; b) a instituição de cursos técnicos; c) os cursos universitários atuais propriamente ditos.

Em primeiro lugar, as matérias do vestibular devem ser escolhidas de tal forma que dêem ao vestibulando uma idéia perfeita da carreira que vai abraçar, o que aliás já foi indiretamente ventilado, quando tratamos da reforma por que deve passar o atual curso colegial; assim é que, para citar apenas um exemplo típico, do qual posso falar com base — o vestibular de Direito, que se realiza atualmente na Faculdade de Direito da Universidade do Recife — de que faz parte o Latim, o Português o Francês e o Inglês, podendo o candidato optar por uma das duas últimas disciplinas. Existe aí uma verdadeira aberração, porque, com exceção do Português, matéria básica e essencial à profissão de Advogado, as demais não contribuem absolutamente para uma formação profissional adequada. Muitos estudantes fazem, por isso, uma idéia errônea do curso de bacharel, ao depois, quando entram na Faculdade. Pensam que vão estudar idiomas estrangeiros, ou literatura francesa, ou política, no melhor dos casos. Aí está um equívoco de consequências as mais infelizes — a frustração profissional, ou o mau profissional, no melhor dos casos. Matérias do vestibular em questão devem ser o Português, a Introdução ao Direito (noções), a História da Filosofia (noções) e possivelmente Psicologia Aplicada (noções), tôdas essenciais à carreira. Isto para falar apenas do vestibular de Direito. O vestibular é, como o próprio termo indica, uma palavra derivada de vestibulo, espécie de antecâmara, por onde se passa à cozinha.

Quanto ao segundo item, o "b"), a instituição de cursos técnicos muito contribuirá para o bem estar social e o desenvolvimento do País. Assim é que feito o vestibular, o aprovado poderá optar e seguir ou o curso universitário propriamente dito, no caso de Direito, o bacharelado, ou um curso especializado de dois anos, ou de três anos (é critério a definir posteriormente) de determinado ramo do direito, por exemplo, o penal, ou o civil,

ou comercial, depois do que, obtido o diploma, poderia o formado exercer a profissão de Advogado, restrita à sua especialização. Efetivamente, dir-se-á, surgiria a concorrência (que não é desleal, convenhamos) entre os técnicos e os que fazem o curso universitário completo, de bacharelado, no exemplo. Mas, perguntamos, se a época é de especialização, por que não manter apenas os cursos técnicos especializados, uma vez que os cursos universitários atuais ficarão considerados como obsoletos para as necessidades da sociedade num futuro imediato?. Aliás, mesmo nos cursos universitários, propriamente ditos, atuais, dever-se à diminuir, também, o número de matérias inúteis, que prejudicam sensivelmente o aprendizado, e o que é muito pior, absorvem o tempo que poderia ser dedicado a outras matérias mais importantes. Os cursos técnicos, a que nos referimos, devem ser estendidos a todos os cursos mantidos pela Universidade, e não apenas aos cursos de bacharelado, que constituíram apenas um exemplo. Tais cursos especializados permitiriam a formação de técnicos especializados em determinados assuntos e muito ajudariam ao progresso nacional, de importância indiscutível.

Quanto às outras espécies de reforma, implícitas na própria reforma do ensino, por nós sugerida, temos a dizer que, efetivamente, uma reforma de base, desde o curso primário, através do aprendizado do português (a língua mater), da história do Brasil e da geografia do Brasil, além das matemáticas, permitirá um maior desenvolvimento do País em tempo relativamente breve: cinco anos.

Cumpre, porém, notar que a reforma atual do ensino foi uma reivindicação estudantil, isto é, da parte mais interessada no desenvolvimento do Brasil, e da parte mais esclarecida, a quem, inclusive está afeto o trabalho em questão. Convém, a propósito, sugerirmos nesta oportunidade que seja ouvida, pela comissão encarregada, a opinião de algumas personalidades de indiscutível mérito, que devem ser cha-

madadas à mesa redonda, para que, com suas sugestões, possam contribuir também para a reforma em vista. Lembramos, no momento, dos nomes ilustres dos professores Pinto Ferreira, Hilton Sete e Newton Maia, para citar apenas alguns nomes distintos.

Quando nos reportamos à reforma político-administrativa queremos lembrar que devem inclusive ser introduzidos na Carta Magna alguns dispositivos, pelos quais se esclareçam as verdadeiras competências dos governos, no que diz respeito à tutela do ensino primário, secundário e colegial, sobretudo do ensino primário, tão mesquinha e desprezado pelas autoridades brasileiras.

No que tange à reforma econômico-financeira, queremos deixar patente que se devem orientar as verbas destinadas à educação, de modo menos parcial, ou melhor mais bem dirigido. Com efeito, o que notamos à primeira vista atualmente, no Brasil é a destinação ao ensino universitário de verbas excelentes, enquanto que os demais cursos "básicos" existem à mingua. Tais verbas, entretanto, destinam-se — eis a verdade — a uma minoria, enquanto o estudante primário, secundário e colegial vê-se diante de uma luta desigual, do comércio inescrupuloso dos senhores do ensino, que vendem a educação como um artigo de luxo, por preço exorbitante. De fato, entre nós, o ensino universitário nada custa, mas para chegar até às portas de uma Universidade temos, muitas vezes, de transferir o dinheiro destinado ao pão, para os livros, ou melhor, para a conta bancária dos donos de colégios.

Deixamos aqui, em falando da reforma, de tocar no assunto relativo à omissão de frequência às aulas por parte de professores e às faltas por parte dos alunos, porque alunos e professores sempre se entenderam muito bem, constituindo a matéria ponto pacífico. E' apenas uma questão de dever e todos a esta altura estão cumprindo satisfatoriamente o seu dever.

MEMORRURAIS DO RIO AÇÚCAR

GILDO TAVARES α

ROMEU NEGROMONTE

1

Um boi velho cansado
Dormindo em minha alma.
Uma alma tão humilde
Nos olhos de boi velho
Um pouco de espuma
Na boca de minhas lembranças;
Passos-ternura
Junto de meus passos.
Antigas barcaças,
Libertários sussurros,
Puxando as minhas lembranças.
Vozes matutinas,
Despertando
As outras vozes
Dos engenhos.
Uma cruz
De cana de açúcar.
Um canto chão
De sapo cururu
Um relincho bravo
Na estrada mansa.
Um gemido longe
De menino nu.
Acalanto de abolição.
Vulto açucarado.
Presença de mãe preta.
Odor de casebre.
Cheiro velho de abandono,
Que ainda se pode declamar.

2

Uma poeira humilde
Subindo do eito,
Humilde demais,
Ao som das enxadas
Poeira de pés
Grosseiros e rudes
Estranhos e íntimos
Da terra que pisam

3

Cheiro de suor,
De suor escravo.
Perfume de rendas,
Denguices de iaiás.
Cachaça e alfinim
Dentro de minhas entranhas.
Cheiro de miscegenação.

De casa-grande e de senzala.
Cheiro de separação.
Cheiro de cozinha
E cheiro de sala.

4

Amo a promiscuidade.
Misturo-me, lânguido,
Com minha Cidade.
Acarício a sua História.
Entrego-me.
Soluço.
Despetalo
A flor caleidoscópica do Recife:
Filha de encapeladas
E atlânticas ousadias,
E de um massapê moreno
Atapetado de ondas verdes.
Agrada-me, deleita-me
Este abraço
Pegajoso e eterno.
Outrora pequeno,
Pequeno marisco,
Veio crescendo,
Amando, sofrendo,
Búzio fascinante,
Sua voz ouvida
Pelo naufrago poento,
Pelo naufrago distante,
Das vagas cinzentas
Do mar de espinhos.

5

Sobre a alegria
Das pontes,
Sobre o meu coração
De lama adocicada,
Macetado como bife,
Há esperança de arribação,
Arruído, arruar,
Espetáculo triste,
Triste tilintar
Sobre minha bacia.
Dor social
Profunda, picante,
Ardente, da peste,
Molhando
Os olhos meigos do Recife,
Ferindo, cortando,
Pungindo, rasgando
O grande peito magro do Nordeste!

SUGESTÕES PARA A RENOVAÇÃO

VAMIREH CHACON

Há vários aspectos em que nossa Faculdade pode e deve ser melhorada. Em primeiro lugar solicito o lastimoso estado do concurso de habilitação do curso de bacharelado.

A atual disposição, regida pela portaria do Ministério de Educação número 453, de 21 de dezembro de 1956, consiste, conforme todos sabem, na obrigatoriedade de provas escritas e orais de Latim e Português, e na opção entre Francês e Inglês. Segundo se observa, logo à primeira vista, o estudante deixa o curso secundário e ingressa no superior sem preparação filosófica e sociológica que o habilite a adaptar-se, com rapidez e eficiência, às matérias do primeiro ano do currículo de Direito. Ele se vê, perplexo e confuso, diante da **Introdução à Ciência do Direito, Economia Política, Teoria Geral do Estado e Direito Romano**, cujo estudo pressupõe uma preparação que ele não teve. O antigo sistema do curso "pré" sem dúvida representava uma etapa intermediária mais racional que a dubiedade dos atuais cursos clássico e científico, onde, nas vésperas do vestibular de Direito o estudante tem de estar fazendo exames de Matemática (no clássico)

ou o futuro acadêmico de Medicina precisa realizar provas de História (no Científico), semanas antes dos seus concursos de habilitação.

Todavia, como não nos compete transformar o curso secundário, poderemos, contudo melhorar intelectualmente o estudante para o currículo Universitário de Direito, através de uma reestruturação do vestibular e de um curso preparatório, os quais passo em seguida a explicar.

A presença exclusiva do Latim, Português e Inglês ou Francês, revela a preocupação **BELETRISTA DA MENTALIDADE BRASILEIRA VIGENTE, COM ABSOLUTO DESCUIDO POR UM HUMANISMO AUTÊNTICO**. Já passou o tempo em que "Humanismo" se confundia com o aprendizado de Latim e Grego. O de grego, aliás, não funciona no curso clássico brasileiro, não completando inclusive este sentido de "Humanismo", limitado apenas ao Latim, ao contrário da maioria das universidades da Europa.

Além do mais, mesmo com a presença dos três idiomas referidos, não se atinge a formação do "Humanismo" qualquer que seja a sua própria espécie, pelo

factos dos vícios da **Educação Formalista e Superficial**, ora dominante no Brasil, os reduzem geralmente à memorização de listas de palavras e autores.

Em vez dos Estudantes da Faculdade de Direito, criarem um curso pré-vestibular de caráter linguístico, inspirado no referido "Humanismo" beletrista, é muito mais sensato reformar, em primeiro lugar, o concurso de habilitação, adaptando-o às realidades brasileiras, para em seguida, organizar um pré-vestibular à altura das necessidades históricas.

Parece-me aconselhável reestruturar o Concurso de Habilitação nas seguintes linhas: **Português** — (Gramática e Literatura), um idioma estrangeiro (optativo, entre Latim, Inglês ou Francês, (também com Gramática e Literatura), Filosofia e Sociologia. Sei que outras matérias poderiam ser incluídas, entretanto as limitei para evitar excessivo acúmulo.

Não exige grande esforço a compreensão da importância de Português. Sugiro mesmo ser esta disciplina **ELIMINATÓRIA**, por motivos óbvios.

Quanto ao idioma estrangeiro, não se exclui a sua contribuição

ao futuro bacharel, que se verá ilhado na Cultura Mundial se dominar apenas a língua portuguesa, ainda tão pobre de traduções e sem grande projeção internacional, na presente geração.

Possivelmente será preferido o Inglês ou o Francês, ao Latim.

Os lamentos em torno da provável ausência de escolha do Latim, por parte dos alunos no vestibular, não podem recair contra o novo sistema do concurso de habilitação, pois representará uma fotografia da realidade do ensino de Latim no curso secundário, que não prepara de modo satisfatório os estudantes, depois de sete anos de ensino desta matéria, no ginásio e no clássico.

Todavia, talvez haja quem prefira mesmo prestar exames de Latim, em vez de Francês ou Inglês, cabendo, portanto, deixar-lhes a porta aberta neste sentido.

Finalmente: a presença de **Filosofia e Sociologia** representaria um grande passo à frente para a adaptação do jovem secundarista para o currículo universitário de Direito, sem hiatos ou vácuos de inadaptação entre as duas fases da sua vida.

O estudo superficial de Filosofia e a ausência total de Sociologia no Clássico e no Científico exigem ainda mais a introdução destas matérias num concurso de habilitação precedido por um curso pré-vestibular, cujo funcionamento, passo, em seguida, a explicar.

A Faculdade de Medicina da Universidade do Recife e a Faculdade de Direito da Universidade Católica, através da cooperação de diretorias e diretórios já compreenderam a importância daquêlê tipo de cursos preparatórios, os quais estão, desde algum tempo em funcionamento, segundo as exigências das referidas escolas, embora sem o espírito e as matérias da minha presente sugestão.

No caso da Faculdade de Direito da Universidade do Recife, parece-me que as referidas disciplinas (Português, Latim, In-

glês, Francês, Filosofia e Sociologia), podem integrar um curso anexo à Faculdade, dirigido por um catedrático efetivo, designado pelo diretor, em concordância com o Conselho Técnico e a Congregação. O mencionado catedrático seria responsável pela escolha dos professores do curso anexo que poderiam ser recrutados dentro e mesmo fora da Congregação, recebendo o pagamento, a ser combinado por aula. O curso pré-vestibular duraria um ano escolar, recebendo matrículas para o próximo concurso de habilitação, de modo que, durante dois semestres, os candidatos pudessem frequentar suas aulas, conferências e seminários. Todavia, não seria obrigatória a matrícula no referido curso para os vestibulandos, e sim aconselhável, não cabendo a esta Faculdade qualquer responsabilidade no êxito ou fracasso dos candidatos no concurso de habilitação. Frize-se também ser indispensável a cobrança de taxa equitativa e ponderável, para a inscrição no referido curso pré-vestibular.

Em síntese: a mencionada sugestão representaria a semente de um "College" na Faculdade de Direito, como adaptação do jovem entre dois importantes períodos da sua vida intelectual, o secundário e o superior. Com o tempo amadureceria uma maior organicidade do futuro "College", cuja experiência poderia ser transmitida às outras unidades universitárias.

Desde que se trata de uma Portaria Ministerial, o instrumento legal que reze o concurso de habilitação, conforme demonstramos antes, será perfeitamente viável encaminhar às autoridades competentes o nosso plano de reforma do exame vestibular, que talvez sirva de inspirações a outros no Brasil. O assunto deve merecer urgente estudo e apêlo a quem de direito.

Quanto à segunda e última sugestão, seria o nosso desejo ressaltar a importância da organização departamental das disciplinas da nossa Faculdade, de acordo, mais ou menos, com as seguintes linhas: — Departamento de Teoria Geral do Direito

(englobando as cadeiras de Introdução à Ciência do Direito, Teoria Geral do Estado, Direito Romano e Filosofia do Direito que deveria ser criada no quinto ano, ao modo de como já existe noutras escolas do Brasil, como a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, por exemplo), Departamento de Direito Privado (nos mesmos moldes), Departamento de Direito Penal e Criminal (incluindo as cadeiras existentes de Direito Penal e Medicina Legal, além da possível e futura Criminologia) e Departamento de Economia e Finanças (com as mencionadas cadeiras irmãs).

Os referidos departamentos poderiam conter subdivisões e sua estrutura dependerá da convicção a que cheguem os seus catedráticos, quanto à sua necessidade, dando uma fisionomia e um funcionamento mais orgânicos e integrados, ao concurso de bacharelado, sem o otimismo que o caracteriza, entre outros aspectos.

Como ponto de partida, as cadeiras de Economia Política e Ciências das Finanças, propõem por sugestão pioneira do Professor Luiz Guedes Alcoforado, de fundirem suas atividades, embora permaneçam juridicamente distintos os seus titulares, com as atribuições que lhe confere a Lei. Entretanto, fica escolhido o catedrático de C. de Finanças para Presidente de um Departamento pesquisas e conferências em comum, conforme as finalidades das matérias. Para o êxito do plano, solicito a atenção de V. Excia. para os próximos pedidos de transporte de onibus à Reitoria, para as pesquisas de campo em indústrias, engenhos e fazendas da região, e também para os pedidos de assinatura de revistas científicas nacionais e estrangeiras, que o Departamento oportunamente fará.

Sem dúvida as minhas sugestões encerram falhas naturais. Esperamos que elas sejam superadas pelos estudos das comissões encarregadas da reestruturação da Faculdade de Direito da Universidade do Recife, cujo **Pioneirismo na Cultura brasileira Pode e Deve ser mantido.**

ESBÔÇO DE UM PLANO DE COLONIZAÇÃO PARA O INSTITUTO JOAQUIM NABUCO DE PESQUISAS SOCIAIS

CLÁUDIO SOUTO

E' preocupação constitucional no Brasil fixar-se o homem no campo, idéia muito importante decerto em um país fundamentalmente agrícola. Isso através de plano de colonização e de aproveitamento das terras públicas, preferidos os nacionais, especialmente os das zonas empobrecidas e os desempregados (art. 156 da Constituição Federal do Brasil). Note-se que é possível a colonização estrangeira limitada a título de elemento educativo dos nacionais quanto ao modo de vida agrícola. Na verdade, para as comunidades nacionais de baixo índice cultural, será oportuno, para atuarem-se melhormente as técnicas agrícolas científicas, a introdução, com propósitos educacionais, de colonização estrangeira qualificada.

O de que se trata é do seguinte: o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais vai estabelecer o esbôço ligeiro de um plano de colonização de área agrícola que deverá adquirir por doação alemã. O que, porém, se deve pretender por tal experiência de colonização? E' este o primeiro problema fundamental do planejamento.

Ora, é muito nítida a **função educativa** dessa experiência colonizadora. De fato, o artigo 156 da constituição brasileira, aliás o que mais de perto se liga ao tema da Reforma Agrária, ainda se deve regulamentar por lei ordinária da Reforma. Demais, à possibilidade de aumento substancial das terras públicas por desapropriação agrária, na conformidade aos princípios gerais dos artigos 141, § 16., e 147, da carta magna brasileira, bem como por nacionalização de determinadas atividades agrícolas, demonstrado o interesse público (art. 146), não é de realização imediata, da-

do o índice acentuado da energia conservadora predominante no Brasil. Apenas a desapropriação, por "prévia e justa indenização em dinheiro", — já regulada por lei ordinária unicamente para os casos constitucionais de **necessidade** ou **utilidade pública**, mas não para o de **interesse social** — poderá ser utilizada de imediato, mas tão só como instrumento secundário e ocasional de reforma agrária no Brasil, nação a esse propósito ainda bem mais conservadora que reformista. Na verdade, a experiência que se faça pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais sobre colonização agrícola não se poderá generalizar imediatamente ainda que seus resultados sejam favoráveis, dado o número diminuto de terras públicas disponíveis atualmente e em futuro próximo. E' intuitivo que, havendo um **quantum** elevado de conservantismo em uma comunidade, decrescerá, narazão direta dessa elevação energética, as possibilidades imediatas de reforma agrária aprofundada.

Uma função secundária derivará do nível porventura de alta produtividade econômica da experiência, no sentido de **beneficiar-se o meio rural e urbano a que se ligue a fazenda-modelo**.

A experiência de colonização do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais levará em conta princípios de uma reforma agrária racional para a árrea limitada que lhe couber: assim, essa área deve ser **necessária, racional e intensivamente** aproveitada, segundo as condições locais, e, mais ainda, não se deve procurar a pequena exploração individual, de base estreitamente familiar, pois a conjugação de esforços humanos, de capital e de técnica quer dizer

uma maior racionalidade quanto à produção agro-pecuária. Quer-se, com efeito, a produtividade das terras para valorização do homem. E ligado a essa produtividade das terras está o dever de **proteção, conservação e recuperação do solo**, relacionado com aqueloutro mais genérico de **aplicação local de técnicas agro-pecuárias científicas**, deveres dos agricultores que serão facilitados por **assistência técnica pública**, organizada pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, e solicitada, quando necessária e conveniente, a assistência técnica da Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (ANCAR) ou outras entidades congêneres. O Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais facilitará ainda, mediante entendimento com as instituições especializadas, o **crédito agrícola**.

De outra parte, o Instituto valorizará, dentro do espírito da espírito da constituição brasileira, o trabalho humano, procurando, sem perder a propriedade da área de terra que adquirir, aproximar os agricultores, quer nacionais, quer estrangeiros, das prerrogativas de proprietários. Em contrapartida, os camponeses se comprometerão ao cumprimento de normas agrárias de técnica científica que o Instituto determine no sentido de valorizar a terra e o colono, assim como serão obrigados à conservação das obras públicas. Não se fará diferença entre os agricultores senão a que decorra da diferente produtividade deles.

Pretende-se que os membros da fazenda-modelo tenham gratuitamente os poderes de proprietários menos a disposição, de tal sorte a garantir-se que se manterá a fazenda sem redução de seus limites. Ora,

o usufruto é direito real que implica os direitos de posse, uso e gozo, sem disposição. E' ordinariamente gratuito. Note-se que, no Brasil, um dos casos de extinção do usufruto é a culpa do usufrutuário, que se obriga à conservação em bom estado da coisa (Código Civil, art. 739, VII).

Deseja-se ainda que a situação do membro da fazenda-experiência se prolongue hereditariamente, no sentido de que se sinta seguro em sua descendência. Ocorre porém que, de acôrdo com o Código Civil Brasileiro, o usufruto é um direito temporário, estabelecido em benefício de determinada pessoa — inalienável, pois, e intransmissível hereditariamente (art. 713). E, se os direitos reais são tipos fixos determinados pela lei, e se nenhum outro tipo brasileiro é mais ajustável que o usufruto ao que se quer para a fazenda-experiência, quê fazer?

A solução será a de que o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais se comprometa de antemão a restabelecer o usufruto em favor dos herdeiros dos cultivadores da fazenda-modêlo, nas mesmas condições.

O Instituto entregará aos agricultores equipada a fazenda-experiência, sem que eles a nada se obriguem, a não ser aos encargos que ora se especificam. Os pertences agrícolas, trazidos pelos membros da fazenda-modêlo, que interessem à exploração comum, serão adquiridos pelo Instituto para utilizarem-se nessa exploração.

O número dos cultivadores não poderá ser menor ou maior que aquêlo fixado pelos técnicos da confiança do Instituto como mínimo ou máximo a uma exploração racional em grupo, tendo-se em mira as condições específicas do imóvel rural da experiência e as finalidades dela. 70% do total dêsse número se constituirá de nacionais, e os restantes 30% de estrangeiros. O Instituto ouvirá também técnicos, quer de seus quadros, quer de outras instituições, sobre o melhor local para a experiência, atendendo inclusive a que as condições de

clima sejam favoráveis aos colonos estrangeiros.

Excetuadas as obrigações que assumirão com o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, quanto ao resto, os membros da fazenda-experiência são autônomos, dirigindo-se por uma assembléia geral dêles como entidade soberana que elegerá a direção da fazenda. A assembléia geral deverá confirmar as instruções genéricas de trabalho e decidir sobre os problemas mais importantes. Cabe-lhe o direito de argumentar sobre questões técnicas com o Instituto através de delegados.

As famílias dos membros da fazenda-modêlo terão em usufruto especial delas uma pequena porção de terra, contígua à casa de moradia. Na área dessa porção de terra será propriedade privada o pequeno gado, as aves domésticas e os pequenos instrumentos de cultivo que se adquiram pela família.

Os agricultores, quer nacionais, quer estrangeiros, serão selecionados com todo rigor, tendo-se em vista a produtividade do imóvel rural. A seleção se fará por concurso, preferindo-se sucessivamente:

1) os que tenham cursado instituições educacionais de agricultura, computando-se o grau do curso ou cursos havidos;

2) os que, de qualquer modo, apresentem prática em trabalhos agrícolas, computando-se o grau dessa prática;

3) os que trabalhavam no imóvel adquirido.

Dentro de cada classe, preferir-se-ão os habitantes das zonas empobrecidas e os desempregados, e os que tenham família numerosa.

Obrigam-se ainda os agricultores, quer nacionais, quer estrangeiros, a iniciar, dentro do prazo de 2 meses após o acôrdo, a agricultura, assim como a residir com sua família no local de trabalho e a apresentar, dentro de um prazo máximo fixado pelos técnicos, e não inferior a um ano, tôda a fazenda-experiência devidamente explorada.

Após o primeiro ano, que se considera de instalação e preparo das terras e quando o Insti-

tuto se preocupará intensamente do crédito da fazenda, obrigam-se, enfim, os agricultores, na medida do desenvolvimento da sua fazenda-modêlo:

a) a cuidar, em critérios racionais, de seus problemas de alimentação, saúde, habitação, recreação e defesa jurídica;

b) a cuidar da conservação racional de seus produtos na área da fazenda-experiência;

c) a custear uma escola primária, onde se ensinem as noções fundamentais da agricultura, para si e para seus familiares; tal escola será organizada com grande apuro, sob orientação do Instituto, e nela serão admitidos alunos estranhos à fazenda experimental, na medida das possibilidades econômicas desta, a critério do Instituto;

d) a custear um Centro Educativo Agrícola, fixadas pelo Instituto as bases mais gerais de sua organização, no sentido de educar a população rural em uma agricultura racionalizada: serão ministrados cursos de técnica agro-pecuária científica, de industrialização agrícola, de mecanização da lavoura (curso de trato-ristas e mecânicos especializados), de melhoria das condições de vida de trabalhador rural, de cooperativismo, de defesa sanitária vegetal e animal, etc.; e o Centro manterá um curso, sendo concedidas bolsas de estudos quando compatíveis com as possibilidades econômicas da fazenda-experiência, a critério do Instituto;

e) a vender sem lucro adubos, fertilizantes, mudas e sementes selecionadas e forragens que lhes forem confiados pelos poderes públicos.

Quando se trate de beneficiar pessoas estranhas à fazenda experimental, a preferência será, sucessivamente: dos agricultores não-proprietários, dos pequenos e médios proprietários. Em cada classe, terão preferência os membros de cooperativas agrícolas.

As despesas com as obrigações assumidas pelos membros da fazenda-experiência, quando sejam despesas de benefício de pessoas estranhas à fazenda, não podem exceder de 30% da receita líquida da exploração.

JURI, ASSESSORADO, ESCABINADO

NILZARDO CARNEIRO LEÃO

O que sempre centraliza a atenção dos meios forenses, quando se reúne para suas sessões periódicas, sem dúvida alguma, é o Tribunal do Júri.

Principalmente quando nelas são julgados acusados envolvidos em crimes que abalaram e atraíram de forma acentuada, a vista de todas as camadas sociais da comarca, do Estado, e com repercussões, algumas vezes, até internacionais. Torna, então, sempre voltado para si, o interesse de magistrados, promotores, advogados, universitários de Direito e mesmo do povo em geral.

Não é de se analisar aqui da justiça de suas decisões, tecer críticas à instituição ou defendê-la dos ataques daqueles que se batem pela sua extinção. Porque é o **júri**, entre as várias maneiras de o Estado fazer atuar a sua função jurisdicional, constatando o ilícito penal e determinando a aplicação da sanção ao autor penalmente responsável, o que mais tem dado motivo a constantes controvérsias e debates, pela sua maneira única, **sui-generis**, de julgar.

Rapidamente, o que se pretende é tão só comparar a tradicional instituição que nos deu o direito inglês, com outros tribunais em que há a participação do juiz leigo nas decisões judiciais.

De fato, o tribunal colegiado heterogêneo, isto é, aquele em que existe o juiz togado, o magistrado, e o leigo, não esgota sua forma de constituição com o **júri**.

Este é o mais tradicional, a forma histórica mais antiga, mas da apreciação de sua experiência objetiva, houve o surgimento das outras formas, o **assessorado** e o **escabinado**.

O que caracteriza os tribunais mistos é a participação de ou-

tros juizes, além do magistrado, nos julgamentos.

A aplicação das sanções penais previstas pelo ordenamento jurídico pressupõe a constatação de uma violação da norma de conduta, que motiva a intervenção do Estado para a manutenção do equilíbrio social rompido.

Na forma clássica do **júri**, a questão de fato está entregue à apreciação dos jurados, aos juizes leigos, e sua fixação é a primeira fase do julgamento; isso feito, surge a segunda fase, que é a da aplicação, pelo magistrado, da sanção à espécie.

No **júri**, os jurados constatarem a existência do fato, decidindo pela responsabilidade ou não do autor da infração, já anteriormente reconhecida (o que, na verdade, constitui, indiretamente, o conhecimento do Direito), enquanto ao juiz togado, uma vez conhecido a decisão do conselho de jurados, o **veredito**, sentencia, pela condenação ou absolvição do acusado.

Esta é, na prática, da distinção entre decisão de fato, pelos jurados, e de direito, pelo magistrado. Aquêles não participam da cominação da pena.

A função do magistrado presidindo o **júri**, além daquelas decorrentes do poder de polícia, tem dois aspectos: formular as questões a serem respondidas através de quesitos pelos jurados e setenciar na conformidade com as respostas dadas, que decidem o caso de fato.

Justamente da dificuldade existente entre distinguir as questões de fato das de direito, surgiram as outras formas de julgamento através do colegiado misto.

Diz **Gorphe** ("Les Décisions de Justice") que "fixar o fato e dizer o direito são a sequência lógica a um e outros; mas elas não cessam

de se compenetrar no trabalho do espírito, que toda vez constata, raciocina e aprecia."

E **Hugueney** ("Études de Science Criminelle et de Droit Pénal Comparé"), chega a afirmar que a separação entre questões de fato e de direito não é "mais do que uma separação quimérica", porque fato e direito fundem-se em um mesmo conceito.

Existe a colegialidade heterogênea também no **assessorado** e no **escabinado**.

No primeiro, de uma maneira precisa, o **assessor** participa do julgamento com voto estritamente consultivo, pois que o juiz leigo, como ensina **Frederico Marques** ("O Juri e Sua Nova Reglamentação Legal"), explicando a interpretação da antiga legislação portuguesa, "se aconselhava com um jurista (assessor) que, "com seus conhecimentos de jurisprudência", instrua-se no exercício das funções".

Nessa forma, de assessorado, cabe ao assessor tão somente uma função consultiva, espécie de perito que é, e com quem o leigo se aconselha para poder deliberar.

Mas essa conceituação e compreensão, precisa e restrita, diferenciando-se, também, profundamente, do **escabinado**, tem hoje valor meramente histórico.

No **escabinado** existe a reforma larga e profunda à organização e função do **juri** clássico; há uma transformação radical no que se refere ao princípio da separação funcional do magistrado e dos jurados, abolindo completamente a distinção entre questões de fato e de direito, com a participação dos jurados também na determinação da sanção a ser aplicada.

Juntamente com o magistrado, decidem em íntima comunhão.

(Continua na pág. 77)

NACIONALISMO, UNIVERSIDADE E ESTRUTURA AGRÁRIA

Minhas Senhoras!

Meus Senhores!

A Semana que ora se encerra foi vivida de maneira emocionante, e antes que tudo patriótica. Debates importantíssimos uniram os espíritos dos estudantes esclarecidos de Pernambuco em torno dos mais palpitantes problemas nacionalistas.

Nessa noite de encerramento, mais um conferencista, digno mestre, de equilibrada linha cultural, intérprete bastante do Nacionalismo brasileiro, aqui vem ao nosso encontro contribuir com o seu pensamento e inteligência na formação e aperfeiçoamento de uma consciência nacionalista efetivamente autêntica e objetiva.

A medida em que uma Nação se ergue politicamente em unidade social, cultural e geográfica, ela adquire a consciência da própria afirmação e integração no campo jurídico, político e econômico. Tal consciência, tendo por fim formar um modelo de humanismo nacional, surge determinada pelo próprio evoluir histórico do povo. Daí se considerar o pensamento nacionalista como um fenômeno inevitável, criado pelas condições de progresso e desenvolvimento a que atinge a Nação.

O Nacionalismo é uma ideologia. A evolução sócio-cultural e histórica do Brasil, determinou a consciencialização da sociedade e do povo no sentido do próprio progresso e desenvolvimento econômico e político.

Para conseguir seus objetivos,

o Nacionalismo brasileiro deve ser autêntico e representativo, na medida em que corresponda, na sua forma mais exata, às aspirações decorrentes dos interesses da comunidade, harmonizados que devem estar às condições naturais de seu meio ambiente.

Não cabe à ideologia estabelecer critérios dos valores bem ou mal, verdade ou erro. Disto se encarregam a Ética e a Lógica. O que indica o grau de exatidão ou desacerto do Nacionalismo são os moldes segundo os quais o mesmo se aplica ideologicamente à realidade social. O seu êxito se condiciona, assim, ao prisma que por é interpretado, e à maneira como é realizado.

Tem por finalidade primordial acelerar e racionalizar o desenvolvimento do país, o que só será possível, mediante a transformação, ou renovação, daquelas estruturas que já não correspondem ao ritmo de desenvolvimento e progresso a que atingiu a Nação brasileira.

Mais adequado não poderia ter sido o ambiente no qual ora se debatem e se analisam os problemas nacionalistas. A Universidade, instituição de elite intelectual, deve, ao mesmo tempo em que representa a cultura de uma sociedade, formar os agentes e indicar as tendências dessa mesma cultura. Utilizando po-

rém, processos educacionais ainda dos tempos da Monarquia, a Universidade brasileira, para realizar seus objetivos de pesquisas científicas e de preparo e aperfeiçoamento técnico, precisa se reformar no sentido de sua maior integração à dinâmica social da região e do país.

O falho ensino administrado no curso médio, inteiramente voltado para uma educação formalista e livresca, não prepara devidamente o estudante para atingir o nível universitário.

Destituída do sentido de pesquisa, e com uma tradição cultural ainda em formação, a universidade brasileira não tem, até hoje, colocado à disposição de nossa estrutura industrial nascente, uma cooperação técnica, eficaz e competente. Nossa indústria é, em sua grande maioria, estrangeira nos seus técnicos, máquinas e espírito empresarial, e aqui instalados, retiram lucros espantosos, que enviam para os países de onde vieram.

A necessidade de se formar técnicos, capazes de atender às exigências da produção econômica, é um imperativo a que a Universidade não pode fugir. No entanto, o estudante universitário se forma, quase sempre, sem a mínima experiência, sem estágios práticos, dada a deficiência de nossos laboratórios, que, além de escassos, não possuem o aparelhamento suficiente para o perfeito treinamento dos alunos.

(Continua na pág. 77)

As Universidades Respondem A Um Desafio

(Continuação da pág. 22)

com efeito, um fenômeno de substituição que já se torna comum. O que não parece normal entretanto, é que esses homens moços cedo decepcionem, ou se tornem bruscamente velhos. E que permaneça sem surtir efeito a dramática solicitação, uma vez mais adiada. A resposta ao desafio das massas, verdadeira forma de pressão social da consciência popular, somente poderá surgir, então, das novas gerações, das universidades. São elas o que resta de promissor. De certo modo, somente as universidades — os estudantes — têm sabido aceitá-lo

e, bem ou mal, compreendê-lo. Eis como se justifica a participação, para alguns um tanto anômala, das universidades brasileiras na liderança dos movimentos e mesmo das convulsões da opinião nacional. A insuficiência das elites, sua incapacidade — exceção feita de uma burguesia mais atuante, ainda distanciada do poder real — solicita dramaticamente a atuação dos que ainda se encontram em processo de formação e que respondem com presteza, e às vezes com açodamento, ao chamado. Por certo, não há razões para se negar que

as organizações estudantis brasileiras têm sofrido um processo de radicalização ideológica, somente até certo ponto condenável. Por um momento, pareceu-lhes que somente deviam ter uma finalidade: a ação junto ao povo, dramaticamente solicitada, e, convenhamos, imprescindível. Por outro lado, não se pode negar que os estudantes foram os primeiros a despertar, não isoladamente, mas num movimento de aglutinação de opiniões, para a problemática do ensino universitário, e para a responsabilidade tremenda que pesa sobre as universidades brasileiras. Logo se descobriu, pela reflexão e pela análise — quase sempre falha, acrescenta-se — quão complexa era a sua missão. A Universidade perguntou por se mesma. Professores e alunos fizeram uma exame sério de suas reservas e potencialidades. E se descobriu sua verdadeira aparência. Compreendeu-se sua função dentro do processo do desenvolvimento nacional, a que nem de longe corresponde. Percebeu-se a complexa natureza do desafio que urge aceitar.

A Nação exige de suas universidades ativa e honesta participação na liderança da opinião popular. Certo. Mas não exige somente isso. Pressiona e pede mais. Pede um preenchimento eficiente de seus ralos e inefetivos quadros dirigentes; pede uma eficiente formação técnica e humana para seus núcleos produtivos, mal constituídos. Pede ciência, criação de uma cultura nacional, elaboração do saber.

O problema tão discutido da **Reforma Universitária**, não parece, assim, ter surgido ao acaso. Constitui-se, pelo contrário, resposta a um apêlo, reação a uma exigência. E tem as suas peculiaridades, que desautorizam, de início, a simples transposição de outras soluções que não a sua.

(*) Trecho de um trabalho apresentado durante a Semana Jurídica Interna, da Faculdade de Direito do Recife, em 12 de setembro, 1961, como sugestão a um debate sobre a reforma universitária.

Poema Da Maré Baixa

Arakén Tabajara N. Costa

Vou sentar naquela pedra
tôdas as noites
pra ver a Lua ancorar
nas pedras dos arrecifes,
descansando na subida.

Vou olhar de minha rede
todos os dias
o bafo do vento quente
soprando na face fria
do meu Recife.

Vou esperar o silêncio
pra ouvir os sons do mar,
e sentir a dança branca
das gaivotas.

Vou sentar naquela pedra
e olhar o cais do porto
eternamente.....!

SYLVIA PEDROSA

O Búzio da Cheia

(Ao meu irmão Amaury distante de Recife)

Ao longo do rio o búzio se ouvia.
E o velho Recife estremecia...

A beira do rio
Aquêlê ruído se alastrava,
Entrando nos mocambos, nas igrejas,
Nos sobrados...
E na velha casa de papai

E o rio levava o som do búzio
Na sua água vermelha e ligeira
E distribuía pelas avenidas, pelos becos
E chegava até aquela rua
... da velha casa de papai

“—É a cheia... é a cheia...”
Minha negra ama dizia:
“—O rio vai crescer... crescer...”
“As águas vão subir... subir...”

E o rio subia mesmo,
Carregando as verdes baronezas,
Roçando ligeiro as pontes,
Cantando alto a sua angústia,
Levando casas... matando gente

E Recife... o velho Recife chorava.
Choravam os velhos, choravam os moleques
E chorava tôda a velha casa de papai

Depois as águas baixavam.
As baronezas ficavam lá.
Lá, jogadas, molhadas nas beiras lamacentas.
E agora...? Tudo parado. E agora...?
Não é mais o estranho ruído que percorre Recife,
Que entra nas igrejas,
Nos sobrados, nos mosteiros,
Que anda pelos becos e ruas
E que visita a velha casa de papai

E o rio era calmo e manso
Como é o verdadeiro Capibaribe.
O búzio silenciava.

Perseguição

Esta saudade me consome.
Fujo...
Aos meus passos ela segue,
Choro...
Ao meu pranto ela canta,
Grito...
Aos meus brados ela ecoa,
Gemo...
A minha dor ela dança,
Morro...
Ao meu suspiro ela ri.

Aquela Camisa de Listras

Por entre a turba inquieta
Os meus olhos buscavam...
O que?
Uma camisa de listras

Por entre vozes gritantes
Eu infeliz chamava...
Por quem?
Por uma camisa de listras

E naquela coorte de corações
Desesperado o meu sofria
Por que?
Por uma camisa de listras

E tu passavas...
E passava longe o amor
E tu fugias...
E fugia pra longe o afeto

E tu ias...
E ia ao longe aquela camisa de listras.

A Brisa do Rio

Era Recife,
E o vento que corria
Vinha do rio
Vento suave quase brisa,
Brisa úmida e quente
Que me encontrou a sonhar

Era Recife
E a brisa ardente
Que em mim batia
Vinha do rio,
Vinha do rio e se ia
E inquieta corria no ar

Passou e me deixou a pensar
Veio do rio e se foi ao mar.

É Recife
Triste e diferente
Sem a brisa ondulante do rio
Suave e quente,
Que me deixou e se foi
Correndo ligeira para o mar.

A Recife
A brisa voltará
Virá do mar a cantar
Alegre ou soluçante,
Será a mesma brisa quente do rio
Ou o vento salgado do mar?

UM SONETO DE JANIO QUADROS

MESTIÇO

É a história da raça; — o peito freme
à lembrança da marcha nas picadas...
E chora no meu "eu" que anseia e geme
o cativo saudoso das congadas!

Há medos no meu "eu" que anseia e treme,
há soluços e pragas sufocadas,
eu sinto em mim o sangue de um Pais Leme
eu sinto em mim a fome das estradas!

Eu sinto em mim a guerra aniquilante
movida pelo sangue bandeirante
à mansuetude do africano, à calma.

E choro no silêncio percebendo
que vou passar a vida recolhendo
destroços do meu corpo e da minh'alma!

— A publicação desse belo soneto, que, em última análise, é uma auto-fotografia do místico, profundo, grandioso e agitado que marcam o "eu" do autor, constitui homenagem muito nossa e muito desinteressada a Jânio Quadros. Cujas Políticas Externa deixou de seguir o ritmo manhoso do fox-trot, para se contagiar ao calor do samba. Havendo sido, oportuna e profundamente, sensível à Grande Aurora dos Povos Africanos. E cuja renúncia não deve merecer críticas agonizantes, muitas vezes prenhes de parcialismo. A propósito, é impossível obscurecer o ardor moral e carregado de operosidade desses seis meses que tiveram a intensidade de seis anos. Naturalmente, e por outro lado, não há negar o abrupto, o chocante, o ríspido, o imprevisto de muitas de suas medidas nem sempre medidas. Interessante e justo, porém, é ressaltar o sentido vertical, sério, social do Governo desse cometa humanamente estranho. Aliás, poucos dias antes da impressionante renúncia captando os honestos anseios nacionalistas dos brasileiros, Jânio remetia, à Câmara, importante projeto com a finalidade de reduzir tremendamente o escandaloso e astronômico envio de lucros para o estrangeiro. Revela ele

mesmo à revista Manchete, de 2 de setembro, p.p.: "Além de favorecer os investimentos e de desestimular o consumo supérfluo ou o excesso de transferências para o exterior, o Imposto de Renda é capaz de orientar as aplicações dos lucros e da renda em geral nos empreendimentos de infraestrutura ou em outros de igual essencialidade". Sua arma, para cortar os asfixiantes tentáculos dos trustes, seria o Imposto de Renda. Outro significativo trecho da mencionada reportagem: "Determina o projeto que as pessoas jurídicas, comerciais ou civis, pagarão o Imposto de Renda sobre os lucros apurados à razão de trinta por cento sobre os lucros distribuídos e de dez por cento sobre os lucros reinvestidos ou aplicados na subscrição de títulos da dívida pública federal, na subscrição de ações novas de empresas de serviços públicos, de sociedade de economia mista ou de sociedade que se organizarem no Nordeste, com a aprovação da SUDENE".

Mas o estranho e abismal mandatário popular renunciou... Ele, que tanto pugnou pela auto-determinação dos povos e dos governos, não pôde auto-determinar-se...

E renunciou...

Rosaeternexistenciar

Assistirei de longe em mim o repentino
obstáculo de céu contido
nuvem pela boca
paralela e rente
paralela de amarelo
p a r a l e l a m e n t e

E o que restou do estático mais sensível
vestiu-se raro e fêz-se espuma
(raro efeito)
de canto onipresente
(contra-feito)
à pedra e à puma
e puma e pomo
e puma e pome
cessa a pedra
dessa fome
como quem
recebe a não
palavra do argumento
e longevem
de sempremar
sentar-se ao A
de rosaeternexistenciar

Porquanto, dêste rosto cai
o meu poeta só
e o seu brinquedo-mito
de além-mar
-a rosa enclausurada
do poema ao ar.

Procurem, procurem rosa
que acharão de amalgamar;
poema contido em rosa
nunca mais hão de encontrar
nem sequer no fim de tudo
quando é tudo eternizar
poeta e rosa num salto
contendo as cegas do olhar

Recife, 1960

PAULO
BANDEIRA CRUZ

Fotopânico

Quisera fazer malabarismo
com a tristeza social da minha geração
com a tendência, a angústia, a anarquia
da minha geração

Quisera malabar! E malabar mistério
em ponta de palavra
múmia no cansaço, Flora no alumínio,
sem sujar de esquina e desencontro
as próprias côxas
verdes, que são tardes
tardes, que nem são

(Vender minha teimosia
pôr no açougue
meu bom-dia atleta
e meu silêncio anão)

Explodir meu mundo
pelos intestinos
ter num copo as fezes
que perdi a minha
fé, enquanto pedra,
supurou no vácuo
e fêz-se pão

Interromper meus olhos
na garota em pane
prolongar meu tédio
na loucura exata
cultivando orquídeas
como quem cultiva
berceuses de opaline
cão no colo
e paz ao chão

Ser avô, enfim, contar histórias
de Borralheira Azul, de Estrôncio e gata...

...era uma vez um rei na tarde chata!

O C O S T U M E O C O M O F O N T E F O R M A L D O D I R E I T O

por SILVIO NEVES BATISTA

Entendemos por *fonte formal* do Direito, os dados sociais (fonte material) que atingem uma concreta formulação normativa, para regular, mediante o poder coativo do Estado, uma determinada área social.

Neste sentido são fontes, a lei, o costume e a jurisprudência e, também, como querem, alguns, a doutrina ou, ainda, o Direito autônomo das entidades coletivas.

Com efeito, o costume é fonte material quando a conceituação de conduta importa sempre numa valoração e, a um tempo, fonte formal, se em forma positiva, caracteriza e define os gêneros de conduta (AFTALIÓ, OLANO y VILANOVA, *Introducción Al Derecho*, vol. 1, pags. 324, 325 e 375, Buenos Aires, 1956).

HANS Kelsen, todavia, observa o costume sob um prisma diferente, quando declara: "If, within a legal order, there exists by the side of statutory also customary law, if the law-applying organs, especially the courts, have to apply not only the general norms created by the legislative organ, the statutes, but also the general norms created by custom, then custom is considered to be a law-creating fact as in legislation" (Kelsen, *General Theory of Law and State*, pag. 126, Cambridge, 1945).

Por outro lado Lebrun conceitua o costume como "une règle de droit non écrite, née de faits déterminés, qui, fournissant les garanties voulues, indiquent à l'homme de façon certaine comment il doit comporter et la conduite qu'il doit observer dans ses rapports sociaux" (Auguste Lebrun, *La Coutume*, pag. 220, Paris, 1932).

Já Claude du Pasquier define o Direito Costumeiro como "un usage implanté dans une collectivité et considéré comme juridiquement obligatoire; c'est le droit créé par les mœurs, le *jus moribus constitutum*" (Pasquier, *Introduction à la Théorie*

Générale et à la Philosophie du Droit, pag. 49, Paris, 1948).

Inicialmente, convém destacar três conceitos que se integram numa complementação harmônica, mas, que se não confundem: o hábito, como a forma individual de agir, o uso, que é a generalização do hábito e, o costume, como o uso juridicamente obrigatório.

Ao referir-se Pasquier ao uso considerado pelo coletivo como juridicamente obrigatório, pretendeu distinguir o uso social propriamente dito, do costume, este último, criado pelo uso social acompanhado da crença de sua eficácia e obrigatoriedade (*opinio juris sui necessitatis*).

Assim é que, para ICILIO VANNI, "la consuetudine è rappresentata da "quel complesso di norme giuridiche che derivano dalle costumaze di un popolo, ossia da *modi di agire generali e costanti*, accompagnati dal *convicimento della loro giuridica necessità*" (VANNI, *Lezioni di Filosofia Del Diritto*, pag. 76, Bologna, 1908). Segundo a doutrina tradicional romano-canônica, é necessário a presença de um elemento material ou objetivo, formado pela repetição de atos uniformes, e de outro elemento imaterial ou subjetivo, que se inteira pela consciência da obrigatoriedade do ato.

Não basta, todavia, um só elemento. A simples repetição de uma conduta não produz costume, nem constitui Direito (como quis Jellinek) pela razão já demonstrada por Kant, para quem há um verdadeiro abismo entre o mundo do *ser* e o do *dever ser*. Usos há, que se perlongam através do tempo e que se repetem frequentemente, mas que não criam direitos, nem impõem deveres, (Maynez, *Introducción Al Estudio Del Derecho*, pag. 63, México, 1951).

Aftalió, Olano y Vilanova, por sua vez, referem-se no costume a uma repetição de conduta na qual existem fatos indi-

viduais que correspondem a uma única essência. "Al hablar de repetición de hechos en la costumbre, dizem eles, tenemos en cuenta hechos diversos cometidos por diferentes sujetos en distintos tiempos y lugares, diversidad a pesar de la cual dichos hechos tienen algo de común que nos permite hablar de repetición" (AFTALIÓN, OLANO y VILANOVA, op. cit., vol. 1, pag. 373 e n. 5).

Efetivamente, há três grandes requisitos do costume, condições *sine qua non* de sua existência: a) pluralidade de atos, pois, como é óbvio, um só ato não poderia criar costume. Impossível é, contudo, determinar o número de vezes que um ato deve ser repetido. Esta exigência, isto é, o número de repetições, fica hoje a critério do juiz; b) uniformidade dos atos, ou seja, é necessário que os atos humanos se convertam numa essência comum. Entre nós, a uniformização dos costumes comerciais, por exemplo, é dada pelas Juntas de Comércio e, no Distrito Federal, pela Junta de Corretores de Mercadorias, na forma do dec. n. 20.881 de 30 de dezembro de 1931 (FRAN MARTINS, Curso de Direito Comercial, pag. 62, Rio, 1958); c) crença de sua obrigatoriedade, sem a qual, o costume não passaria de um mero uso social. Este elemento subjetivo ou psicológico surge no decorrer das repetições, podendo o ato em sua origem, ter iniciado de um acontecimento casual.

Alguns juristas abordam o requisito da *extensão* do ato, no entanto, esta condição é irrelevante para o Direito, uma vez que o costume pode abraçar toda uma coletividade (o que, porém, é raro, pois atualmente os costumes gerais foram substituídos pelas leis) mas, pode abranger uma parte ou uma limitada classe da sociedade.

Outros autores indicam o *tempo* como um dos requisitos do costume, porém, estabelecer prazo é cair em arbitrariedade. Além do mais, como bem acentua TORRE, "el problema no es solo de tiempo, puesto que la repetición de actos, aunque dure muchos, no forma en todo caso costumbre, y si solamente cuando los que la practican logran imponer su obligatoriedad en un circulo de personas" (ABELARDO TORRE, Introducción Al Derecho, pag. 312, Buenos Aires, 1957).

Mas, se isto é verdade para hoje, não o foi para todas as épocas, assim, no Direito Romano, o costume só era consagrado após cem anos de prática. E, firmado mormente sobre a noção de tempo, é que ULPIANO definia o costume: *mores sunt tacitus consensus populi longa consuetudine inveteratus*.

Além destas condições comuns a vários ramos, convém relevar requisitos especiais a alguns ramos do Direito, como, por exemplo, no Direito Comercial, onde é necessário que pelo menos 10 empresas se manifestem favoráveis a um costume para adotá-lo.

Quando ABELARDO TORRE se propõe

a explicar formação do costume, mostra que ele nasce, via de regra, da mesma maneira como em qualquer outra ordem jurídica. Não interessa que ele tenha surgido na Antiguidade, Idade-Média, Moderna ou Contemporânea, que seja natural da Europa, Ásia ou da África, pois não é objeto de nosso estudo. Interessamos apenas saber que o seu processo é lento espontâneo. Vai formando-se pouco a pouco, discorre ainda TORRE, até que em dado momento considera-se obrigatório por todos os membros da coletividade, fazendo com que IHERING o chamasse de Direito "sonâmbulo" (A. TORRE, op. cit., pag. 311).

O costume é na origem de todos os Estados a fonte de Direito mais importante. Só com o avanço da cultura é que a lei atinge um degrau mais alto. Atualmente nos Estados Modernos considera-se um "preceito romântico", para usarmos a expressão de BLUNT-SCHLI, a opinião daqueles que pretendem sobrepor o costume à lei. Diga-se, todavia, que BOHLAU afirma paradoxalmente, como ele próprio reconhece, que só o costume é Direito e que a lei não é senão produto da vontade estatal.

Muitos institutos do Direito Civil, como a propriedade, o parentesco, o matrimônio, hoje maravilhosamente regulados pelas modernas técnicas jurídicas, não puderam constituir-se a não ser por força do costume. Com efeito, o regime matrimonial, resultante de faculdades e interesses sutis que se equilibram mutuamente, dificilmente surgiria da insípida decisão de um órgão legislativo.

Enfim, GÊNY declara-nos que "la coutume nous apparait donc, dans l'ensemble de l'histoire juridique, à tout le moins, comme une préparation indispensable du droit écrit" (FRANÇOIS GÊNY, Méthode D'Interprétation et Sources en Droit Privé Positif, vol. 1, pag. 333, Paris, 1919).

Sabido que o costume ocupou 1.º lugar dentre as fontes do Direito, mas que no mundo moderno está relegado ao segundo plano, resta saber como se processou esta revolução no âmbito do Direito.

O período de desenvolvimento da legislação e, concomitantemente, da decadência do Direito Costumeiro — o *racionalismo* — culminou com o aparecimento na Europa das grandes codificações em princípios do século XIX. Formam-se as primeiras classes de juristas e os primeiros órgãos legislativos. De início, mostra DEL VECCCHIO, a lei limitava-se a condensar matérias tratadas pelo costume, para depois vir a atuar como força realmente criadora (DEL VECCHIO, Lições de Filosofia do Direito, trad. port., vol. II, pag. 162, Coimbra, 1959).

Em seguida apareceu a *Escola Histórica* reagindo contra os excessos do racionalismo. SAVIGNY seu maior adepto, diz que o Direito não é resultante dos órgãos legislativos, pois

êle se manifesta diretamente através do costume antes mesmo de consagrasse em legislação. A norma jurídica não é produto da razão, mas nasce das necessidades provocadas pela vida social.

Em fins do século XIX e princípios do século XX, o *positivismo* veio modelar-se aos princípios gerais do racionalismo, optando pela lei em lugar do Direito Costumey.

Outrossim, a homogenia da lei verifica-se em relação aos diversos ramos do Direito, como, por exemplo, ao Direito Processual, Penal, Civil, Comercial, etc. Assim é que, no Direito Penal, prevalecem dois cânones fundamentais: *nullem crimen sine lege; nulla poena sine lege*. O nosso Cod. Penal adverte de saída no art. 1.º: "Não há crime sem uma lei anterior que o defina. Não há pena sem uma prévia cominação legal". No Direito Civil sua participação é mínima. O art. 4.º da Lei de Introdução ao Cod. Civil faculta ao juiz a aplicação do costume quando a lei fôr omissa. Por outro lado, o Cod. Civil no seu art. 1.210 reconhece a eficácia do costume por indicação da lei, quando declara: "Não havendo estipulação em contrário, o tempo da locação de prédio urbano regular-se-á pelos usos locais". Note-se, contudo, que o campo de ação do costume no Direito Privado é muito maior, no tocante ao Direito Comercial, do que em relação ao D. Civil ou D. do Trabalho.

Todavia, afora o caso do Direito Penal supra citado, a atuação do costume é muito maior dentro do Direito Público do que propriamente no Direito Privado. No Direito Internacional Público, muitas normas jurídicas são de caráter consuetudinário. Também no D. Constitucional as normas que regulavam uma Nação passam a reger efetivamente a vida de um povo quando a Nação se transforma em Estado.

Um dos problemas do D. Costumey que mais acarreta dificuldades e controvérsias, é o que diz respeito ao *nascimento* do costume e ao *fundamento* de sua obrigatoriedade que, sem este, o costume existiria, é verdade, como norma de conduta, mas não de Direito Positivo.

Ora os autores afirmam que o costume nasce da atividade dos órgãos jurisdicionais, confundindo o nascimento com o fundamento da obrigatoriedade do Direito Costumey, ora dizem como EDUARDO ESPÍNOLA, para quem o fundamento do costume está na convicção popular, identificando a noção de fundamento com a de nascimento do costume (E. ESPÍNOLA, Sistema de D. Civil Brasileiro, vol. 1, pag. 108, Rio, 1917).

Realmente, o costume brota do seio da coletividade (GÊNY), mas, no mundo jurídico moderno, só pode ser fonte do Direito quando é reconhecido pelo Estado, haja visto o caso do Direito Penal onde não atua o D. Costu-

meiro. É neste sentido que declara ICILIO VANNI: "Quando il diritto ebbe raggiunto il più alto grado della maturità, legandosi indissolubilmente con l'autorità dello Stato, allora la consuetudine non ha più potuto essere, di per sé, fonte di diritto, ma tale è restata semplicemente in quanto è riconosciuta dallo Stato" (VANNY, op. cit., pags. 77 e 78).

Assim é que, à repetição de atos uniformes (elementos objetivo do costume) e à consciência da obrigatoriedade (elemento subjetivo), ajunta-se um terceiro elemento composto pelo *reconhecimento do Estado*, a partir do qual o costume passará a regular efetivamente a vida social de um povo ou, por outras palavras passará a ser norma de Direito Positivo.

A exemplo de vários juristas, podemos enquadrar o D. Costumey dentro de uma *classificação* mais ou menos correta. Com efeito, temos inicialmente o costume *praeter legem* que trata de matéria não regulada pela lei. É o caso previsto pelo art. 4.º da Lei de Introdução ao Cod. Civil. Além deste há o costume *secundum legem* que ora fixa o sentido da lei, ora é reclamado por determinação expressa da lei. Quando porém, êle representa a interpretação e fixação uniforme de um preceito legal, não pode falar-se de norma propriamente dita. Todavia, entendido no segundo sentido, isto é, quando o costume é reclamado pela lei, constitui de fato norma de execução. Diante disto, declara RUGGIERO: "Intesa poi nel secondo senso, cioè come norma che riceve efficacia dal richiamo legislativo, essa è vera e propria norma nuova, poiché non è la legge che direttamente regola il rapporto, ma la consuetudine" (ROBERTO de RUGGIERO, Istituzioni di Diritto Civile, vol. 1, pag. 86, Napoli, 1921).

Mas, toda a dificuldade reside nos costumes *contra legem*. Para alguns escritores o costume pode estabelecer uma norma contrária às prescrições legais. Estes autores distinguem nesta última classe, duas espécies: a que prescreve uma norma contrária ao Direito, indo de encontro à ordem legal (*consuetudo revogatória*) e aquela que unicamente se limita à aplicação da lei (*desuetudine*). Porém, como explica RUGGIERO, ambas as espécies chegam a um só resultado — a *desuetudine* — uma vez que, se o costume põe em desuso uma lei, não pode porisso, substituí-la, fazendo valer uma outra norma oposta, o que seria admitir a violação da força obrigatória da lei. A história entretanto, registra inúmeros exemplos de costumes revogatórios, mas, para maior firmeza do Direito, não é possível admiti-lo na atualidade.

Contudo, o problema mais crucial da matéria relativa ao D. Costumey é o da *prova do costume*.

Há duas correntes que propuseram a dis-

(Continua na página 74)

Direitos do Trânsito

Marcos Vinícius Vilaça

No ensaio que publicamos, através o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, onde procurou-se considerar o tema — o caminhão — como manifestação autêntica de transporte; como relação de transporte com economias e populações; tudo dentro de limites brasileiros, em geral, e nordestinos, em particular, existe rápida notícia das ligações deste tema com os problemas do Direito do Trânsito.

O quase-ensaio orientado pela idéia de ser uma 'monografia conscienciosa', daquelas solicitadas por Capistrano de Abreu, como análises específicas das diferentes apresentações da vida nacional, cuidou do assunto que aqui será talvez desenvolvido, atentando para aquilo que consideramos um fato: o esboçar-se na fisionomia brasileira uma como "época do caminhão", que pode ser considerada transregional. Autêntica como se pensa ter demonstrado naquêlê trabalho, através de detalhes que projetam essa como que nova expressão de desenvolvimento transregional no cenário das realidades nacionais.

Talvez o problema mais sério nessa ambiência jurídica seja o o da previsão de acidentes, numa política, visando a evitá-los, pelas exigências a serem feitas quando da habilitação de motoristas. Generalizadas pesquisas, segundo somos informados, têm demonstrado que tão somente 2% dos desastres ocorrem sem que a sua determinante tenha sido uma falha conjunta do trimônio **meio-máquina-homem**. Dos 98% dos desastres em que o referido tripé atua, em apenas 18% dêles, a explicação é deduzida dos elementos **meio-máquina**. Nos restantes 80%, a causa foi a **falha humana**.

Grande parte dessas **falhas** são provocadas pelos cochilos, na direção. A ganância ou a necessidade de obtenção de dinheiro determina que o motorista "vire" noite e dia, tirando sonecas ligeiras no próprio veículo ou tomando Perventin ou semelhantes, mal também dos mais graves. O Instituto de Pesquisas da Califórnia, funcionando em alguns "campus" da universidade do mesmo nome, tem ressaltado os malefícios da depressão mental provocado por tais drogas. Vêm, então, as técnicas de oposição à hipnose, com faixas coloridas pintadas em zigue-zague, nas pistas; montando-se sinais e letreiros que alertam o motorista; criando-se dispositivos sonoros que, tocados pelos pneumá-

ticos, reproduzem grandes ruídos ou condenando-se barbitúricos, benzedrinas ou dexedrina, as linhas de arborização marginal da estrada, quando em fila indiana.

O delírio da velocidade, por seu turno, tem feito grande número de vítimas. O mal não é novo. Gilberto Freyre conta o que foi tal "doença" quando do aparecimento da máquina a vapor, no Brasil, dizendo: "O encanto dos brasileiros das cidades dos primeiros anos do século XIX — cidades ainda coloniais mas já escancaradas às novidades técnicas da Europa — era pelas máquinas capazes de extremos de velocidade ou de força; mas o ponto de referência, tanto para a força como para a velocidade das mesmas máquinas, seria ainda por muito tempo o cavalo: "... hum cavallo a galope, "... hum cavallo a toda a brida". (1).

As beiras de estradas são povoadas de cruces, anotando mortes, tantas delas fruto dos desembestados que continuam, pela precariedade da lei ou do seu cumprimento, impunes. São tantas que Aubert de la Rue atribuiu-as (2) aos que caíam vítima de crime, verificando mais tarde serem viajantes "malcheanceux, tués dans un accident d'auto ou de camion..."

Pelas peculiaridades dos seus aspectos deve-se dar um pouquinho mais de autonomia ao Direito do Trânsito, atentando-se para a importância de sua perfeita regulamentação. Vejam-se alguns dos aspectos que lhe deveria merecer mais atenções: as desapropriações para fins rodoviários; os direitos de vizinhança dos proprietários marginais à via pública, inclusive o Direito de Acesso; as contribuições de melhoria e pioria; os sistemas de adjudicação a terceiros de execução de obras rodoviárias, o uso e o gozo da via pública através os quatro seguintes direitos: som, habilitação, trânsito, visibilidade; as contravenções do trânsito; as indenizações cíveis consequentes do crime do trânsito; os processos especiais para dirimir, através também de uma Justiça Especial do Trânsito, tôdas as ações relativas às espécies acima mencionadas.

Vauthier, que era espírito superior, preconizava já, na primeira metade do século XIX, as contribuições de melhoria. É Gilberto Freyre quem o revela (3): "Tão evidentes pareciam a Vauthier as vantagens da estrada por elle projectada e que de

facto construiu, quel he parecia impossível imaginar que algum dos proprietários a serem beneficiados pelas obras em projecto "pudesse pedir indenização para a porção que se lhe tomar". Ao contrário: "parecia-lhe até de bem entendido direito público — e aqui o socialista transborda do tecnico — que "em cazos semelhantes os proprietários fossem obrigados a pagar cada hum hua quarta parte das despesas de obras às suas propriedades tão evidentemente vantajozas..."

Tôda essa matéria, não é novidade, distribue-se nos diversos setores nos quais está estruturado o ensino da Ciência do Direito. A "Desapropriação Excessiva" e as contribuições de melhoria e pioria são institutos por onde justa interpretação e observância vêm passando de raspão, como o da compra e venda de veículos. A justiça brasileira debate-se com problemas de fácil solução, solúveis sem delongas e entraves, desde que houvesse necessária regulamentação, como o faz nos Estados Unidos, o Uniforme Vehicle pelo seu livro Motor Vehicle Administration, Registration, Certificate of Title and Antitheft Act. O jurista Paulo Meira Camacho Crespo tem cuidado do assunto, reportando-se aos casos de rodoviarismo onde os Direitos do Trânsito, Som, Visibilidade e Habilitação se constituem em verdadeira confusão de contradições. Da violação destes Direitos, chegam-se às contravenções e ao crime de trânsito, aquelas, em sua maioria, já fazendo parte do Código Nacional de Trânsito. O mesmo dr. Camacho, em estudo para a VI Reunião das Administrações Rodoviárias, fala da necessidade de ser regulamentado o Direito de Trânsito, para que a velha concepção de "dono da rua", adotada em seu favor pelo motorista, caia por terra. O mandonismo nas ruas ou nas estradas causa muita morte, inúmeras questões, e colabora para sérios embarços no tráfego. No Brasil existe desprimorosa hierarquia nessa inescrupulosa posse dos leitos de tráfego onde o caminhão é temido pelo ônibus, êste pelas lotações, que, por seu turno, atemorizam os automóveis, êstes, já acoçados pelos jipes. Na corrente de conquistas do Direito de Trânsito e fortiori, no fim, o mais prejudicado é o pedestre.

(1) Sobrados e Mocambos.

(2) Brésil Aride.

(3) Um engenheiro francês no Brasil.

A INSATISFAÇÃO HUMANA

ÁLVARO Q. DE SOUZA MELLO

O homem sempre deseja ascender, sobrepujando hoje os seus feitos gloriosos de ontem, na ânsia de atingir a perfeição de tudo.

Para isto êle não mede sacrifícios e se atira até às mais extremas loucuras, no sentido de alcançar o seu objetivo.

Que importa seja sacrificada a vida?

A idéia do triunfo o cega, o fascina, abala todo o seu sêr, e êle, como um louco divino, tendo para a peleja apenas o cérebro, outra cousa não vê senão a glória a cobrir-lhe a cabeça. E a sua ciência dá-lhe a previsão de todos os êxitos.

Se o seu corpo é frágil, o seu espírito é forte, de maneira que a sua inteligência o ajuda a vencer até mesmo as forças violentas e ingratas da Natureza.

Esta, que era outrora a soberana absoluta de tudo, vai, pouco a pouco, convertendo-se numa entidade submissa a todos os seus caprichos. Mas, se não fôssem as dores e todos os sofrimentos, se não fôsse o aguilhão de novas necessidades que

êle sente, sem dúvida a sua obra admirável não teria atingido as proporções grandiosas que estariam. Cada momento de inquietação lhe dá mais ousadia, lhe dá mais coragem para enfrentar as adversidades com o objetivo de vencê-las tôdas, do que resultam o progresso e os avanços da civilização.

Dia a dia surge uma nova conquista do homem sobre os elementos, sobre as forças cegas da Natureza que se lhe mostra sempre adversa, exigindo-lhe maiores esforços porque não se quer deixar vencer facilmente. Mesmo assim, o homem, com a sua ousadia e com a penetração da sua inteligência, ergue o seu centro por todos os ângulos da Terra e até mesmo nos espaços, nas misteriosas regiões que até pouco lhe eram vedadas e que eram o domínio do Criador.

As profundezas dos oceanos e os espaços insondáveis, cheios de tanta grandeza e encantos, já se acham sob a sua despótica vontade. A sua ciência que, em certos ângulos da sua audácia, pode ser combatida pelos místicos, avança sempre, revelando-nos coisas admiráveis. O que não se pode contestar é que ela,

— incapaz, é bem certo, apesar de todos os seus esforços, de rasgar o véu que envolve o Incognoscível, cujos mistérios enchem de apreensões e de anseios a alma humana — tem sido, incontestavelmente, o fulcro em torno do qual se agitam todos os sonhos de vitória.

Sem o azorrague das necessidades o homem nada teria criado e o seu cérebro teria ficado embotado e não desprenedria as irradiações maravilhosas da genialidade.

O que é lamentável, porém, é que todo êsse hercúleo esforço não se venha sempre transformando, unicamente, em benefício da espécie humana.

Quando o homem se deixa dominar por uma ambição que lhe possa, convertida em realidade, proporcionar os melhores frutos, êle logo inventa novos meios para combater a si mesmo e lança as bases do seu próprio aniquilamento.

Paradoxo!...

É que o homem, que tem uma alma, centelha divina que o enobrece e o coloca em plano superior entre os sêres da Criação, se deixa dominar pela ambição, pelo egoísmo, pela vaidade insopitável e envereda na estrada tormentosa dos sofrimentos, que é o prêmio da sua desmedida audácia, que o cega, sem querer ver o princípio que cava a seus próprios pés.

Será que o homem, na sua evolução mental, não chegará a um ponto que possa dominar o seu egoísmo e de so trabalhar para o conagraamento da humanidade, como uma graça divina sobre a sua cabeça?

Apesar de tôdas as decepções, sentimos que o espírito sempre procura dominar a matéria e hoje já não vemos as cenas de barbaridade da antiguidade, o que já é um grande consôlo para as almas desapaxionadas. Mas, ao mesmo tempo, nos lembramos de Nagasaki e de Hiroshima, da era atômica em que vivemos, das armas teleguiadas para o extermínio do próprio homem...

Por que tudo isto não toma um rumo firme e mais certo, mais lógico para o benefício da humanidade inteira, já tão cansada de tantos sacrifícios e de tantos desesperos? De que serve tanta ciência, tanto arrôjo, tanto idealismo, se o homem de hoje vive com o seu espírito intranquilo, receando a cada momento o próprio aniquilamento?

HOMENAGEM DA REVISTA

Este prédio da Faculdade de Direito que é jóia tradicional do patrimônio de Olinda e Recife, este prédio cheio de majestade comemora, aos 11 de dezembro de 1961, seus bem vividos cinquenta anos. Como é natural, tem havido, nos corredores de sua história, sombra e luz.

No entanto, é justo afirmar, a velha Faculdade que nasceu em Olinda comemora bem os seus cinquenta anos no imponente edifício da Praça Adolfo Cirne. — Este foi o ano de um movimento grevista feito com autenticidade e vigor. Ao qual não há de ter faltado a chama de idéias mais ou menos amplas e profundas, nelas integrada a idéia Nacionalista: “manifestação decisiva da Vontade Nacional na legítima defesa dos seus sagrados interesses”, como se afirmou em uma de nossas recentes reuniões.

Há meio século que a Faculdade de Direito contempla o Parque 13 de Maio. — Feliz a lembrança de a terem colocado a olhar para o 13 de Maio; o que

pode bem significar a dinâmica jurídico-social brilhantemente apontada na afirmativa do imortal Eduardo Couture: — “Teu dever é lutar pelo Direito, mas, se, acaso, um dia, encontrares o Direito em conflito com a Justiça, luta pela Justiça”.

O bom êxito da Terceira Semana Nacionalista, promovida pelo brilhante universitário Antônio Carneiro Leão realizada em outubro que focalizou a problemática Nacionalista nos ângulos mais vários, e que, reunindo personalidades de grande importância, teve seu ponto culminante na presença do Deputado **Almino Afonso**, demonstrou a vitalidade da forte maioria dos estudantes de Direito.

Enfim, pode-se asseverar, a nova Turma de Bacharéis dá uma marca de bonita significação a este Cinquentenário; pois ela está repleta de bons valores. — Eis o quadro de Formatura da chamada Turma do Cinquentenário: Paraninfo: F. Pessoa de Queiroz, bacharel de 11, —

Patrono: Abgar Soriano, grande amigo dos seus alunos — Orador: Fernando de Barros Correia, cuja eloquência áspera e consistente impressiona e convence — Honra ao Mérito: Des. Evandro Neto, na qual se encarna a arguta imparcialidade que deve caracterizar todo Magistrado — Homenagem Especial: Turma de 1911, à qual pertençam, dentre tantos outros, Pontes de Miranda, Barreto Campelo, F. Pessoa de Queiroz — Homenagem ao Professor: Mário Guimarães de Souza, que atinge a compulsória com a serenidade de quem soube exatamente, num lúcido e longo itinerário de proficiência, cumprir os árduos deveres magistériais — Homenagem Póstuma: Arnóbio Graça; Representantes de cada turma: 1.º ano — J. J. de Almeida; 2.º: Pinto Ferreira; 3.º ano: Ruy da Costa Antunes; 4.º ano: Gentil Mendonça; 5.º ano: Luis Delgado. Inspetor de Alunos de 1911: Armandinho. Inspetor de Alunos de 1961: José Leopoldino. Secretária: Maria Joaquina.

O Costume Como Fonte Formal Do Direito

(Continuação da pág. 70)

cerni-lo: a dos autores franceses, que entende o costume como um fato e, portanto, deve ser provado da mesma maneira que se provam os fatos, e, a preferida pelos autores alemães e italianos, segundo a qual o costume é propriamente *Direito* e porisso, deve ser conhecido por todos. Para a primeira corrente, a lei é oficialmente publicada e todos têm a obrigação de conhecê-la. (*Nemo consetur ignorare legem, segundo o brocardo latino. Diz o art. 3 da Lei de Introdução ao Cod. Civil: "Ninguém se excusa de cumprir a lei alegando que não a conhece". O art. 7 do Cod. Civil da Luisiania manifesta-se no mesmo sentido: "After the promulgation, no one can allege ignorance om the law". Os franceses também conservam o adágio: nul n'est censé ignorer la loi*).

Com o costume porém isto não acontece, pois, sendo um fato e de formação lenta, deve ter sua existência provada pelos testemunhos admitidos em Direito (documentos, testemunhas, coleções de sentenças judiciais, opiniões dos tratadistas, etc.). Este ponto de vista é defendido por alguns juristas nacionais, dentre eles o prof. HERMES LIMA, ilustre catedrático de Introdução à Ciência do Direito da Faculdade de Direito da Universidade do Brasil. Também o Cod. de Processo Civil e Comercial refere-se às provas do costume nos seus arts. 259, 261 e 262.

Se bem que traga inconveniências de ordem prática, os costumes não precisariam ser provados dado que eles são realmente Direito

e, porisso, assim como na lei, todos devem conhecê-los. PAULO de LACECRDA observa que é válida e correta a proposição de que *ninguém se excusa, alegando ignorar o costume*.

Enfim, concluimos com RUGGIERO que nos dá uma magnífica lição a propósito: "Er-ronea noi crediamo l'opinione di coloro che, considerando la consuetudine alla stessa stre-gua dei fatti (dei quali il giudice non ha obbli-go d'aver conoscenza), ritengono debba essa provarsi dalla parte che ne invoca l'applica-zione.

"La consuetudine — nei limiti in cui le è riconosciuta efficacia — è vero e proprio di-ritto, e tutto il diritto costituito il giudice è tenuto a conoscere e ad applicare, senza po-terne chiederne documentazione alle parti. Questo principio non riceve deroga se non nel caso in cui la consuetudine allegata dall'uno sia contestata, o nella esistenza o nelle moda-lità sue, dall'avversario. Quando, in tali ipo-tesi, il giudice non abbia *aliunde* elementi sufficienti, per accertarsi in modo sicuro della sua esistenza o della piena rispondenza di essa a quella invocata, ben potrà porre a carico di chi la invoca l'onere di fornir la prova, la quale potrà darsi con testimoni o con docu-menti" (RUGGIERO, op. cit., pags. 87 e 88).

NB.: — Os grifos na citação de KELSEN, nos conceitos de costume de PASQUIER e VANNI, são nossos.

Impressões Sobre O Socialismo

(Continuação da pág. 6)

socialistas deverão combinar-se com a consciência coletiva, com os sentimentos espirituais vigen-tes e principalmente com as pe-culiaridades e a índole nacional para concretizar por um lado a liberdade real e por outro a in-tervenção do Estado nos domí-nios da economia.

Os contrastes desaparecerão à proporção que fôr tomando cor-po a harmoniosa justiça que de-riva do socialismo.

No suceder histórico é o so-

cialismo a mais bela conquista da humanidade. "Ele é inconci-liável — frisou Lenin — com qualquer espécie de superstição, com tódá reação, com tódá de-fesa da opressão burguesa".

A nova comunidade universal, a idade que surge para o mun-do vem eivada, por fôrça da pró-pria História, das idéias socia-listas.

O caminho foi aberto pelas gerações precedentes. O escravo passou a servo da gleba e este

alçou-se à condição de assala-riado. Desperta-se, agora, para a afirmação do homem livre.

O panorama, o dilma atual foi bem delineado por Josué de aCs-tro.

"Ou tomamos o caminho dos sacrifícios e esforços pela obten-ção de um mundo melhor — ca-minho da salvação — ou nos ali-amos às fôrças do imperialismo desumano, à fome, à bomba atô-mica — caminho da perdição".

Recife, 12 de outubro de 1960.

ATUALIZAÇÃO DO DIREITO

A organização jurídica de quase todos os povos, cujas ordenações civis surgiram dentro do signo do liberalismo econômico, do "laisser-faire et du laisser passer", estruturadas no impacto da revolução burguesa de 1879, na França, hodiernamente apresenta flagrante contraste com as exigências sociais.

Na verdade, a lei não reflete senão a superestrutura condicionada ao momento sócio-econômico de um povo.

Sempre que transformações radicais se operam na infra-estrutura de um povo, todo o teto condicionado carece de reformas. Se isso não acontece, o Direito passa a referendar mero corolário de injustiça social, porque antedatado e obsoleto.

É o que vem ocorrendo com essas ordenações jurídicas. Os fenômenos sociais e econômicos se transformam de dia para dia e as leis destinadas a regê-las e orientá-las ficam estagnadas, como se tais fenômenos permanecessem como eram, quando de suas elaborações.

Daí a necessidade da revisão constante do preceito legal. Não é pacífica, porém, a atualização do Direito. O pensamento jurídico universal, representado por verdadeiros luminares do pensamento humano, divide-se em dois e até mesmo três grupos distintos. O primeiro formado por aqueles que, prêso a viseiras ideológicas superadas, não querem ou preferem ignorar o processo histórico em adiantado grau de amadurecimento. O segundo formado por transformistas radicais, para para os quais só uma mudança de base pode resolver a crise do momento. E a terceira representada por aqueles que, admitindo o processo histórico em formação, se inclinam por fórmulas ecléticas que conciliam os interesses das demais funções.

É num clima de inquietações e debates agitados que a nova ordem prolifera. É o clima propício para a transformação da ordenação jurídica.

Juristas respeitáveis de todos os quadrantes elevam as suas vozes, agitando os povos para protestar contra o absurdo de uma ordem jurídica caduca e superada. "E se a esse convite sedutor não atendem com maior alvoroço é porque se sentem refreados por uma submissão rotineira ao padrão de pen-

samento sob o qual se modela, na universidade, a mentalidade dos que se dedicam aos estudos jurídicos. Os jovens, que hoje se iniciam no segrêdo do Direito, são solicitados por forças que atuam em sentido contrário. Em seu espírito, êsses conflitos de tendências reprecitem em cheio, provocando hesitações e criando insatisfações. Os juristas, atados a concepções modeladas em situações existenciais que estão sendo profundamente alteradas, continuam a abordar as grandes questões jurídicas sob uma perspectiva que lhes não permitem encará-las em tôdas as suas faces. Quando, por vêzes, se dilata o campo visual, para logo retiram o olhar, desencantado ou amedrontado. (1).

Apesar disso, ninguém tem conseguido deter a marcha do processo histórico. Sob a capa de ordenação antiga se elabora uma nova ordem jurídica, criando uma verdadeira antinomia entre o atual Direito e o espírito dos Códigos, por causa mesmo da necessária harmonia entre o Direito positivo e as necessidades econômicas e sociais.

Assim é que grupos sociais em épocas passadas esquecidos e, por que não dizer, menosprezados, nivelam-se às classes mais abastadas num processo assombroso de isonomia, que a Constituição Federal pátria tipificou no seu art. 141, § 1.º e que, por carência de uma regulamentação precisa, vem sendo descurada por grupos fechados de esnobes, sem outra qualquer vivência afora aquela que o poder econômico lhes favorece.

É a rebelião das massas, tão irônica e descabidamente desdenhada por Ortega y Gasset. (2).

Na verdade, as transformações por que vêm passando as antigas ordenações jurídicas se faz sentir sobretudo no domínio do contrato, da responsabilidade, da propriedade e da família.

Hoje em dia já não se pode falar em uma autonomia absoluta da vontade dos contraentes, que os códigos civis, fiéis ao espírito do Direito Romano Clássico, consagraram no domínio das relações econômicas do "laisser faire" e do "laisser-passer". Eles, hodiernamente, são obrigados a respeitar, neste campo, a vontade do Estado, que, num processo inaudito de intervenção, proíbe os contratos

excessivamente onerosos para uma das partes e lucrativos em excesso para a outra. Por outro lado, diversos juristas notáveis e, entre esses, os mestres Abgar Soriano (3) e Murilo Guimarães (4), buscam destruir as teorias relativas à manifestação válida da vontade, nos casos de sucessos imprevistos e imprevisíveis, durante a execução dos contratos, para justificar, sãbiamente aliás, a teoria da imprevisão, mais comumente denominada "cláusula rebus sic stantibus". Enfim, a crescente intervenção da autoridade social nos contratos vem provocando uma verdadeira desagregação na teoria contratual dos códigos.

Por seu turno, a responsabilidade já não está adstrita àquela concepção arcaica ante a qual ela inexistia quando os indivíduos não estivessem imbuídos da intenção direta de prejudicar alguém.

O Direito de propriedade está limitado ao bem comum e ao fim social a que se destina (art. 147, da Const. Fed.).

É dessa forma que se refere Gaston Morin, ilustre Deão da Faculdade de Montpellier, na França, ao informar que "L' autonomie de la volonté des contractants va chaque jour en diminuant devant une réglementation étatique croissante à laquelle l'on ne peut se soustraire".

"La responsabilité s'élargit: elle n'a plus pour fondement unique la faute, cette réalisation de la volonté de nuire à autrui.

"Enfim, la souveraineté absolue du propriétaire foncier disparaît à raison des restrictions et des obligations imposés par les lois et les décisions judiciaires dans l'intérêt de la collectivité et dans l'intérêt privé des voisins et des locataires" (5).

Não tem sido menos forte o impacto que têm sofrido as ordenações civis no campo do Direito da Família. Rui por terra a denominada "incapacidade da mulher casada", a que Clóvis Bevilacqua cognominou de "regime de caturrices" (6). Jaz desaparecido de quase todas as ordenações jurídicas a premissa exposta, pelo já superado Código Napoleônico, de que "bastards ne succedent", e consequentemente o impedimento ao reconhecimento do filho adulterino.

Entre nós, tal impedimento foi apresentado pela comissão revisora e não pelo elaborador do projeto primitivo do Código Civil, como muito bem afirmam civilistas da envergadura do Prof. Soriano Neto, ao dizer que "o projeto primitivo do nosso Código Civil, organizado pelo insigne jurista Clovis Bevilacqua, ia, nos seus impulsos generosos, muito além das reivindicações veementes desejadas pelo jovem e fogoso civilista italiano. O legislador brasileiro, porém, adotou um sistema transacional: ficou nestes aspectos da questão, aquém das aspirações de Cimbali, mas, em compensação foi além em muitos outros". (17).

Dessa forma, o movimento legislativo contemporâneo acusa haver tomado um real conhecimento do dever que tem de cuidar mais seriamente das questões sociais, da atualização do Direito face ao desenvolvimento econômico dos povos e da sua missão de controlar os fenômenos suscitados pelo jogo de interesses que surgem a todo momento da vida diária, e não só desde a sua formação mas, também, até a sua execução, a fim de assegurar o respeito aos direitos primordiais da pessoa humana.

BIBLIOGRAFIA

- (1) Orlando Gomes — A Crise do Direito — Ed. Max Limonad — 1955 — pag. 6.
- (2) A Rebelião das massas — Libro Iberoamericano — Ed. 1959.
- (3) Da cláusula rebus sic stantibus — Tese apresentada à Faculdade de Direito do Recife, em concurso à Cátedra de Direito Civil — 1940.
- (4) Comentário Sobre a Teoria da Imprevisão — in Rev. Jurídica — Vol. I, Fascículo 2.
- (5) La Revolte du Droit contre le code — Lib. du Recueil Sirey — Paris — 1953 — pag. 2 e 3.
- (6) Direito de Família — Ed. Freitas Bastos — 1938 — pag. 165.
- (7) Do Reconhecimento voluntário dos Filhos Ilegítimos — Tese para Docente Livre da Faculdade de Direito do Recife — pag. 13.

SENADO VERSUS SUDENE

(Continuação da pág. 31)

cial — ESTUDANTES E OPERÁRIOS.

A vitória neste prélio há de demonstrar que a solução dos nossos problemas só poderá vir com a atuação, cada vez mais direta e forte, das diferentes camadas do povo, em face das decisões políticas, contra os dirigentes que não representam os interesses, mas defendem posições de grupos, Incompatíveis com a Ordem Social Justa e Humana que tem de ser construída em nossa pátria, concordem ou não os beneficiários do que aí está.

De qualquer modo, precisam as forças progressistas nacionais dar-se conta de que o seu poderio tem de ser ampliado, através de um Sistemático Esforço de Politização de todo o Povo, destinatário, mas também insubstituível artífice do progresso. Esta a atual e irrecusável tarefa das **ESQUERDAS BRASILEIRAS!** De todos que militam nesta ampla faixa do progresso sócio-político do Brasil.

Mas é, em especial, missão dos cristãos, que queremos sinceramente a salvação espiritual e, também, a **REDENÇÃO MATERIAL DO HOMEM BRASILEIRO, EM SOLIDARIEDADE FRATERNAL COM TODOS OS DEMAIS POVOS DO MUNDO!**

Nacionalismo, Universidade E Estrutura Agrária

(Continuação da pág. 63)

Tal conjuntura é agravada pelo fato de somente às classes mais favorecidas ser possível atingir os altos níveis da educação superior. Haja vista que dos 70% das crianças em idade escolar que conseguem se matricular nas escolas primárias, depois da rigorosa seleção econômica determinada por múltiplas dificuldades surgidas durante o curso médio, apenas 1% alcança finalmente o nível universitário.

De sua parte, as autoridades governamentais, têm fechado os olhos a esta realidade, insustentável e perigosa, que não só nos atinge a nós estudantes, mas também ao homem do campo e ao operário das indústrias.

Consequência desse estado de cousas, foi a greve de junho passado, em torno da qual tanto movimento se fez, deflagrada pelos estudantes que desejavam, como ainda desejam, u'a melhor integração da Universidade à realidade brasileira e aos anseios da humanidade de hoje em dia, desse profundo hoje em dia, de que já nos falava o poeta Blaise Cendrars.

Mas não é somente a estrutura universitária que exige renovação. Uma reforma também de ordem agrária é medida que se impõe com o objetivo de eliminar a marginalidade em que vive o camponês.

O rurícola, de técnica e índole ainda medievais, tem levado vida sem aspiração e sem sentido. Só agora começa a tomar consciência de sua precária situação, e a revolta o impele à violência.

A mono-cultura agrícola e a concentração do latifúndio e do capital nas mãos de uma aristocracia rural que representa apenas 0,57% da população, oprime as massas trabalhadoras, submetendo-as a condições de trabalho pouco diversas daquelas existentes nos tempos anteriores à Abolição.

A simples divisão da terra, sem a cooperativização dos meios de produção e consumo, não é ainda a solução do problema. Medidas complementares de assistên-

cia educacional, econômica, social e jurídica, devem ser tomadas a fim de se proporcionar meios para o camponês investir e produzir, obtendo o máximo de rendimento, dentro de uma justa margem de segurança.

No plano internacional, o mundo de hoje se divide em duas ideologias e dois sistemas. Ambos contraditórios, e em vários aspectos, falsos e injustos: capitalismo e comunismo. Os EEUU, representando um deles, explora os países satélites, através de um colonialismo financeiro que causa fome e miséria aos povos sub-desenvolvidos da América.

A União Soviética, de outro lado, através de um imperialismo totalitarista e militar, explora

seus países satélites, também acarretando fome e miséria aos povos sub-desenvolvidos da cortina de ferro.

Em face às duas facções que se degladiam, surge a missão do nacionalista, que deve ser de luta. Luta contra o entreguismo, quer seja das forças de direita, quer das de esquerda. A luta pela auto-determinação de todos os povos. Auto-determinação para Cuba. Auto-determinação para a Alemanha Ocidental. Auto-determinação para a Alemanha Oriental. Auto-determinação para a Hungria. Auto-determinação para o Brasil, Angola, Argélia e a África.

Dentro desse espírito de atitudes, e seguindo a orientação sadia de um cristianismo social, faremos a nossa revolução, enérgica, autêntica, objetiva e pacífica.

Júri, Assessorado, Escabinado

(Continuação da pág. 62)

Na atualidade, os termos **assessorado** e **escabinado** são empregados com alguma sinonímia, o que não é técnico.

Com precisão terminológica, segundo **Donnedieu de Vabres** ("Traité de Droit Criminal et de Législation Pénale Comparée"), os **assessores** se distinguem dos **escabinos**. Estes não têm nenhuma permanência, enquanto aqueles têm função de verdadeiros peritos.

No julgamento pelo **escabinado**, os **escabinos** constituem com o magistrado um colégio único, no qual têm plena liberdade de ação.

Huguenev informa que na França, atualmente, com a reforma de 1941, há a substituição do **juri** por uma "forma atenuada de escabinado".

Em recente livro ("Droit Pé-

nal et Procédure Pénale"), **Robert Vouin** e **Jacques Léauté** fazem perfeita exposição do funcionamento de "Cour d'Assises", composta do presidente e de seus dois assessores e do banco de jurados, todos no final dos debates reunidos em comunhão para deliberarem sobre a culpabilidade e aplicação da pena.

Quem assistiu a algumas películas cinematográficas desse misto de jurista e cineasta, **André Cayatte** ("La Justice Est Faite", "Nous Sommes Tous des Assassins", "Dossier Noir", "Avant le Déluge"), teve oportunidade de observar o funcionamento do colégio heterogêneo na França.

Entre nós, a Lei de Imprensa apresenta um julgamento através de uma forma de escabinado, conforme pode ser observado no diploma legal em referência.

Uma Análise Da Crise Da Faculdade De Direito

JOSÉ WILSON

A tradição, já dizia Marx, é a força da inércia, e foi justamente essa tradição que fez eclodir, em meados do ano passado, a crise universitária que abalou todo o Brasil.

A estrutura do ensino brasileiro, corroida nos seus fundamentos pelos próprios males que afetam a nossa sociedade e atravancam o progresso do nosso povo, decorrência natural da condição de país subdesenvolvido e espoliado pelos interesses imperialistas, já não se adapta mais aos anseios de nossa mocidade estudiosa. E o exemplo mais candente dessa situação irregular tem-no a nossa Faculdade de Direito.

A velha casa por cujos bancos têm passado os maiores expoentes de nossa "intelligentzia", foi, por um processo longo de depauperização cultural transformando-se aos poucos de templo da sabedoria em museu de idéias antigas e mentalidades retrógradas. Nossa juventude, embebida nesse clima paralítico, apenas se comprazia a repetir velhos conceitos já gastos pelo uso, e a orgulhar-se sem saber porque, de um Tobias ou Castro Alves que subsistem apenas na estereotipia dos refrãos repetidos. Os verdadeiros trabalhos de pesquisa e o interesse mesmo pela ciência, eram relegados a segundo

plano, sucumbiam ante o marasmo dessas mentalidades arcaicas.

Se há alguém a responsabilizar diretamente por esse estado de coisas, não temos dúvidas que esta acusação recai tão somente no corpo dirigente da escola, em cujos postos chaves sucederam-se, por tanto tempo, homens sem o devido gabarito de direção e administração. De certo modo com a aquiescência passiva dos estudantes, a maioria dos componentes do Conselho Técnico Administrativo e da Congregação da Faculdade de Direito, embevecidos com o clima de elogios mútuos e favores recíprocos que por tanto tempo

imperou nesta escola, quase nunca voltavam as vistas aos inúmeros problemas que afligiam a classe estudantil e que, conseqüentemente, se iam acumulando, como o lixo das sargetas. Cargos principais, como o de diretor, eram mais distribuídos para satisfazer interesses políticos de alguns que não exitavam em sacrificar o bom andamento do ensino universitário ao individualismo vaidoso de seus protegidos.

Daí os resultados reais a que passamos a assistir. A desorganização característica de todos os serviços internos desta faculdade, o desvio sempre crescente das normas estatutárias, o alheamento aos seus problemas, o desleixo administrativo como um denominador comum, a adequação das aulas às conveniências dos professores que não as davam, enfim toda essa série de fatos negativos fizeram preparar o ambiente de tal modo que não se fazia esperar um movimento geral de revolta entre estudantes e professores que não compactuavam com o "statu quo".

Desnecessário é dizer que todos esses males caracterizaram a administração Soriano Neto, acrescidos ainda pelo mal estar decorrente de sua personalidade doentia e complexada a extravazar seus menores atos, durante sua pequena ditadura de 9 anos. Esta acumulação de descontentamentos, agravada sobremaneira pelo reconhecimento de nossa inferioridade cultural relativa perante os nossos colegas de outras escolas e de outros países, fruto exclusivo desse estado de coisas que perdurara já há tanto tempo, fez-nos irromper as chamadas da revolta que de longa data se entranhava e agitava nas nossas consciências. O de-

sejo de mudar veio tão explosivo e impreterível que nem os tanques do "glorioso", nem a condenação de alguns mestres ensandecidos pela "dolce vita" de sua situação privilegiada, nem a reação organizada dos costumeiros golpistas, nem a fúria da imprensa burguesa conseguiram reprimir os nossos anseios de moralização e nossa atitude revolucionária ante a decadência eloquente de uma sociedade contraditória nos seus próprios fundamentos.

Mister se faz notar, porém, que as causas que promoveram a crise universitária de junho, têm profundos liames com a estrutura mesma do regime de vida em que vivemos como também com o sistema econômico a que estamos submetidos. Daí não ser de estranhar o tremendo apóio que recebemos não só da classe estudantil de todo o país, mas ainda da classe trabalhadora de mais a mais organizada e consciente de de sua exploração, vítima principal dos descabros desse "modus vivendi" angustiado.

Analisando o motivo primeiro que deu pretexto à tomada da escola por parte dos estudantes, que vemos? A oposição ferrenha do professor Soriano Neto para impedir a conferência de D. Célia Guevara, mãe do legendário barbudo de Cuba, contrapunha-se a aclamação estrepitosa dos universitários em torno da mesma. E' a definição de tendências, é o desprezo às idéias caducas, é a afirmação de uma nova experiência histórica, é, enfim, o dinamismo da dialética social caracterizando uma nova etapa na história do mundo.

Sem armas com que possam encobrir a verdade que não querem reconhecer, os homens a cuja classe Soriano pertence, não encon-

tram outra saída que apodarem de **comunistas** aqueles que não mais se conformam com a situação de que são vítimas. Na sua vetusta ignorância, não compreendem que ao chamarem comunistas aos estudantes que desejam aulas, aos trabalhadores que lutam por melhores condições de vida, aos camponeses que desejam terra, estão prestando, inconscientemente um magnífico trabalho de divulgação ao partido do proletariado. Essa ameaça comunista proclamada continuamente nos jornais, nada mais é que o temor comum daqueles que morrem de insônia aos que morrem de inanição.

Soriano, no feliz comentário de um dos nossos professores, anda deslocado no tempo e no espaço; parou sua evolução cultural desde os idos de 1945, quando ainda predominava em nossas escolas superiores a supremacia econômica de uma classe, a dos latifundiários, representada pelos seus nobres rebentos. Divorciou-se destarte do ritmo natural da História a cujo trajeto o homem não pode fugir, sob pena de cair no ridículo. A incompatibilidade contudente que existe entre Soriano e os estudantes, não é senão uma das facetas da luta do novo contra o velho, da geração do presente, dinâmica ante a perspectiva de um futuro melhor a sobrepujar a estagnação da geração passada.

O velho mestre, pois, que ainda persiste em continuar à direção de uma escola que já não o pode aceitar, que já não o quer, deveria resignar-se ante a realidade dos fatos, aproveitar as determinações do bom senso condicionar à sua pequenina estatura a enormidade de seu orgulho mórbido e voltar à realidade para compreender o presente.

UMA CANÇÃO DE NATAL

Letra e música de LOUIS FURNBERG

(do jornal "Wochenpost" da R.D.A.)

Uma criança veio ao Mundo num estábulo.
O Pai José não tinha dinheiro para roupa de cama nem quarto.
Sobre a palha, estava deitada a Mãe Maria,
E por mais que ela gemesse de dor,
Sòmente os animais irracionais
Ouviram as suas queixas e os seus gemidos.

José ficou esperando à porta,
Mas os três Reis Magos não apareceram
Com o ouro, o incenso e a mirra.
Maria cerrou bem o filho nos seus braços,
Pois seu corpo devia substituir a estufa quente,
E em vez de leite... Que Deus tenha piedade!
Só havia ferrugem na panela.

"Oh, meu querido José,
Que pena tenho da criancinha...
Oh José, o que será de nós?!
Se tu perguntas por trabalho, não te atendem...
Oh, José... Nós acabaremos como mendigos...
Oh, José... Não vejo fim
Para esta miséria na terra!..."

E como os dois ficaram no estábulo gelado e se queixaram,
Ouviram de repente no pátio
Canções alegres.
E a porta se abriu. E, à luz das lanternas,
Entraram muitos jovens pastôres
Com uma boa mensagem aos pais da criança:

"Nós estamos chegando de um país lindo,
Onde as gentes baniram a miséria
Quando a si mesmas se redimiram...
Ali, as crianças se criam na luz
E a fome e a miséria não existem,
Pois não falta pão nem teto para ninguém.
Os humildes foram exaltados..."

"Oh, leve-nos para essa terra!", pediu José.
E neste momento uma estrêla apareceu nos céus,
Cintilando sua luz vermelha.
Esta é a estrêla do Saber e da Coragem
Que reforça os corações e faz milagres.
Se vós a conheceis, então tendes lido bem
A História Sagrada.

Ao magnífico Reitor João Alfredo Gonçalves da Costa Lima.
e à direção da Imprensa Universitária, os agradecimentos dos
estudantes de Direito.

June. / 2023

O P A R E D Ã O

A Revista Estudantes registra o surgimento de mais um órgão de imprensa nos nossos movimentos estudantis, ao tempo em que lhe presta significativa homenagem, pela importância que passou a desempenhar na Faculdade, tal o seu caráter independente, renovador e progressista.

Com o feliz título de O PAREDÃO o novo jornal circulou durante todo o ano, mantendo sempre uma linha sensata, corajosa, o que lhe possibilitou conquistar de chofre enorme popularidade e ser recebido com entusiasmo em todo o meio estudantil.

De fato, o sucesso de O PAREDÃO foi marcante, principalmente nos corredores da Faculdade, onde, até então, os inúmeros jornais que haviam aparecido, quando não se mostravam subservientes

e afastados da realidade social, eram caracterizados nitidamente pela reação e mediocridade degradantes.

Daí a massa estudantil haver recebido com vibração o novo periódico, pois sua ascensão se verificou logo divorciada de qualquer forma de suborno, e as posições assumidas até aqui não têm sido senão em defesa dos princípios libertários que marcam a consciência revolucionária da atual geração.

O PAREDÃO ainda tem uma longa e preciosa tarefa a cumprir — a de continuar levando a cada estudante a sua mensagem sadia de esclarecimento, unidade e independência — razão porque “Estudantes” presta no momento a sua solidariedade àquele jornal progressista, símbolo perfeito da renovação que ora atravessa a nossa Faculdade.



UR